



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 164, QUINTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2021

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romário (PL-RJ)**

2º Vice-Presidente

**Senador Irajá (PSD-TO)**

1º Secretário

**Senador Elmano Férrer (PP-PI)**

2º Secretário

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

3º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

4º Secretário

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rocha**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Mardem José de Oliveira Júnior**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 130ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 6 DE OUTUBRO DE 2021 (CONTINUAÇÃO)

1.1 – REABERTURA DA SESSÃO ÀS 16 HORAS E 41 MINUTOS ..... 10

1.2 – ORDEM DO DIA (CONTINUAÇÃO)

##### 1.2.1 – Item 6

Projeto de Lei nº 1561/2020, do Deputado Capitão Wagner, que *autoriza o Poder Executivo a instituir a Loteria da Saúde e a Loteria do Turismo, como modalidades de loterias de prognósticos numéricos, com a destinação do produto da arrecadação que especifica. Retirado da pauta* ..... 11

##### 1.2.2 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 47/2021 (apresentado como conclusão do Parecer nº 22/2021-CAE), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Aprovado* ..... 12

Redação final do Projeto de Resolução nº 47/2021 (**Parecer nº 223/2021-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada.** À promulgação. .... 12

##### 1.2.3 – Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 93/2017, do Tribunal Superior Eleitoral, que *cria cargos efetivos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Aprovado, com adequação redacional. À sanção* ..... 14

##### 1.2.4 – Oradores

Senadora Zenaide Maia – Indignação com a situação de insegurança alimentar e o desemprego que afetam milhões de brasileiros, enquanto os bancos e os acionistas da Petrobras têm lucros recordes. Manifestação contrária à aprovação da privatização dos Correios, bem como da PEC nº 32/2020, que trata da reforma administrativa. Cobrança de explicações ao Ministro da Economia e ao Presidente do Banco Central por supostos investimentos em paraísos fiscais. .... 20

##### 1.2.5 – Item 1



Projeto de Lei Complementar nº 5/2021, do Deputado Efraim Filho, que *permite a prorrogação, por até 15 anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais*. Proferido o **Parecer nº 224/2021-PLN-SF**, pela Senadora Rose de Freitas, e apresentado o **Requerimento nº 2147/2021**. ..... 21

### 1.2.6 – Oradores (continuação)

Senador Esperidião Amin – Apresentação de requerimento de urgência para a Mensagem nº 36/2021, que trata da indicação do Sr. André Luiz de Almeida Mendonça para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. .... 38

Senador Weverton – Exposição sobre a importância da campanha do Outubro Rosa. Satisfação com a inauguração de unidade do Hospital do Amor na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão. Agradecimentos à bancada federal do Maranhão pelos recursos destinados através de emendas para construção de outro hospital de combate ao câncer na cidade de Pinheiro, na Baixada Maranhense. .... 39

Senador Jorginho Mello – Registro sobre o trabalho da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Mama, no Estado de Santa Catarina. Entusiasmo com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 5/2021, que permite a prorrogação das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais. Pedido de intervenção do Presidente do Senado Federal junto à Presidência da Câmara dos Deputados para que seja pautado naquela Casa o Projeto de Lei Complementar nº 46/2021, que institui o Programa de Renegociação em Longo Prazo de débitos para com a Fazenda Nacional ou devidos no âmbito do Simples Nacional (RELP). .... 40

### 1.2.7 – Item 1 (continuação)

Projeto de Lei Complementar nº 5/2021, do Deputado Efraim Filho, que *permite a prorrogação, por até 15 anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais*. **Aprovado** (votação nominal). À sanção. .... 42

### 1.2.8 – Oradores (continuação)

Senador Plínio Valério – Preocupação com a crise hídrica que assola o País. Defesa de projeto de lei de autoria de S. Exa. que cria o programa de incentivo ao desenvolvimento de energia eólica e solar fotovoltaica. Denúncia de que, no Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, existem crianças sem registro de nascimento. Apelo pela instalação de CPI para investigar as ONGs na Amazônia. .... 43

### 1.2.9 – Item 2

Projeto de Lei do Senado nº 169/2018, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *torna obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS)*. **Aprovado, com emendas**, nos termos do **Parecer nº 225/2021-PLN-SF**, proferido pelo Senador Fabiano Contarato. .... 46

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 169/2018 (**Parecer nº 226/2021-CDIR/PLN-SF**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados ..... 50

### 1.2.10 – Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2019, primeiro signatário o Senador Eduardo Gomes, que *altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais*. **Retirada da pauta** ..... 50





**1.2.11 – Item 4**

Projeto de Lei do Senado nº 486/2017, do Senador Antonio Anastasia, que *dispõe sobre a associação de Municípios para a realização de objetivos de interesse comum de caráter político-representativo, técnico, científico, educacional, cultural e social*. **Retirado da pauta** ..... 50

**1.2.12 – Item 5**

Projeto de Lei nº 1869/2021, do Senador Jorginho Mello, que *altera o Código Florestal e demais legislações correlatas, para definir o conceito de áreas urbanas consolidadas e dispor sobre as faixas marginais de qualquer curso d'água, bem como trata da consolidação das obras já finalizadas nessas áreas*. **Apreciação adiada** ..... 51

**1.2.13 – Item extrapauta**

Requerimento nº 2148/2021, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos destinada a debater o Sistema Nacional de Fomento (SNF) e as necessidades de financiamento para saída da pandemia da Covid-19. **Aprovado** ..... 51

**1.2.14 – Oradores (continuação)**

Senador Paulo Paim – Cobrança pela realização de sessão do Congresso Nacional para a rejeição de vetos importantes como o Veto nº 48/2021 apostado ao Projeto de Lei nº 12/2021, que trata da quebra de patentes. Cumprimentos ao Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares pela promoção do movimento "Cotas Sim", que pede a renovação da Lei de Cotas nas universidades, institutos federais e também na administração pública. Destaque para o Projeto de Lei nº 4656/2020, de autoria de S. Exa., que assegura a continuidade das cotas e sua aplicação às instituições particulares de ensino. .... 51

Senador Chico Rodrigues – Exposição sobre a importância da Embrapa para o País. Apelo ao Governo Federal para que o Ministério da Economia autorize a realização de concurso público para pesquisadores e técnicos da Embrapa. .... 53

Senador Eduardo Girão – Registro do comparecimento de S. Exa. à audiência de CPI sobre a pandemia na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Destaque para o relatório independente que S. Exa. apresentará como conclusão dos trabalhos da CPI da Pandemia. .... 54

**1.2.15 – Convocação de Sessão**

Convocação de sessão deliberativa semipresencial para 7 de outubro de 2021, às 16 horas ..... 55

1.3 – ENCERRAMENTO ..... 55

1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO ..... 56

**PARTE II****2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 130ª SESSÃO****2.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA****2.1.1 – Projeto de Resolução nº 47/2021**

Redação final (Parecer nº 223/2021-CDIR/PLEN-SF) ..... 59



**2.1.2 – Projeto de Lei Complementar nº 5/2021**

Parecer nº 224/2021-PLEN-SF .....	64
Requerimento nº 2147/2021 .....	73
Lista de votação .....	76

**2.1.3 – Projeto de Lei do Senado nº 169/2018**

Parecer nº 225/2021-PLEN-SF .....	80
Redação final (Parecer nº 226/2021-CDIR/PLEN-SF) .....	84

**2.1.4 – Projeto de Lei nº 1869/2021**

Emendas nºs 19 a 22-PLEN .....	88
Requerimento nº 2145/2021 .....	98

**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS****3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Abertura de Prazos**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 202 e 350/2018 sejam apreciados pelo Plenário ( <b>Ofícios nºs 40 e 41/2021-CAS</b> ). .....	101
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Meio Ambiente, ao Projeto de Lei nº 3386/2021 .....	104
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Projeto de Lei nº 2858/2021 .....	105
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Projeto de Lei nº 2980/2021 .....	106

**3.1.2 – Comunicações**

Da Liderança do MDB, de substituição de membro na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ( <b>Ofício nº 78/2021</b> ) .....	108
Da Liderança do MDB, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos ( <b>Ofício nº 80/2021</b> ) .....	109

**3.1.3 – Conclusão de instrução de matérias**

Conclusão da instrução do Ofício "S" nº 35/2018 e da Mensagem nº 40/2019 .....	111
--	-----

**3.1.4 – Indicação**

Nº 61/2021, da Senadora Mara Gabrilli, que <i>sugere ao Conselho Nacional de Justiça que edite Resolução uniformizando as exigências dos tribunais para a prática de atos cartorários notariais e de registro por pessoas com deficiência visual.</i> .....	113
---	-----



### 3.1.5 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 406/2019, que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013.* ..... 117

### 3.1.6 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº 135/2021, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 503/2011 . 121

### 3.1.7 – Parecer aprovado em Comissão

Nº 12/2021-CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159/2017 ..... 124

*Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 159/2017 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 155/2021-CMA)* ..... 136

### 3.1.8 – Projetos de Lei

Nº 3463/2021, do Senador Carlos Viana, que *altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em acolhimento institucional, e a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para prever acesso prioritário dos estudantes que vivam em acolhimento institucional ao financiamento estudantil.* ..... 139

Nº 3475/2021, do Senador Mecias de Jesus, que *autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e dá outras providências.* ..... 143

### 3.1.9 – Projetos de Resolução

Nº 49/2021, do Senador Nelsinho Trad, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Confederação Suíça.* 151

Nº 50/2021, do Senador Marcos do Val, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Bahrein.* ..... 155

Nº 51/2021, do Senador Paulo Paim, que *assegura que nas audiências públicas realizadas no âmbito do Senado Federal terá a participação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) e o máximo de 75% (setenta e cinco por cento) para pessoas de cada sexo e de cada raça.* ..... 159

### 3.1.10 – Requerimentos

Nº 377/2021-CDIR, do Senador Marcos do Val, de autorização para desempenho de missão nos Emirados Árabes Unidos. **Deferido.** ..... 164

Nº 2148/2021, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos destinada a debater o Sistema Nacional de Fomento (SNF) e as necessidades de financiamento para saída da pandemia da Covid-19 ..... 174

## PARTE III

### 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL ..... 181



<b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>	<b>184</b>
<b>6 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>185</b>
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>188</b>
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>195</b>
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>201</b>
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>252</b>



Ata da 130ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,  
em 6 de outubro de 2021 (continuação)

3ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

*Presidência do Sr. Veneziano Vital do Rêgo.*

*(Reabre-se a sessão às 16 horas e 41 minutos e encerra-se às 19 horas e 49 minutos.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Sras. e Srs. Senadores, declaramos reaberta a sessão, suspensa na noite de ontem, para que a prossigamos nesta tarde.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Que profícuos sejam, como ontem foram!

Neste momento, serão reabertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

Para os Senadores presentes em Plenário, as inscrições serão feitas em lista específica de inscrições que se encontra sobre esta mesa. Para os Senadores que estão presentes remotamente as inscrições serão através do sistema remoto, como de praxe.

As mãos serão baixadas e, neste momento, estão reabertas as inscrições.

Os oradores inscritos terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas, dos presentes em Plenário e dos que estão remotamente.

A presente sessão deliberativa semipresencial foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais do Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota, e é destinada à deliberação da seguinte pauta:

- Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, de S. Exa. o Deputado Efraim Filho, que tem como nossa Relatora a Senadora Rose de Freitas – retirado ontem e posto para item 1;

- Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2018, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que tem como Relator S. Exa. o Senador Fabiano Contarato;

- Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2019, de S. Exa. o Senador Eduardo Gomes e outros Senadores, subscritores, portanto, que tem como Relatora a Exma. Senadora Simone Tebet;

- Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2017, de S. Exa. o Senador Antonio Anastasia, tendo como Relator o Senador Davi Alcolumbre;

- Projeto de Lei nº 1.869, de S. Exa. o Senador Jorginho Mello, que tem como digno Relator o Senador Eduardo Braga;

- Projeto de Lei nº 1.561, de 2020, de S. Exa. o Deputado Federal Capitão Wagner, tendo como Relator o Senador Weverton e, por fim;

- Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral, que tem como Relator na CAE o Senador Vanderlan Cardoso.

As matérias foram devidamente disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

Concedemos a palavra, por cinco minutos, ao representante da Comissão Interna Temporária de Acompanhamento do Coronavírus.

Com a palavra S. Exa. o Senador Styvenson Valentim.

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Informo ao senhor que, para celeridade, vou declinar hoje da palavra e retorno amanhã.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim, que declina do uso da palavra, mas se compromete em trazer informações que, ao longo desses últimos meses, têm sido relevantes no trabalho feito pela Comissão, tendo à frente o Senador Confúcio e, agora, S. Exa. o Senador Styvenson Valentim.

Pela ordem, o Senador Weverton Rocha. Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente,



conversando aqui com o Líder do Governo, nós não conseguimos... O Ministro Gilson, do Turismo, não está aqui em Brasília. Então, nós estamos pedindo para retirar de pauta o projeto das loterias para que, assim que ele chegue, a gente consiga construir um entendimento, porque ainda há uma pequena divergência com o Ministério da Economia. Então, eu peço a retirada de pauta desse projeto.

E o item 7, que trata sobre o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo, também conversando aqui com o Líder Fernando Bezerra e alguns colegas Senadores, como esse item é de acordo, é por consenso, e o Presidente do Tribunal está aqui – e nós queremos cumprimentá-lo –, gostaríamos de fazer esse pedido para que V. Exa. determinasse a inversão de pauta e fizéssemos a votação de forma simbólica para nós resolvermos esse item 7, porque já está superado o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Atendendo ao requerimento verbal de S. Exa. o Senador Weverton Rocha, que é o responsável pela relatoria do item 6, do Deputado Capitão Wagner, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Loteria da Saúde e a Loteria do Turismo, o pedido para que nós o apreciemos em data futura, acordado com S. Exa. o Líder do Governo Fernando Bezerra, esta Presidência acolhe e atende o pedido para a retirada do item 6 para providenciarmos, em discussão de Colegiado, nova data à sua apreciação.

Agora, Senador Weverton, o item 7 foi relatado na Comissão de Assuntos Econômicos pelo Senador Vanderlan Cardoso. Eu ponderaria que nós esperássemos, até porque poderíamos ter do Senador Vanderlan Cardoso a oportunidade de fazer, caso queira, o reforço às razões que levaram-no a defender a sua aprovação e que, ao final, de fato, assim se verificou a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que cria cargos efetivos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Se V. Exas. assim compreenderem, esperaríamos a chegada do Senador Vanderlan Cardoso, para que este possa também se pronunciar.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador Oriovisto Guimarães.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Quando for discutido o nº 7, eu gostaria de discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Gostaria de falar contra o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – V. Exa. já está inscrito para discutir a matéria do item 7. (*Pausa.*)

Eu trago à apreciação dos senhores...

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Líder Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpe interromper, mas uma sugestão: o Senador Vanderlan teve a oportunidade de fazer a defesa dessa demanda do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo na sessão da CAE. Foi, inclusive, aprovado por unanimidade. A minha sugestão...

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Não foi, não.





**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. discordou? Desculpa. Eu imaginei que tivesse sido a matéria...

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Não foi unanimidade.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não foi unanimidade. Então, está me corrigindo o Senador Oriovisto.

A minha sugestão era no sentido de designar o Senador Weverton para poder servir de Relator *ad hoc*, mas, tendo em vista a manifestação do Senador Oriovisto, então, eu me recolho, para que a gente aguarde a chegada do Relator, Senador Vanderlan Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu penso que é um gesto de atenção, Senador Fernando Bezerra, para com o próprio Relator, a fim de que ele possa fazer, repito-me aqui, o reforço dos seus argumentos. Eu estive presente, inclusive presidindo, na Comissão, naquele instante, a sessão e, de fato, houve o ponto discordante de S. Exa. o Senador Oriovisto Guimarães. Em rápidos, daqui a poucos instantes, o Senador Vanderlan, assim que chegar, nós faremos a chamada deste item 7.

Eu dizia aos senhores e às senhoras, saudando a presença da Senadora Rose de Freitas, que é Relatora do Projeto de Lei Complementar nº 5, eu pediria aos presentes e também àqueles que estão remotamente, que se anuem com o requerimento que fora apresentado a esta Presidência, da lavra do Senador Jaques Wagner, para a apreciação de um financiamento, de um empréstimo, na verdade, empréstimo que tem como beneficiário o Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que também foi matéria de apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos, no dia de ontem, e que foi aprovado, por unanimidade, e que, logo em seguida, teve o seu requerimento também acolhido pelo Colegiado, para que viesse a Plenário.

Se V. Exas. assim concordam...

Projeto de Resolução nº 47, de 2021, apresentado como conclusão do Parecer nº 22, de 2021, da Comissão de Assuntos Econômicos, o Relator Senador Jaques Wagner, que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$40 milhões, dos Estados Unidos da América.

Não foram oferecidas emendas perante esta Mesa.

Passa-se à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Na lista de inscritos, não há nenhum Sr. Senador ou Sra. Senadora inscrito.

Esgotada, pois, a lista de oradores, que não teve postulantes a fazer uso da palavra, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto de resolução, em turno único, nos termos do parecer.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

À unanimidade, aprovado o projeto de resolução.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 223/2021-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.1.1 do Sumário**)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Quero saudar o Relator, Senador Jaques Wagner, e cumprimentar, evidentemente, os maiores beneficiários, que são os nossos queridos baianos.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pelar ordem, S. Exa. o Senador Plínio Valério.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, hoje, na reunião da Comissão de Meio Ambiente, o Presidente Jaques Wagner disse que ligaria para o senhor – ele viajou com o Presidente Rodrigo –, porque eu apresentei um projeto de lei que cria o programa de incentivo ao desenvolvimento da energia eólica e da solar fotovoltaica. Foi um requerimento para ser lido aqui em Plenário. O Jaques Wagner pediria que o senhor mandasse diretamente já para a Comissão de Meio Ambiente. Ele pediu que eu solicitasse isso em seu nome e peço em meu nome também. Está aí para ser lido. Se puder ser lido, claro, beleza; se não, já seria direto na Comissão, e lá ele já designaria um Relator, porque eu acho que é o momento de a gente discutir essa questão, já que estamos com ameaça de apagão. Repito: é um requerimento de um projeto meu que cria o programa de incentivo ao desenvolvimento da energia eólica e da solar fotovoltaica.

É o pedido que lhe faço, em nome do Senado Jaques e meu, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito. Acolhido e recebido seu requerimento, querido Senador Plínio Valério.

Quero registrar também que falei há poucos instantes com o Senador Presidente Jaques Wagner no mesmo sentido, e ele já me prevenira de que V. Exa., em Plenário, se dirigiria à Mesa para fazer esse requerimento, e nós vamos tomar as devidas providências.

Senador Otto, V. Exa. pedira a palavra, creio que para falar sobre o item extrapauta que nós acabamos de votar, que atende ao pleito do Estado da Bahia para empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Pela ordem.) – Só para agradecer, meu estimado amigo Veneziano, por ter colocado o projeto da Bahia que é o projeto Profisco do Banco Mundial para aprimoramento de todo o setor financeiro do Estado da Bahia, de cobranças e aprimoramento. Eu queria agradecer aqui inclusive ao Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, que nos ajudou nesse sentido, e também ao Ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Os Estados, desde que tenham condição e espaço fiscal para encaminhar projetos nesse sentido de encontrar recursos para diversas finalidades, inclusive essa, é muito bom. Nós lutamos muito, ano passado, por um empréstimo do Banco Europeu de Investimento, que seria para infraestrutura e também para educação. Lamentavelmente, não conseguimos, perdemos o prazo, mas esse de hoje foi aprovado agora.

Eu queria agradecer aos Senadores e também a V. Exa. pela oportunidade de colocar em votação. A Bahia fica agradecida ao nosso grande representante da Paraíba, nosso Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com grande alegria! V. Exa. bem o sabe que esta Casa assim tem se postado quanto a todos os pleitos dessa natureza, não diferentemente quando a Paraíba assim requereu e aqui teve participação à unanimidade, celebrando as possibilidades de você fazer, o Governo fazer o melhor para os seus respectivos Estados. E não seria diferente, Senador Otto Alencar, em relação ao nosso querido e amado Estado da



Bahia. Parabéns a V. Exa., ao Senador Angelo, ao Senador Jaques Wagner, por representarem tão bem, à altura, o povo baiano.

Como nós, no início da sessão, tivemos a participação e o pleito apresentado por S. Exa. o Senador Weverton Rocha, que também foi seguido pelo Senador Fernando Bezerra, pedindo para que nós fizéssemos a inversão da pauta em relação ao item 7, em seguida eu perguntaria a V. Exas.... Porque nós estamos, Senador Fernando, Senador Weverton, é que nós temos o item 1, item em que traz a Relatora Rose de Freitas a leitura do seu relatório. Não sei se nós poderíamos... Foi um pedido, e eu estou expondo à Senadora Rose de Freitas, não sei, porque haverá discussões em torno. O Senador Oriovisto pediu, de fato, para se inscrever há um momento... A Senadora Rose de Freitas pede para que seja mantida a ordem.

Senadora Rose, V. Exa...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu só pergunto, indago se V. Exa. concorda com o pedido feito pelo Senador Fernando e Senador Weverton Rocha, para que nós façamos essa inversão do item 7, para analisarmos agora, neste instante.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Fora do microfone.*) – De acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – De acordo. A Senadora Rose de Freitas atende, e eu aqui faço a leitura.

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2017, de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que cria cargos efetivos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Nós estávamos a aguardar a presença, já entre nós, de S. Exa. o Senador Vanderlan Cardoso, que foi o responsável pela leitura e defesa do seu relatório na manhã de ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Vanderlan Cardoso.

Pareceres favoráveis ao projeto, sob nºs 115, da CCJ, Senadora Relatora Marta Suplicy; e 24, de 2021, da CAE, Relator Senador Vanderlan Cardoso.

Não foram oferecidas, para conhecimento dos senhores e senhoras, presentes e remotamente, que participam da sessão, emendas perante a Mesa.

Passa-se à discussão da matéria.

Como assim se pronunciou pedindo a palavra como o primeiro inscrito, passamos a palavra a S. Exa. o Senador Oriovisto Guimarães, presencialmente.

Senador Oriovisto com a palavra.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, como eu já tinha me pronunciado na CAE, eu entendo que provavelmente o pedido do TRE-SP é justo e que eles realmente precisem de mais trezentos e poucos servidores. Eu não discuto a justiça do pedido, eu discuto a legalidade de nós aprovarmos esse pedido. Acho que nós não podemos aprovar o pedido. Não tem como. Há um desrespeito, em série, a várias leis.

O art. 169 diz claramente:

Art. 169 A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos, funções, alteração de estrutura de carreiras, bem como, a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos, entidades de administração direta ou indireta, inclusive fundações,



instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Olha, na CAE, eu já argumentei que há, no relatório da PLOA-2022, a destinação de R\$1.106.009 para o fim da nomeação desses novos funcionários do tribunal lá de São Paulo.

Ocorre que na exposição de motivos já fica claro que são necessários 31 milhões. Então, não há verba para essa contratação. Esse R\$1.106.009 seriam suficientes apenas para nove cargos em comissão, que não é a pretensão. A pretensão são 370 cargos criados e não nove.

Ademais, na Lei de Responsabilidade Fiscal, existe a demonstração de origem dos recursos para o custeio dos atos que criaram e aumentaram despesa, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 21, I e art. 17, §1º. Exige a comprovação de que a despesa não comprometerá as metas do resultado fiscal; exige a demonstração da compensação dos efeitos financeiros nos períodos seguintes por aumento permanente, aumento permanente de receita.

Ainda se não bastassem todas essas ilegalidades, Sr. Presidente, há uma nova que eu cito hoje e que não citei na CAE ontem que me parece que é acachapante, é decisiva.

A Lei Complementar nº 173, de 2020, que nós aprovamos aqui neste Senado, em seu art. 8, inciso II, proíbe a criação de cargos até 31/12/2021.

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

.....  
II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

É mais cristalino que o sol.

Então, não vejo como este Senado aprovar esse pedido, que pode até ser justo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Não duvido de que haja trabalho e de que haja necessidade, não duvido de que muitos se aposentaram, de que o serviço aumentou, de nada disso eu duvido. Não é isso o que estou questionando. Estou questionando a legalidade do ato. Não tem como nós aprovarmos isso, estaríamos atropelando leis que nós mesmos aprovamos aqui nesta Casa.

Só isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com prazer, ouvimos o Senador Oriovisto Guimarães.

Pede a palavra S. Exa. o Senador Weverton Rocha. Em seguida, a mim me parece que também deseja expressar-se o Senador Vanderlan Cardoso, como Relator na CAE.

Senador Weverton, por gentileza.

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, ninguém melhor do que o nosso Relator do projeto, Senador Vanderlan, para fazer os devidos esclarecimentos e tirar todas as dúvidas. Mas gostaria aqui, também, de dar o nosso testemunho, porque eu acompanhei essa votação lá na Comissão.



Para se ter uma ideia, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, desde 2015...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – ... não contrata. De lá para cá, nós já temos 7 milhões de eleitores, novos 7 milhões de eleitores.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Senador Weverton, desde 2006.

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Desde 2005. Então, são 15 anos e já são quase 7 milhões de eleitores novos.

Nós, legisladores, quando colocamos aqui, por exemplo, a lei complementar que foi lida agora há pouco, temos que ver qual é a nossa principal intenção. Era o quê? Não ultrapassar o teto de gastos, não serem feitas novas despesas. E o próprio Tribunal Superior Eleitoral está dizendo que esse arranjo, que essa criação de cargos novos do TRE de São Paulo, em nada vai afetar o orçamento, porque eles estão remanejando, fazendo remanejamento dentro do próprio tribunal.

Então, Presidente, quero pedir vênica às bancadas, aos Senadores e colegas que não vão concordar ou que vão votar contra o projeto, mas quero fazer aqui a defesa e dizer que é importante porque, na hora em que você não sobrecarrega e ajuda a resolver São Paulo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – ... claro que o restante do País, também, começa a dar o tom de normalidade de seus trabalhos. Então, eu gostaria, já, de adiantar que nós estaremos acompanhando o Senador Vanderlan.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Weverton Rocha.

Com a palavra Senador Vanderlan Cardoso.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ontem, na CAE, nós debatemos muito esse projeto, inclusive com a participação do Senador Oriovisto. Mas, olha, só quero ressaltar aqui que no orçamento ele consta sim, na LOA.

As despesas decorrentes da execução dessa lei [quero frisar isso aqui] correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. A eficácia dessa lei e seus efeitos ficam condicionados [veja bem, Senador], aos limites orçamentários autorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, em anexo próprio, da Lei Orçamentária Anual (LOA) e ocorrerá de forma gradativa.

Senador Oriovisto, é gradativa, não vão contratar os 350 cargos de uma vez. Inclusive, em 2022 estão previstos os 9 cargos que já constam desse 1 milhão e pouco na lei.

Então, foi aprovado na CCJ, em 2017. Olha só! Esse projeto é de 2016, foi aprovado em 2017 na CCJ, e encaminhado ao Congresso em 2016. Já se passaram as eleições de 2018, de 2020, e é urgente que seja aprovado antes das eleições de 2022, quando cerca de 32 milhões de eleitores devem participar das eleições no Estado de São Paulo, o maior colégio eleitoral do País.

Aqui, também, eu quero ressaltar aos nobres colegas Senadores e Senadoras: quase 7 milhões a mais de eleitores. Se nós pegarmos o custo do TRE de São Paulo, comparado a outros Estados, é o mais barato do Brasil, cerca de R\$14 por habitante, sendo que nós temos Estado no nosso País em que são R\$95.

Então, aqui, o quê? Eu achei o mais justo...

*(Soa a campanha.)*



**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – ... achei justo o pleito do TRE de São Paulo.

Inclusive, Sr. Presidente, falei ontem na CAE e disse aqui: eu sou contra se estar criando cargos aleatoriamente, mas nós tivemos o caso aqui do projeto de lei, o nº 266, do Senador Wellington Fagundes, em que foram criadas seis universidades, as Supernovas, mas não foram destinados cargos de vice-reitor, de administrativo, de financeiro, corpo docente. Então, não adiantou criar, e foi feita uma lei específica para a criação desses cargos devido à urgência.

Agora, a cargos aleatoriamente eu também não sou favorável, mas aqui é um pleito justo.

Essas são minhas falas, Sr. Presidente.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, S. Exa. Vanderlan Cardoso.

Pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

Em seguida, o Senador Carlos Viana.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como disse o Senador Vanderlan...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... é verdade, este projeto já foi, inclusive, debatido aqui, aqui neste Plenário, mas é mais verdade ainda o que falou o Senador Oriovisto: nós aprovamos uma lei contingenciadora. Até o final deste ano, não pode ser criado cargo. Está autorizando a criação.

Então, eu tenho uma sugestão muito singela, Presidente, a oferecer ao Relator. Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2022, porque aí nós não estaremos aprovando a criação no período mencionado na Lei Complementar nº 173.

Como a coisa é gradual – e eu concordo com a sua frase, é justo, desde 2016 estão pedindo, precisam, vamos fazer paulatinamente –, aprova-se, entrando em vigor no dia 1º de janeiro de 2022. Nós não estaremos infringindo a Lei Complementar nº 173 e, para quem esperou seis anos, eu acho que nós não estaremos insultando o texto da lei e também estaremos reconhecendo que é justo e tempestivo – tempestivo será, não tenho dúvida – se for a partir de 1º de janeiro de 2022.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com a palavra o Senador Carlos Viana para discutir a matéria.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para discutir.) – Ilustre Presidente – muito obrigado pela gentileza –, Senadora Rose, meu abraço, cumprimentando todas as nossas Senadoras, os companheiros, meu boa-tarde.

Eu gostaria de puxar aqui o raciocínio com os Srs. Senadores com relação a essa proposta do Vanderlan e o que nós, como Casa Legislativa, podemos oferecer ao Brasil em redução dos custos, mas, principalmente, atendimento melhor à população.

Eu quero citar aqui que, na semana passada, nós criamos o Tribunal Regional da 6ª Região, atendendo a Minas Gerais. Todas as bancadas votaram, nós conseguimos vencer e mostrar claramente que não haveria custos, como não haverá. Como isso aconteceu? Porque, na Administração Pública, todas as vezes que a gente fala assim "não vai ter custo", a gente tem que logo colocar um pé atrás.

Hoje, com o processo eletrônico, com a possibilidade de que os nossos meritíssimos, os nossos juízes de Primeira Instância, tenham acesso pela internet e as suas decisões também, juntamente com os seus servidores, pela internet, pelo processo judicial eletrônico... A Justiça Federal, em Minas – e que aqui faço



um recorte, Senador Weverton –, em específico, ela própria, os próprios técnicos da Justiça Federal nos trouxeram um estudo mostrando que, com o PJE, houve um espaço de trabalho de 40%. Não vou dizer ociosidade – não é a palavra certa no português –, mas as decisões de Primeira Instância se tornaram mais rápidas e o Tribunal, na Primeira Instância, passou a ter um vácuo de 40% a ser preenchido.

A própria Justiça Federal nos trouxe o relatório e propôs a criação do Tribunal Regional da 6ª Região com esse espaço, com esse aproveitamento: o mesmo prédio, os mesmos servidores, nenhum espaço a mais, nenhuma compra a mais. Criou-se o tribunal. Por que isso? Porque, na Segunda Instância, os processos, em Minas Gerais, levavam até seis anos para serem julgados.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Aqui, esse exemplo, a meu ver, serve para as demais áreas do Judiciário. A Justiça do Trabalho, que, depois da nossa reforma, também teve o número de processos diminuído. O próprio Tribunal Superior Eleitoral nós precisamos começar a pensar em como vamos tornar a Justiça mais célere, aproveitando o que já está, sem criar novas despesas. Esse exemplo de como nós podemos fazer na Administração Pública, o TRF-6, a meu ver, é um caso que precisa ser estudado pelo próprio Judiciário.

Nessa situação do Senador Vanderlan, não estão sendo criados novos cargos; está sendo feito um aproveitamento do que já existe, servidores que se aposentaram. Mas o Senador Esperidião Amin colocou, com muita clareza e sempre com muita firmeza, para que a gente possa entender que, hoje, o contribuinte brasileiro...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – ... que está sobrecarregado nos impostos, na inflação, na gasolina a R\$7,00, esse contribuinte não quer aumentar a despesa pública em nada; esse contribuinte quer e nos exige que, cada dia mais, o que ele coloca com impostos nós saibamos usar com responsabilidade e, principalmente, voltados para melhorar a vida dessas pessoas que dependem da Justiça, da nossa democracia, do TSE, das votações.

Portanto, minha contribuição aqui é de um voto favorável ao Senador Vanderlan, mas lembrando aos nossos dignos e competentes servidores da Justiça do Judiciário, desde o STF até a Primeira Instância dos Tribunais de Justiça: nós temos que começar a levar em consideração como aproveitar esses espaços que estão surgindo com a tecnologia e com as reformas que nós estamos votando aqui a cada dia, tornando mais simples o relacionamento do cidadão brasileiro com os governos.

Minha contribuição, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito valiosa, caro Senador Carlos Viana.

Senador Vanderlan, deseja dirigir-se à sugestão proposta pelo Senador Esperidião?

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Como Relator.) – Sim.

Senador Esperidião, muito boa a sua intervenção. Senador Esperidião, os cargos criados constam na PLOA de 2022. De qualquer maneira, só vai valer a partir de 2022.

Então, eu acato a sugestão de V. Exa. para que seja realmente em 2022.

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Só uma dúvida.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Pois não, Senador Weverton.

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Mas nesse caso, já está na redação? A gente não estaria alterando o mérito para não voltar para a Câmara?





**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Já está na redação.

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Porque o efeito já é para o ano que vem. Então, assim, já veio contemplado...

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Já vem, já está contemplado...

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – ... porque ele veio da Câmara.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Só um minuto, Senador Fernando Bezerra, porque nós temos como último inscrito S. Exa. o Senador José Aníbal, para que nós passemos à fase seguinte, que é, exatamente, a conclusiva.

Senador José Aníbal. *(Pausa.)*

Senador José Aníbal, nós não temos o áudio. *(Pausa.)*

Não, continuamos a não o ouvir.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir. *Por videoconferência.*) – ... toda vez que isso acontece.

Presidente, me ouve agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Agora, sim.

V. Exa. está com a palavra.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senadores, Senadoras.

Eu pedi a palavra, Presidente, sobre uma questão relativa ao primeiro item da pauta, a minha solicitação, pela ordem, foi em relação ao primeiro item da pauta. Eu quero propor o adiamento dessa discussão.

Eu não sei...

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador José Aníbal...

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – É melhor que eu fale depois, então?

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Exatamente, Senador José Aníbal. Era exatamente... É exatamente isso que eu gostaria de propor a V. Exa., até pedindo desculpas pela deselegância de interrompê-lo, para que nós concluamos esse item que foi invertido na sua pauta e assim que nós chamarmos o item 1...

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... de relatoria da Senadora Rose de Freitas, V. Exa. terá a oportunidade de expressar-se.

Nós não temos mais inscritos, apenas registramos aqui, nas palavras finais de S. Exa. o Senador Vanderlan Cardoso, Relator da matéria, que o atendimento ao que foi proposto pelo Senador Esperidião Amin, sem perdas da condição terminativa da matéria no Senado Federal, foi acatada, Senador Esperidião Amin.

Nós não temos mais inscritos.

Esgotada a lista de oradores, portanto, está encerrada a discussão.

Esta Presidência submeterá a matéria diretamente a votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, com adequação redacional realizada em Plenário.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado o projeto com adequação redacional com os votos contrários registrados, ou que estamos a registrar: S. Exa. o Senador Oriovisto Guimarães, S. Exa. o Senador Reguffe, S. Exa. o Senador Lasier Martins e S. Exa. o Senador Kajuru, o Senador Eduardo Girão também se pronuncia contrariamente e o Senador Esperidião Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fico satisfeito com a consignação de que a vigência seja a partir do primeiro dia de 2022.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Portanto, com o voto favorável do Senador Esperidião Amin, só para que nós aqui reforçemos.

Os Srs. Senadores Oriovisto Guimarães, Senador Kajuru e Senador Reguffe se posicionaram contrariamente.

Aprovado o projeto com adequação redacional.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu pediria, mais uma vez, a compreensão da Senadora Rose de Freitas para que nós chamemos dois oradores inscritos, já que iniciamos a sessão, e assim não o fizemos, até para que tenhamos a oportunidade de atender à pauta, que é ampla nesta tarde.

Nós ouviremos o Senador Dário Berger e o Senador Luiz do Carmo. E, logo em seguida, Senadora Rose de Freitas, nós teremos o item 1, sob sua relatoria.

Senador Dário Berger. (*Pausa.*)

O Senador Dário Berger encontra-se conectado conosco? (*Pausa.*)

O Senador Dário Berger, em momento oportuno, voltará a conectar-se conosco.

S. Exa. o Senador Luiz do Carmo. (*Pausa.*)

S. Exa. o Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

S. Exa., querida e distinta, Senadora Zenaide Maia.

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, não vou discutir nem a pauta de hoje. Eu queria chamar a atenção, quer dizer, mostrar a situação em que vivemos.

Amanhã, com certeza, 100 milhões de brasileiros não sabem se vão ter o que comer. São milhares de desempregados. Enquanto isso, os bancos têm lucros recordes neste País. São 14 milhões de desempregados, mais da metade da população com insegurança alimentar. Enquanto isso, a Petrobras tem lucro, divide lucros e dividendos a seus acionistas de R\$42,9 bilhões! Os brasileiros fazem filas para comprar ossos e a gente aqui tem que ter esse olhar diferenciado. Não é possível! E, mesmo assim, a proposta que este Governo apresenta para a gente, com certeza, não é de geração de emprego e renda. A proposta é o quê? A venda dos Correios, instituição com mais de 350 anos, lucrativa, e que vai desempregar um bocado de gente neste País. E o que deveria ser uma PEC, porque, na Constituição, diz que o direito à caixa postal todos têm, que isso é o serviço postal do povo brasileiro.

Enquanto bancos têm lucros recordes, enquanto a Petrobras tem lucros recordes, o povo brasileiro está com fome, desempregado e morrendo da covid-19; e, a curto prazo, se não chover, vai haver o escuro, a escuridão desse povo. Ao mesmo tempo, a gente vê os dois senhores mais importantes da economia nacional, o Ministro Paulo Guedes e o Presidente do Banco Central, Roberto Campos, que, além de serem isso aí, são os únicos representantes do Conselho Monetário Nacional, gente! São autoridades resolvendo investir em paraísos fiscais!

Esse mesmo Sr. Paulo Guedes, que diz que não há plano econômico para geração de emprego e renda, por que, então, é o Ministro da Economia, cujo Ministério se juntou ao do Planejamento?



O que faz as autoridades que definem a economia deste País investirem em paraísos fiscais? Fugir dos impostos? Uma pergunta que não quer calar! Ocultar patrimônio? Ou protegê-lo para uma possível ruptura econômica deste País?

Isso é muito grave, gente! Este Senado deve sentar e ver.

Do jeito que está a política da Petrobras – e eu vejo aqui a defesa da Petrobras –, com um litro de combustível de gasolina por R\$7, com um botijão por R\$120, R\$130, R\$140, com 100 milhões de pessoas que vão acordar amanhã sem ter a certeza de ter os alimentos de que precisam, este Congresso deve, sim, dar uma resposta a esse povo! E não é aprovando PEC nº 32, tirando dos professores, dos médicos, dos enfermeiros, da segurança pública deste País. Não é esse povo que é privilegiado neste País. Privilégio quem têm são os bancos, e o Governo acha pouco e ainda paga pelas sobras de caixa dos bancos, que são milhões no ano, de que o Ministério da Economia não dá nem satisfação.

Então, em vez de propostas, aqui, de pautas para retirar recursos para educação, para saúde, para segurança pública, para defensoria pública, a gente deve cobrar deste Governo que cobre desses lucros exorbitantes, até imorais, que os bancos fazem em cima do povo brasileiro! Vamos mudar esta política da Petrobras! Vamos deixar de fazer renúncias fiscais bilionárias para devedores contumazes, que devem, não pagam e conseguem, com uma medida provisória, fazer Refis de 95%.

Então, esta Casa, Sr. Presidente, para finalizar, deve ver qual é a prioridade: se são os 14 milhões de desempregados, os mais de 33 milhões na economia informal, os mais de 30 milhões também subempregados, subutilizados ou os mais de 100 milhões, quando se somam, que, amanhã, não sabem se vão ter os alimentos necessários para sua sobrevivência.

Não existe falta mais importante do que isso aqui!

Nada contra a pauta que está sendo apresentada, mas, se esta Casa está na defesa do povo brasileiro, deve estar na defesa de uma renda mínima e de uma geração de emprego e renda!

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Eu indago se S. Exa. o Senador Dário Berger se reconectou conosco.

Senador Rogério Carvalho.

Senador Rogério. (*Pausa.*)

Item 1 da pauta.

Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, do Exmo. Sr. Deputado Efraim Filho, que permite a prorrogação, por até 15 anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais.

Perante a Mesa foi apresentada a Emenda nº 1.

A matéria constou da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa de ontem, quando teve sua apreciação adiada, com a concordância do colegiado, e transferida para a data de hoje.

A matéria depende de parecer.

Fazemos a designação da Exma. Sra. Senadora Rose de Freitas para proferir parecer de plenário.

Antes, como havíamos nos comprometido, com a palavra o Senador José Aníbal. Logo em seguida, a Senadora Rose de Freitas.

Senador José Aníbal.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.



*Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consideração no sentido de que essa discussão, a discussão sobre esse projeto, PLP nº 5, seja enviada para a Comissão de Assuntos Econômicos. **(Requerimento nº 2147/2021 - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

Esse projeto, Sr. Presidente, chegou ao Senado no dia 29 de setembro, hoje é dia 6 de outubro. É um projeto que concede, renova incentivos fiscais. Eu não vou me estender sobre essa questão, que é a questão sobre a qual o Parlamento mais fala e menos faz, que é a tal reforma tributária.

Não avança. Avança a guerra fiscal; avançam remendos como esse que agora estamos recebendo da Câmara, chamado de reforma tributária, que é uma mudança no Imposto de Renda. Mas a reforma tributária não avança e ela vai na direção do que a Senadora Zenaide Maia dizia agora há pouco. Ela tem em conta também a regressividade da cobrança de impostos. Os trabalhadores e os pobres do Brasil pagam mais impostos que os ricos do Brasil proporcionalmente. No entanto, o nosso empenho vem sendo reiterado na questão da guerra fiscal.

Nessa matéria específica, foram regras estabelecidas em 2017, que deveriam ser convalidadas em prazos variáveis de cinco a quinze anos. Portanto, agora já há as primeiras que necessitariam ser convalidadas.

O Senador José Serra, quando se discutiu essa matéria no Senado, em 2017, prognosticou que, muito provavelmente, aconteceria o seguinte: vence o prazo de vigência e aprova-se novamente a prorrogação dos subsídios. Não se discute.

Eu acho que é essencial uma discussão sobre isso. Nós vimos ontem uma sessão do Parlamento que fez o Senado crescer, discutindo o projeto sobre ferrovias, o Marco Regulatório das Ferrovias do Brasil, um projeto extraordinário.

Por que ele é extraordinário? Porque ele cria oportunidades para investimento, para este País andar, cria novos horizontes para a infraestrutura do Brasil, para a competitividade, para o frete mais barato, para a indústria ferroviária se desenvolver; enfim, empregos.

Aí, hoje, nós estamos de novo na questão de incentivos fiscais, novamente. Há um custo enorme para o Brasil inteiro; e há um custo maior para uns e há um benefício para outros. Do ponto de vista da população, do resultado prático, do ponto de vista fiscal, isso acrescenta? Eu não sei. Eu acho que não acrescenta. Mas, de qualquer maneira, eu gostaria que esse debate fosse levado à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O meu colega de partido, o Senador Izalci, que conhece profundamente essa matéria, fez-me uma abordagem clara, dizendo: "Olha, isso foi um entendimento". Tudo bem, foi um entendimento no sentido de que isso seria convalidado em cinco anos. Mas e a situação fiscal do Brasil? O Senado tem consciência, claro, de que a crise fiscal no Brasil já é estrutural. Ela não é um evento, ela é uma realidade permanente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Para concluir, Senador José Aníbal.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Então, eu gostaria de fazer um apelo...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ...à Senadora Rose de Freitas, que é uma Senadora que certamente se dedicou a estudar essa matéria nesses poucos dias e certamente fará uma apresentação muito adequada sobre esse PLP, mas pedir a ela que nos dê essa chance de fazer uma reunião da CAE, onde seriam ouvidos especialistas, interessados, e seria feito o debate, o debate que a gente fez sobre o projeto das ferrovias, o novo Marco Regulatório, que levou a uma aprovação praticamente unânime do projeto e que envolveu de fato a Câmara, o Senado, envolveu Senadores de diferentes Estados.



Então, antes mesmo de a Senadora fazer a sua apresentação e sem nenhuma crítica específica ao Deputado Efraim Filho, brilhante Deputado, que foi o autor desse projeto, eu gostaria de registrar esse requerimento que entreguei à Mesa pedindo que seja feita uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos com as razões que manifestei lá e que reitero aqui.

Só para finalizar, Presidente. Do 29 ao dia 6, eu mal tomei conhecimento de que o projeto estava na Casa. Então, eu gostaria, eu próprio, de participar desse processo. São Paulo está sempre na mira dos subsídios e da guerra fiscal. E essa guerra fiscal, Presidente, é uma corrida para o fundo. Ela não é uma corrida para frente nem para o alto. Eu queria ponderar, então, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, especialmente à Senadora Rose de Freitas, a possibilidade de fazermos uma reunião da CAE, pode ser já na semana que vem, para aprofundar esse debate, para amadurecer esse debate e reiterar, mais uma vez, o quanto é importante a gente parar de se esconder e evitar o grande debate, que é a reforma tributária no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador José Aníbal.

Eu indago a S. Exa. a Senadora Mara Gabrilli, que ergueu a mão para falar, se é a respeito desse tema.

Senadora Mara...

Senadora Mara...

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Sim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não.

Senadora Mara Gabrilli, com a palavra.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente.

Colegas Senadoras e Senadores, eu quero me unir ao meu amigo e colega de bancada, o Senador José Aníbal, na defesa do Estado de São Paulo e nesse requerimento apresentado que solicita o adiamento de votação para realização de audiência pública na CAE, e, assim, aprofundarmos o PLP 5, de 2021, matéria de extrema importância.

Eu quero parabenizar toda a dedicação e todo o esforço da Senadora Rose de Freitas nessa relatoria.

Esse projeto, Presidente, foi aprovado no dia 28 de setembro, na Câmara dos Deputados. Ele acabou de chegar aqui ao Senado Federal. E eu sou uma Parlamentar que gosta de construção democrática, de diálogo. Por isso, eu nunca fugirei a uma audiência pública ou a um debate, especialmente se for para melhor instruir nossa tomada de decisão para uma proposição com tamanho impacto para os Estados.

E, por conta disso, eu quero me somar à voz do Senador José Aníbal e clamo aos nobres pares pelo apoio na aprovação do requerimento de adiamento de votação do PLP 5, de 2021.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

O Senador Vanderlan pediu também a palavra. Quero crer que... É nessa linha ou é para discutir a matéria, Senador Vanderlan?

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Para discutir a matéria. Eu queria só fazer uma observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB -



PB) – É porque nós não estamos ainda na fase da discussão.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Sim, mas eu quero só fazer umas observações com relação ao que foi dito aqui pelo Senador José Aníbal e pela Senadora Mara.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito, Senador Vanderlan, com a palavra.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Pela ordem.) – Eu só quero aqui, Sr. Presidente, buscar a origem do que se deu, o prazo para alguns setores para poder fazer o convênio do ICMS.

Então, veja bem, é a LCP nº 160, de 2017, prazo de fruição após início da produção de efeitos do convênio. Então, setores agropecuário e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano pegaram 15 anos, ou seja, igualou-se ao Confaz, que vai até 2032, porque é de 2017; mas os setores, atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador, pegaram oito anos, vai até 2025; atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria, cinco anos e vence em 2022.

Sr. Presidente, os nossos Estados Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os Estados em desenvolvimento, precisam desses investimentos, desses incentivos. Seria muito desigual com o Estado de São Paulo, que cresceu, que se desenvolveu, e com os Estados do Sul, praticando um incentivo fiscal que é legalizado e é normal, que, ao passo, quando eles vendem para os nossos Estados, a alíquota de ICMS é 7%.

Então, nós precisamos, os nossos Estados, até essa condição de se igualar os incentivos dos Estados até 2032. Era essa a observação que eu queria fazer com relação ao projeto, muito bem relatado pela Senadora Rose de Freitas. A cada dia que passa, aqui, nós estamos levando a esses setores, principalmente o que vence em 2022...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – ... uma condição muito ruim, até de desespero a esses setores.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado a S. Exa. Senador Vanderlan Cardoso.

Quem pede pela ordem...

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, rapidamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador Fabiano.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu tenho o item nº 2, que é remanescente da pauta da manhã, de extrema importância, de atendimento ao SUS. Eu acho que a gente podia avançar com esse item primeiro, votar esse requerimento e já deliberar sobre isso, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nós vamos fazê-lo, Senador Fabiano Contarato. Deixemos superar essa fase discursiva em torno do item 1, para que, em seguida, passemos, imediatamente, à apreciação do item 2, como nós nos comprometemos e em pauta está.

O Senador Roberto Rocha pede a palavra.

Pela ordem, Senador Roberto.

Em seguida, a Senadora Rose Freitas.

**O SR. ROBERTO ROCHA** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela



ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu quero me somar aqui aos que estão apoiando a iniciativa do Senador José Aníbal. Respeitosamente, em relação ao mérito – porque eu não quero discutir o conteúdo –, eu quero apenas advertir, como Relator da reforma tributária, que, depois de três anos de trabalhos acumulados, no Senado Federal, uma matéria de iniciativa do Senado Federal, a Casa da Federação, ontem, no dia do aniversário da nossa Constituição Federal, completando 33 anos, nós entregamos nosso relatório, pela primeira vez na história com a presença e o apoio do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Governos Municipais, ou seja, algo histórico.

Eu quero dizer que esse assunto deveria estar sendo discutido no bojo da reforma tributária e não em um projeto separado. Isso por quê? Porque senão a gente vai aumentar e muito as possibilidades de judicialização da matéria. Não tem sentido a gente ficar discutindo prolongamento de prazo, de incentivos de ICMS, se o ICMS vai ser extinto! Ora, atualmente, os incentivos vão até 2032 – até 2032. Em virtude disso, eu fiz o prazo de migração, de transição de cinco anos para sete anos, ou seja, ao invés de fazer de cinco anos, nós vamos fazer sete – dois de experiência, de teste, e mais cinco de transição –, para tentar coincidir com o prazo que está estabelecido, atualmente, dos incentivos. Ora, ainda assim, a gente tem a suspeita de que vai ter judicialização.

Se, por acaso, o Senado vota e aprova essa matéria agora é evidente que ou a gente prolonga o prazo para muito mais do que sete anos ou a gente vai ter que enfrentar essa judicialização, de tal modo que, feita essa advertência na condição de Relator da PEC que trata – exatamente – dos tributos da base de consumo onde está o ICMS, eu quero fazer um apelo para os meus colegas, para que a gente possa retirar essa matéria de pauta, respeitando a relatoria da Senadora Rose, respeitando todos aqueles que defendem os seus Estados, é legítimo. Eu sou do Estado que mais carece de investimentos. Não estou falando aqui como o umbigo lá do Maranhão, não; eu estou falando como autor de uma PEC que é do Senado Federal. E, lá na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos, a gente tem a oportunidade de melhor explicar e debater essa matéria.

Portanto, apoio o requerimento de adiamento da votação e de encaminhamento do assunto para a Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Grato a S. Exa. o Senador Roberto Rocha.

Eu pergunto ao Senador Otto Alencar se deseja usar da palavra pela ordem. (*Pausa.*)

Senador Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu respeito muito as colocações do nobre Senador José Aníbal e do Senador Roberto Rocha, que é o Relator da PEC da reforma tributária, concordo com muitas das colocações do Senador Roberto Rocha, e até discutimos essa situação, mas um fato não prejudica o outro. Aqui tem um projeto para ser votado que tem efeito praticamente imediato, ao passo que a PEC vai ser votada, é um caso mais eletivo. Isso aqui é necessário, como falou o Senador Vanderlan, é fundamental para os Estados em desenvolvimento. Eu acho que não dá para adiar, como foi adiado de ontem para hoje, o relatório da Senadora Rose de Freitas, competente, dedicada, por quem tenho um carinho e uma admiração muito grandes, não só pela pessoa que tem esse trato muito educado com todos nós, mas pela sua competência.

Então, o que vai acontecer aqui são benefícios financeiros e fiscais vinculados a ICMS destinado à manutenção de incremento das atividades comerciais. Sem essa aprovação, nós vamos ter grandes dificuldades, inclusive no meu Estado. Agora, as colocações dos Senadores de São Paulo são pertinentes, mas também não houve Estado mais beneficiado neste Senado do que São Paulo na renegociação da sua dívida. O meu Estado tem uma dívida com a União, Senador Veneziano, de R\$6 bilhões. O Estado de São Paulo negociou uma dívida de R\$220 bilhões.





*(Soa a campanha.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA) – A segunda dívida do Brasil é da capital do Estado de São Paulo, e nós votamos a favor para renegociar essa dívida, estimulando São Paulo a continuar sendo a mola propulsora do desenvolvimento econômico do Brasil. Mas nós do Nordeste queremos também essas condições de benefício fiscal para que o Nordeste, o Centro-Oeste e os outros Estados possam ter a condições de se desenvolver e continuar no caminho de poder, mantendo esses incentivos fiscais, preservar os empregos dos nossos Estados em desenvolvimento.

Então, eu concordo plenamente com o Senador Vanderlan e com a Senadora Rose de Freitas e proponho que não seja adiada a votação. Vamos para o voto! Esta Casa tem que deliberar a respeito de matéria dessa importância. Essa matéria é para hoje. Ela é importante. É aquele negócio de botar na sala e operar; não dá para pedir mais exame. A PEC é uma coisa eletiva. Vamos estudar...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA) – ... até o final do ano. Eu proponho isso. O Senador Roberto Rocha tem feito um esforço muito grande, e era para ter sido apreciado antes disso aqui. Ficou esse tempo sendo postergado, mas vamos fazer, mas agora é importante que se vote essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Otto.

Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Veneziano, primeiramente eu quero cumprimentar a minha querida Senadora Rose de Freitas e, ao cumprimentá-la, cumprimentar pelo trabalho sempre dedicado na construção do relatório.

Eu inclusive fui o Relator sobre a guerra dos portos, quando do meu primeiro mandato no Senado da República, e acho que a guerra fiscal é um dos grandes males deste País. No entanto, Sr. Presidente, na ausência de um plano de desenvolvimento nacional, vedar a possibilidade de os Estados mais pobres poderem atrair investimentos é legá-los ao desemprego, à falta de investimento, à falta de renda, à falta de perspectiva.

Ainda há pouco, o Senador Otto colocou com muita objetividade que nós precisamos ter a responsabilidade federativa, e a Casa do Senado é a Casa para que nós tenhamos essa responsabilidade federativa. E aqui, conversando com o Senador Plínio Valério, porque essa matéria também diz respeito ao Amazonas, afinal de contas nós queremos ter competitividade, diz respeito à Federação como um todo. E falei, ainda há pouco, com o Senador Izalci, também do Centro-Oeste. E nós entendemos que, na ausência... E olhem, já vão lá seis anos, Senador Otto, que nós conseguimos votar o fim da guerra fiscal, a guerra dos portos; seis anos depois, o País não conseguiu apresentar uma alternativa. Nós não podemos, portanto, negar a brasileiros essa oportunidade.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, o MDB, Sr. Presidente, encaminha para que nós possamos deliberar a matéria no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senadora Rose de Freitas.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relatora.) – Sr. Presidente, compreendo todas as manifestações, inclusive a do requerimento colocada pelo querido



amigo hoje substituindo um grande Senador, que é o Senador José Serra, mas também me incomoda sobremaneira, vivi essas discussões ao longo do tempo, ao lado do Senador Ferraço, dos Governadores Casagrande, Paulo Hartung: não se trata de salvar algum e prejudicar o outro; não se trata. Trata-se de olhar o Brasil exatamente com a responsabilidade que cada Parlamentar tem aqui. Nós somos três Senadores para representar o nosso Estado. É evidente que a discussão sobre essa Federação e sobre a necessidade de mudar, ajustar a realidade às crises que a economia provoca, o solavanco que ela deixa, evidentemente, nessa discussão vai ter sempre alguém dizendo que está perdendo e que nós estamos aqui fazendo uma votação a despeito do sentimento, do debate de uma Comissão nesta Casa. Não é assim. Aqui se debatem todos os dias todos os assuntos pertinentes aos nossos Estados, às nossas cidades, ao País. Falta muita coisa para ajustar essa discussão no equilíbrio que se provoca ao pedir que haja a suspensão dessa matéria.

Ora, essa matéria foi colocada ontem para votação e não se votou ontem porque já se tinha demandado um tempo e o quórum estava ineficiente para essa votação. Não queríamos prejudicar a matéria.

Eu é que tenho um apelo a fazer: o Brasil tem pressa. Eu costumo dizer que, muitas vezes, a pressa da política é diferente do tempo das coisas, do tempo de um país debilitado, do tempo de um país precisando de políticas emergenciais, precisando de reformas. Há quantos anos nós estamos falando de reforma tributária e ela não acontece? Agora, depois de três anos, um projeto está chegando e vamos debatê-lo. Mas não vamos parar o Brasil por causa da pauta da reforma tributária. Ela deveria ter acontecido para acelerar o Brasil.

Portanto, o apelo que eu faço aos nobres colegas é para que a gente vote, vote, vamos expressar aqui a voz dos nossos Estados no debate dessa matéria extremamente importante. Vamos votar. É isso o que eu peço.

Peço desculpas, muitas desculpas, ao Senador José Aníbal. Já nos debruçamos muito sobre as dificuldades de São Paulo, mas os nossos Estados estão com dificuldades em todos os setores. E hoje o pedido de socorro vem deles, dos nossos Estados, vem do agronegócio, vem do comércio. A indústria teve um tratamento que lhe permitiu respirar, se não tivesse esse tratamento não poderia respirar, não poderia estar, hoje, de pé, no Brasil. Então, vamos levar todos os outros para que essa luta pelos Estados se faça presente através dessa votação.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Rose.

Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu não vou entrar no mérito da votação, até porque o meu querido colega José Aníbal e também a Senadora Mara pediram essa reflexão, mas vou entrar no mérito.

Em 2004, eu era Secretário aqui quando foi aprovado o Tare, que é um incentivo fiscal no DF. Imediatamente, o Ministério Público do Distrito Federal entrou com uma ação que ficou no Supremo anos e anos. Em 2011, eu vim para o Congresso, para a Câmara Federal, e participei de todo o debate da questão da guerra fiscal. O Haully, durante 20 anos, vem debatendo. Tanto é que a PEC 110 é de origem do projeto do Haully na Câmara. E a gente vem discutindo essa matéria.

Eu tive oportunidade, Presidente, ainda nesse período de 2011, 2016, de ver várias empresas do DF indo embora para a Bahia, para Goiás, para Minas Gerais, foi todo mundo embora. E aí eu fiquei assim: caramba, por que acontece isso? O Supremo decidiu que o incentivo era inconstitucional. Se tivéssemos que devolver o que o Supremo decidiu, se vendêssemos todas as empresas, não pagaríamos o valor determinado. O Supremo segurou durante cinco anos. E aí veio a 160, de 2017, da qual eu participei, onde a gente



conseguiu flexibilizar a questão da decisão do Confaz. Especificamente, aqui no Centro-Oeste, ficou que o DF poderia, também, dar os mesmos incentivos do Centro-Oeste. Mas não deu tempo, infelizmente...

Eu sou o Vice-Presidente da Frente de Comércio e Serviços. O setor atacadista, por exemplo, ficou cinco anos; a indústria 15. Nós...Aqui no DF, nem deu para recuperar, para trazer de volta ou fazer alguma coisa. O maior desafio nosso aqui vai ser mudar a matriz econômica, o DF depende do Fundo Constitucional, depende do servidor público.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se a gente não tiver essa matéria resolvida, nós não poderemos trazer de volta ou trazer novas empresas para gerar emprego. Talvez o DF, hoje, tenha o maior índice de desemprego deste País.

Então, quanto ao mérito da questão, eu acho que tem que ser votado e urgentemente!

Mas, é evidente, com o pedido do meu querido José Aníbal e da Senadora Mara, do meu partido, eu não posso fazer encaminhamento diferente. No caso do PSDB, nós vamos liberar, mas eu faço um apelo em termos do mérito: o setor de comércio, principalmente atacadista, precisa resolver isso, e eu, como Vice-Presidente, faço um apelo para que os Parlamentares votem favoravelmente ao projeto.

Parabenizo a Senadora Rose pelo esforço, pelo trabalho que ela fez!

Então, acho que no mérito, nós não estamos mudando. Nós estamos... Se tivesse sido aprovada a reforma tributária... Isso é que nós temos que fazer. Isso tem que permanecer...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que aprove a reforma tributária.

Então, coloque na pauta a reforma tributária. E, enquanto isso, na hora em que chegar a reforma, a gente acaba com a guerra fiscal e a gente introduz, então, o novo modelo com a reforma tributária.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Designada...

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Pela Bancada do PT, conforme expressou o Líder do PMDB, nos termos...

Nós somos contra o adiamento e queremos votar hoje esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito, Senador Paulo Rocha.

Eu queria me dirigir até, porque assim esta Presidência deve, ao Senador José Aníbal, à Senadora Mara Gabrilli, ao querido Relator da PEC 110, Senador Roberto Rocha, queridos integrantes do PSDB, mas não podemos desconhecer que as falas de outros companheiros que representam bancadas, como o Senador Eduardo Braga, Líder do MDB, Senador Otto Alencar, inclusive Presidente da CAE, Senador



Paulo Rocha, do Partido dos Trabalhadores, ficam expressas... Senador Weverton Rocha, Líder do PDT, ficam expressas as disposições...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador Carlos Viana, Líder do Governo.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Pela ordem.) – Não – não –, pelo PSD, também votação hoje, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois bem.

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Só para corrigir, Presidente, só para corrigir.

Eu, hoje, só faço parte da Mesa e, na Liderança, é o nosso querido Cid Gomes. Eu só fico ajudando a segurar a pasta da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Temos absoluta certeza de que não se sentiria desmerecido e não se sente desmerecido o Senador Ministro Cid Gomes por eu ter mencionado V. Exa. na condição de Líder do nosso querido PDT.

Pois bem, eu queria pedir vênia, com muita franqueza e sinceridade, aos Senadores, mas não podemos deixar ou desconhecer que estão expressas na forma ou nas formas das palavras dos Líderes aos quais eu citei, referenciando cada uma das bancadas que são lideradas, o desejo de que seja lido o relatório e de que nós apreciemos e, ao final, votemos a matéria.

Por esta razão, voltamos a registrar, designando a Senadora Rose de Freitas para proferir parecer de Plenário.

Senadora Rose de Freitas, por gentileza, V. Exa. tem a palavra.

Senador José Aníbal, V. Exa. ainda deseja...

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu queria dizer uma palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador José Aníbal.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Posso falar, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pode, é claro.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu fiquei preocupado com algumas coisas que eu vi aí.

Eu nasci e fui criado em Rondônia. O meu pai era cearense. Estudei no Rio, morei lá, estudei em Minas, morei lá e estou em São Paulo há 40 anos, quando voltei do exílio. Fiquei preocupado com o que eu vi aqui. Eu sou um brasileiro! De Manaus, de Porto Alegre, de Fortaleza, do Recife, do Brasil! Eu vejo aqui um laivo assim de "não, São Paulo isso, São Paulo aquilo". São Paulo não quer prejudicar ninguém. São Paulo nunca criou uma equação como "Olha, o sucesso de São Paulo é o atraso do Brasil"; ao contrário. Basta ver, na questão tributária, o que São Paulo contribui para o Brasil e o que São Paulo recebe de volta. E é algo sobre o que São Paulo nunca fica espezinhando, criticando. Recebemos 1% ou 2% dos quase 40% ou mais que mandamos de Imposto de Renda, de IPI, disso e daquilo outro.

Eu me sinto um paulista do Brasil. Eu conheço bem as realidades do Nordeste do Brasil e conheço também os malfeitos que foram feitos com programas importantíssimos de incremento ao desenvolvimento regional com dinheiro dos incentivos fiscais, boa parte dele saído de São Paulo. Mas também em São



Paulo muita coisa errada foi feita.

O que eu vejo é uma certa irritação. Surpreendeu-me, inclusive, o meu companheiro, que eu respeito muitíssimo, muito, o Otto Alencar, Presidente da CAE. Por que se negar a fazer uma boa discussão na CAE sobre essa matéria? Fiquei feliz de ver aqui o Senador Izalci clamar pela reforma tributária e quero agradecer muito a fala do Senador Roberto Rocha. Temos um projeto aí, como temos um na Câmara.

Eu já falei com os Deputados: "Vocês tinham a oportunidade de discutir um projeto de reforma tributária, que já foi bem amadurecido, e foram discutir esse arremedo de reforma tributária, que deram nome de reforma tributária, uma mudança no Imposto de Renda.

Nós estamos empurrando com a barriga!

A Senadora Zenaide Maia falou da fome no Brasil. Ela tem razão! São essas e outras atitudes.

Na primeira questão, a discussão sobre o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, foi muito relevante a conversa sobre a questão fiscal, com a fala do Senador Esperidião Amin, a fala do Senador Oriovisto, e se chegou a uma convergência. Agora, aqui é impressionante. Não há nem a admissão, não é? São Paulo não quer prejudicar ninguém. "Está na hora de votar para que os Estados menores promovam o desenvolvimento". São Paulo não quer impedir o desenvolvimento de Estados menores, de nenhum Estado do Brasil. Quanto mais o Brasil crescer, mais São Paulo e todos os Estados vão crescer. Eu não tenho a menor dúvida. A cidade de São Paulo é a maior cidade nordestina do Brasil. Enfim, apenas me incomodou esse laivo, esse viés, como se São Paulo estivesse querendo prejudicar.

Eu conheço a miséria e a pobreza de Fortaleza, do Recife, de Belém do Pará, de Manaus, de Brasília, com esse desemprego todo a que se referiu o Izalci. Claro que eu quero que o Brasil... Portanto, saudei tanto ontem o marco regulatório das ferrovias, projeto originário do Senador José Serra, de São Paulo, muito bem relatado pelo Jean Paul Prates, Senador do Rio Grande do Norte, e muito elogiado por Senadores de Mato Grosso, do Brasil inteiro. Isso é o Brasil, a convergência.

Eu, além de querer conversar mais sobre esses incentivos que estão sendo prorrogados, queria também aprofundar mais essa ideia de "vamos encarar a reforma tributária". Essa é uma excelente agenda para o Brasil trabalhar.

Eu até reconheço que, num momento de crise como nós vivemos, tudo fica mais difícil, sobretudo a questão de reformas para um Governo que está um pouco à deriva, que não está conseguindo formular políticas.

E aí, então, a tendência é que a gente faça cada vez mais atitudes... tome cada vez mais atitudes que vão no sentido: "Olha, prorroga o incentivo aqui, resolve aquela situação acolá". Nós estamos tangenciando, não estamos tratando do prato de fundo e sim da sobremesa. Mas essa sobremesa é importante, como eu vi aqui, para alguns Estados no sentido de que: "Olha, vai permitir que certas atividades se reanimem, certas perspectivas de investimento aconteçam..."

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Para concluir, Senador.

**O SR. JOSÉ ANÍBAL** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – ... Eu não tenho nenhuma dificuldade de debater sobre isso, mas qual é o problema de levar esse bom debate para a CAE na próxima semana e, depois, trazer o debate para o Plenário?

Por último, eu aprecio a Rose de Freitas tanto... Não a aprecio menos do que qualquer um dos Senadores ou Senadoras. Eu conheço a Rose há 30 anos, convivi com ela muitas vezes, e também tenho muita admiração pelo Deputado Efraim Filho, acho que ele é um dos mais brilhantes Deputados desta geração.

Portanto, não tenho nenhum problema regional, municipal. Eu sou um brasileiro que mora em São Paulo e que aprecia muito o Brasil no seu conjunto.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado a S. Exa. o Senador José Aníbal.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Otto, para, em seguida... A nossa querida Senadora Rose de Freitas já se encontra na tribuna para fazer a defesa do seu relatório.

Senador Otto.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Pela ordem.) – De igual forma, eu respeito muito o Senador José Aníbal, tenho uma admiração pela sua história, pela competência, pela maneira como ele sempre se comportou aqui no Senado Federal e construiu uma história de luta pelo regime democrático.

Eu apenas citei... Quem citou São Paulo foi o Senador José Aníbal, que estava sendo prejudicado. Eu... Meu segundo Estado, Senador José Aníbal, é o Estado de São Paulo, onde eu estudei – fiz um curso lá na área de saúde. Então, tenho o maior respeito.

Mas, nesse caso, quando V. Exa. falou que o Estado de São Paulo estava sendo prejudicado, eu falei apenas que este Congresso, este Senado Federal... Eu, por exemplo, lutei muito aqui pela renegociação das dívidas do Estado de São Paulo, que foi o Estado mais beneficiado do Brasil, pelo volume de recursos que tem de débito com a União. Nós todos votamos, votamos várias matérias a favor do Estado de São Paulo.

Eu me lembro que, na CAE, ainda na Presidência do Senador Omar Aziz, em um dia ... Era o último dia para se aprovar um empréstimo de US\$1,2 bilhão para o Estado de São Paulo. O Governador João Dória me ligou, nós fizemos uma sessão especial e aprovamos esse empréstimo para o Estado de São Paulo, para a Sabesp, para investimento em infraestrutura, no metrô e em várias atividades.

Claro, nós sempre trabalhamos e ajudamos o Estado de São Paulo, mas é importante também que São Paulo não ache que os outros não podem ter, num momento crítico, em que esses Estados procuram se desenvolver – e não tiveram tantos investimentos favoráveis dados pela União –, que não tenha o momento de se aprovar e se estender esses incentivos fiscais por mais um período.

Essa é uma matéria urgente, não é eletiva, não é para esperar, esperar...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA) – ... talvez aprovar – eu espero que se aprove neste ano – a PEC do Senador Roberto Rocha, o Imposto de Renda. Mas, se não aprovar, nós vamos ficar com os Estados em situação muito ruim. Então, se V. Exa. entendeu errado, eu lhe peço desculpas. Mas eu coloco ... Eu sou um defensor do seu Estado também, porque reconheço o que representa São Paulo para o Brasil.

É isso que eu queria explicar a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Grato, Senador Otto Alencar.

Com a palavra S. Exa. a Senadora Rose de Freitas, para proferir parecer de Plenário.

Senadora Rose com a palavra.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para proferir parecer.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não poderia deixar de fazê-lo, de dizer ao caro amigo, colega de muitos anos, de muitas caminhadas, José Aníbal, muito obrigada! A referência da sua história eu encontrei no meu caminho e tive o prazer de lutar com V. Exa., querido amigo, muitas batalhas. Chamados a atender às demandas de São Paulo, estivemos todos nós. Agora é a hora em que o Brasil está clamando para que a gente possa ter a



condescendência de poder aliviar a carga com que os Estados, o comércio e a indústria, que os setores do País estão sofrendo.

Nada contra a reforma tributária, Senador. Há 20 anos, quando eu ouvi um determinado candidato falando para o País, e escolhi o meu voto, ele dizia da emergência de se fazer a reforma tributária. E, 20 anos depois, estamos aqui. Não podemos esperar, como diz o Senador Izalci; e, portanto, peço desculpa a V. Exa. de não atender esse pleito. Mas estaremos juntos em outras demandas, em outras lutas, com certeza. E o meu abraço, agradecido pela consideração, a V. Exa.

Eu pergunto, Sr. Presidente, se eu poderia ler a síntese do projeto e, em seguida, passar para o voto. Eu acho que o Plenário já o conhece. Nós tivemos a oportunidade de encaminhar o relatório a todos. Ouvimos boa parte dos meus companheiros e eu vou atender aqui à demanda, à proposta feita pelo meu Líder e pelos demais Líderes, e que nós conseguimos agora, finalmente, chegar a esse relatório.

Eu vou ler a síntese, que eu acho que deixa claro, pois o relatório é um pouco extenso. E, em seguida, eu poderei ler a análise ou passar direto ao voto.

Vou atender a V. Exa.

Em primeiro lugar, é dizer que esse projeto foi aprovado na Câmara depois de, desde fevereiro, ser debatido entre os nossos colegas Deputados Federais.

Ele permite a prorrogação, Sr. Presidente, por até 15 anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiros fiscais vinculados ao ICMS e destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais.

Em síntese, o projeto altera a Lei Complementar 160, de 2017, com o objetivo de, em primeiro lugar, prorrogar para 15 anos o prazo máximo de fruição dos benefícios vinculados ao ICMS, às atividades portuárias e aeroportuárias vinculadas ao comércio internacional, as atividades comerciais e as atividades com produtos agropecuários destinadas a operações interestaduais.

Em segundo lugar, fixa uma redução em 20% ao ano, a partir do 12º ano, desses mesmos benefícios. Estabelece que o convênio de que trata o art. 1º da Lei Complementar 160, de 2017, deverá ser adequado no prazo de 180 dias, contado da data da publicação da lei complementar, sob pena de esses serem automaticamente incorporados ao referido convênio.

Dispositivo da Constituição Federal no art. 155, §2º, alínea XII, alínea “g”, da Constituição Federal, determina que uma lei complementar regule a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais sejam concedidos ou revogados.

A Lei Complementar 160, de 2017, estabeleceu regras para validação de incentivos fiscais vinculados aos ICMS dados de forma irregular pelos Estados e Distrito Federal. A referida norma permitiu a validação desses benefícios, estabeleceu prazos de vigência para eles, que variam de um a quinze anos, dependendo do ramo empresarial.

Segundo o autor, Deputado Efraim, a quem nós parabenizamos pela iniciativa, o prazo concedido para o setor do comércio não condiz, Sr. Presidente, com a importância que o segmento possui para o abastecimento deste País.

O comércio atacadista distribuidor, por exemplo, faz o elo entre os centros de produção e as mais longínquas regiões do nosso País, proporcionando o abastecimento da população e dos pequenos negócios com produtos alimentícios, de limpeza, de higiene pessoal etc.

Sr. Presidente, essa é a síntese do relatório.

Eu perguntaria se todos o leram.

Anexei ao projeto a tabela do ramo de atividades dos beneficiários dos incentivos fiscais.

Eu gostaria de, na análise, fazer apenas algumas referências.

No tocante à constitucionalidade formal, o direito tributário é matéria compreendida na competência





legislativa concorrente da União, de acordo com o art. 24, inciso I, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre o tema, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Maior. A iniciativa de leis complementares está afeta a qualquer membro do Congresso Nacional, consoante dispõe o art. 61 do Texto Constitucional.

Portanto, o PLP nº 5 observa todos esses artigos, cita a alínea, cita, sobretudo, o inciso de que nós tratamos, que exige lei complementar para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções e incentivos e benefícios fiscais serão concedidos ou revogados.

Presidente, eu gostaria de passar ao voto, se V. Exa. me permitir, em respeito aos nossos companheiros que estão aqui, desde ontem, para votar esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senadora Rose.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Depois de todas essas análises, o meu voto, Sr. Presidente, ante o exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, rejeitada, inclusive, a emenda do meu querido companheiro de Congresso Nacional Senador Esperidião Amin, a Emenda nº 1.

Esse é o voto, Sr. Presidente. (**Íntegra do Parecer nº 224/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.1.2 do Sumário**)

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O parecer é favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Pergunto aos presentes se algum dos companheiros ou companheiras deseja expressar-se. (*Pausa.*)

Sem inscritos, esgotada a lista de oradores, encerramos a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Foi apresentado o Requerimento de nº 2.131 da Senadora Líder Daniella Ribeiro, do Progressistas, de destaque da Emenda nº 1, de autoria de S. Exa. o Senador Esperidião Amin.

Concedemos a palavra ao Senador Esperidião Amin, como autor da emenda.

Por gentileza, Senador Esperidião Amin, com a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós já esgotamos a questão de deliberar hoje e de procurar, com urgência, uma solução.

Eu apresentei essa emenda em função de solicitação expressa da Associação Empresarial de Joinville, maior cidade do meu Estado, que postula a elucidação de uma situação. E me socorri daquele que, próximo de mim, tem as melhores condições técnicas para respaldar a emenda, depois que eu apresentei, o Senador Izalci. E ele confirmou a razão de ser desta emenda. O fisco federal autuou, por não reconhecer o que está escrito como aplicável ao caso, autuou empresas que se consideravam livres de tributação, que seria bitributação, em função da subvenção estabelecida por legislação estadual, ou seja, o ICMS.

Todos esses assuntos foram resolvidos no Carf; ou seja, houve a ação fiscal e houve a Resolução do Carf. E tantas vezes isso se reproduziu, tantas vezes, que já se pode considerar que há uma decisão pacificada a respeito do assunto que foi suscitado, sim, pela Receita Federal. De sorte que eu concordo com o que disse a Relatora, e temos todos que fazer o esforço. A principal razão expendida pela Relatora foi que isso dificultaria a aprovação deste projeto de lei neste ano. De sorte que eu quero defender o que apresentei.

No mérito, eu acredito que a emenda é correta, mas reconheço que o Plenário se inclina por dar uma decisão urgente ao assunto e, seja qual for a votação, eu concordo com o relatório da Senadora Rose



de Freitas e admitirei que os nobres colegas votem contra o destaque, que eu mantenho.

Pego que seja votado, e solicito, afinal, que o Líder do Governo, o Senador Fernando Bezerra, com quem eu conversei, se puder trazer uma palavra de que se empenhará em contribuir para pacificar essas decisões que ainda estão consolidadas apenas no conselho, não por decisão que torne o assunto manso e pacífico, se ele puder diligenciar para isso, eu também ficarei satisfeito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado ao autor da emenda, que mantém o destaque e, portanto, faz-nos aqui levar a lembrança de que evidentemente V. Exas. têm de que nós teremos duas votações nominais por se tratar de um projeto de lei complementar.

S. Exa., o Senador Izalci Lucas, deseja...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero corroborar no sentido de que essa matéria foi de fato discutida já na Justiça, mas que está pacificada. Realmente, o STJ já tem decisões. Aqui mesmo o Sindicato, o Sindatacadista, ganhou já uma decisão que já há acórdão. Mas, como disse o Senador Esperidião Amin, se alterar vai ter que voltar para a Câmara. Mas eu acho que não tem mais. Está pacificado. O que o Líder do Governo poderia se comprometer é fazer com que a Receita e os órgãos do Governo deixassem isso mais pacificado, para não ocorrer esses altos que acontecem de vez em quando. Mas o Sindatacadista, inclusive, ganhou uma ação agora, já com acórdão definitivo, pacificando essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Agradecido, Senador Izalci Lucas.

Senadora Rose de Freitas.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria entender. O Senador Esperidião Amin retirou a emenda?

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Ele manteve o destaque.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Manteve a emenda e o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sim.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, se ele for votado...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Destaque para a emenda, não é?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, o destaque para a emenda. Portanto, se o destaque for aprovado, o projeto volta para a Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Exatamente.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senadora Rose de Freitas.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Como Relatora.) – Presidente, não é abuso eu falar da Mesa, se me permite? Há umas pequenas impossibilidades.

Senador Amin, V. Exa. sabe o carinho e o respeito intelectual e político que tenho por V. Exa. Essa emenda, se é para a gente dar uma resposta a essa crise que o País atravessa, sobretudo em cada um de



nós está calado o pedido de urgência. Está aqui do meu lado o Deputado que foi Relator também na Câmara, o Da Vitória, onde houve um trabalho intenso, uma discussão longa, bem pontuada sobre a crise que o País atravessa e a necessidade de nós respondermos a essa crise. Só o primeiro fato que eu queria dizer é que voltar para a Câmara para nós é um retrocesso. Não respondemos à urgência. Todos nós sabemos o que pode acontecer. E se vier um veto ou então a derrota do veto, aí teremos mais problemas. Então, os segmentos que hoje pretendem ter benefícios, na verdade é com a votação desse projeto que nós podemos beneficiar a ordem econômica, ajudar os nossos Estados.

Portanto, eu precisava me desculpar com V. Exa., falar que nós precisamos dar urgência para retomar os benefícios fiscais para o setor agropecuário, assegurar para os setores atacadistas, industrial, comercial e para todos os demais segmentos os benefícios que neste momento nós estamos aprovando neste projeto, que V. Exa., com muita acuidade, tentou aperfeiçoar com a sua emenda.

Eu acho que esse é o momento de nós nos unirmos para ajudar esse cenário econômico e socorrer quem precisa da nossa mão e da nossa ajuda.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Rose, que reitera, com o respeito necessário, o não acolhimento. Senador Amin, deseja...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu reconheço que a Casa tem uma preocupação muito grande com o retorno do projeto à Câmara. Nós já capitulamos tantas vezes diante desse argumento legiferante que ignora o mérito da nossa intervenção que eu não quero, neste momento, passar por um capricho a submeter o Senado a uma votação, tangida a votação por este dado de situação, por esta realidade. Nós não estamos olhando o mérito, se vale ou não vale a pena pacificar o texto de uma lei, elucidando o seu significado, que é o sentido da minha emenda.

Então, diante das colocações que eu recebi do próprio Líder do Governo, eu pediria – e nessas condições eu retirarei o destaque – que todos aqui apelássemos para que o Senador Fernando Bezerra diligencie no sentido de que a atitude do Fisco federal seja consentânea com o entendimento dominante da Justiça brasileira.

Nessas condições, contando com o apoio de todos os senhores e senhoras, eu retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado a S. Exa. o Senador Esperidião Amin, que, ao dirigir-se ao Líder do Governo, e, na sua ausência, obviamente acolhido o apelo, a compreensão e o alcance do Senador Carlos Viana, retira a sua emenda.

A matéria, que não mais estará destacada...

Não há mais destaques.

Então, em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer de S. Exa. a Relatora Rose de Freitas, que foi favorável ao projeto e contrária à emenda defendida e, *a posteriori*, retirada por S. Exa. pelas razões expendidas do Senador Esperidião Amin.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição desta Casa, ou seja, precisamos de pelo menos 41 votos "sim".

Solicitamos à Secretaria-Geral da Mesa que abramos o painel para o início da deliberação.

Votação aberta, Sras. e Srs. Senadores.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Para orientação das suas respectivas bancadas, concedemos a palavra, Senador Eduardo Braga, aos



Líderes, por um minuto.

Senador Eduardo Braga, como Líder do MDB.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, apenas para apoiar o relatório da eminente Senadora Rose de Freitas e confirmando aquilo que já disse o Senador Esperidião Amin.

Essa matéria, com relação à questão da base de cálculo, com relação ao ICMS, com relação à cobrança do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, é uma decisão já pacificada, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, parabeno o nosso eminente Senador pela preocupação, pela relevância do fato. Acho que, efetivamente, a Receita Federal tem essa dificuldade, muitas vezes, de reconhecer quando uma matéria é pacificada, inclusive na Alta Corte brasileira, seja pelo STJ, seja pelo STF, mas, meritoriamente, apoiamos o relatório da Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, que orienta a sua Bancada Emedebista pelo voto "sim".

S. Exa. Nelsinho Trad. Senador Nelsinho Trad, pelo PSD. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias, pelo Podemos.

Senador Oriovisto, V. Exa. pode fazer orientação?

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada.) – Sim, Sr. Presidente. Eu vou liberar a bancada, mas, particularmente, acho que, no verdadeiro samba do crioulo doido que é o nosso sistema tributário, principalmente em razão da nova reforma do imposto de renda que tenta o Governo Federal, isso que os Estados fazem – de conceder incentivos – é muito pouca confusão até. Eu, particularmente, já votei "sim" e cumprimento a Senadora Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Gratíssimo, Senador Oriovisto Guimarães, que orientou o Podemos.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não, Senador Otto Alencar.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Agradeço a V. Exa. e, na ausência do nosso Líder Senador Nelsinho Trad, o PSD vai encaminhar o voto "sim" para a matéria de grande relevância para todos os Estados em desenvolvimento do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O PSD orienta "sim", Líder Otto Alencar.

Senadora Daniella Ribeiro, pelo Progressistas, como orienta a sua bancada?

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – A bancada... Pelo Progressistas, orientamos "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro, que orienta "sim" pelo PP.

Senador Izalci Lucas, pelo PSDB, como V. Exa. orienta a sua bancada?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para orientar a bancada.) – O PSDB vai liberar a bancada, Presidente, tendo em vista já a posição manifestada pelo Senador José Aníbal e pela Senadora Mara.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Prefeito. Senador Izalci libera a sua Bancada do PSDB.

Pelo Democratas, Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)



Senador Paulo Rocha, pelo Partido dos Trabalhadores. A sua orientação, Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, votamos "sim", pelo tratamento isonômico, em todos os setores, na relação renúncia fiscal, e também pela nossa Federação, que tenha oportunidade igual para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Senador Carlos Portinho, pelo PL. Orientação para o PL, Senador Carlos Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Meus colegas, o PL libera a bancada, mas eu quero declarar que eu voto com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Carlos Portinho, que libera a bancada, mas anuncia o seu voto favorável à matéria.

Pelo Cidadania, S. Exa. Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Senador Cid Gomes, Líder do Partido Democrático Trabalhista. (*Pausa.*)

Senador Weverton, V. Exa. poderia reassumir aquela que foi a sua missão, até o ano passado, como Líder do PDT?

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Para orientar a bancada.) – Parabenizo a Relatora, querida Senadora Rose de Freitas. O PDT encaminha "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Weverton Rocha.

Senador Telmário Mota, pelo PROS. Como orienta, Senador Telmário? (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, V. Exa. pode orientar o PROS?

**A SRA. ZENAIDE MAIA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – O PROS. Eu quero parabenizar a minha colega, a Senadora Rose de Freitas, e o PROS orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, querida Senadora Zenaide Maia.

Pela Rede, Senador Randolfe Rodrigues.

Querido Senador Fabiano Contarato, respondendo pela Rede, como orienta sua bancada?

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Rose de Freitas, do meu Estado, Espírito Santo. É tão falado que a sabedoria está na repetição, e a gente sempre tem que estar repetindo isto: V. Exa., Senadora Rose, dignifica muito a honrada classe das políticas.

Quero parabenizar também meu colega Deputado Da Vitoria, que é do Estado do Espírito Santo e que foi o Relator na Câmara dos Deputados, pelo brilhantismo, pela sensibilidade, e, claro, dizer que a Rede orienta o voto "sim", parabenizando, mais uma vez, a Relatora, Senadora Rose de Freitas, e o Relator, Deputado Federal Da Vitoria, do Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato, que orienta o voto "sim" pela Rede.

Senador Flávio Bolsonaro, por gentileza, a orientação do Patriota. (*Pausa.*)

Senador Zequinha Marinho, pelo PSC. (*Pausa.*)

Senador Mecias de Jesus, orientando o Republicanos.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para



orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o Republicanos vota "sim", acompanhando o relatório da nossa querida Senadora Rose de Freitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Pelo PSL, Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Pela Maioria...

A Senadora Kátia Abreu não se encontra entre nós.

Senador Jean Paul Prates, para orientar a Minoria. (*Pausa.*)

Senador Carlos Viana, orientação do Governo, na ausência do Líder Fernando Bezerra Coelho.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para orientar a bancada.) – O Governo libera a bancada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Liberada a bancada integrante do Governo por S. Exa. o Vice-Líder, na condição de Líder neste instante, Senador Carlos Viana.

A Oposição, Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senadora Líder Simone Tebet, pela Bancada Feminina. (*Pausa.*)

Senadora Leila Barros, pela Bancada Feminina.

**A SRA. LEILA BARROS** (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Boa noite, Sr. Presidente! Cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores.

Nós vamos liberar a Bancada Feminina, mas, particularmente, eu voto com a Relatora. Voto "sim", mas liberamos a Bancada Feminina.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito obrigado, Senadora Leila Barros.

No painel, há a ausência identificada da orientação da Bancada do Democratas, do Cidadania, do PSL, do Patriota...

Senador Zequinha Marinho, pelo PSC. (*Pausa.*)

O Senador Zequinha está conectado? (*Pausa.*)

Eu registro que nós atingimos 59 votantes. Eu queria apenas reforçar e tomo a liberdade de dirigir-me ao Senador Renan Calheiros, ao Senador Rodrigo Cunha, à Exma. Sra. Senadora Daniella Ribeiro, que orientou o PP, mas ainda não registrou seu voto... Pelo Podemos, o Senador Alvaro Dias também ainda não o fez. Senador Eduardo Gomes, Senador Telmário Mota, Senador, pelo Amazonas, Plínio Valério e, igualmente, Senador Omar Aziz, Senador baiano Angelo Coronel, Senador Wellington Fagundes...

Senador Roberto Rocha, peço, por gentileza, o seu registro, já tendo estado conosco na discussão dessa matéria, se possível for; o Senador cearense Cid Gomes, o Senador Líder do Governo Fernando Bezerra Coelho.

Enquanto esperamos que os companheiros mencionados possam fazer uso, exercer o seu direito a voto, nós passamos à lista de inscritos, retomando-a.

Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, V. Exa. está inscrito. Deseja fazer uso da palavra como orador inscrito?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu estou tornando público um requerimento que acredito é o mais singelo que eu posso oferecer aos nobres pares, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores. É um requerimento sem justificativa expressa. Vou torná-lo público e espero, antes de apresentá-lo; vou torná-lo público e deixar para eventuais assinaturas até o dia 13 de outubro, ou seja, durante uma semana, ele vai



ficar ao escrutínio de Senadores e Senadoras para saber se querem assiná-lo ou não.

Então, eu vou ler.

Sr. Presidente, requiero, nos termos dos arts. 336, inciso II, e 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a Mensagem nº 36, de 2021, de 18 de agosto deste ano, que – aspas – ”submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea ”a”, e art. 101, parágrafo único da Constituição...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o nome do Sr. André Luiz de Almeida Mendonça, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Marco Aurélio Mello, ocorrida no dia 12 de julho de 2021”. Sala das Sessões, 6 de outubro de 2021.

Eu não vou apresentar o requerimento, Senador Jorginho Mello. Estou apenas tornando público que vou protocolá-lo, se conseguir as assinaturas necessárias, no dia 13 de julho, depois do feriado. Por quê? Porque no dia 12 de julho estaremos completando quatro meses da vacância de um cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu deixo, no momento, em versão digital, para colher as assinaturas daqueles que, como eu... Eu quero defender a minha reputação e a do Senado, porque, cá para nós, quando você tem uma postergação imotivada, eu considero que a minha reputação é afetada. Então, é em legítima defesa minha e creio que do Senado, que eu me proponho a apresentar, obtidas as assinaturas, no dia 13 de julho, este requerimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Pela ordem, Senador Weverton Rocha, em seguida, Senador Jorginho Mello.

Senador Weverton...

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado, na Casa, que nós estamos no mês de outubro, Outubro Rosa. É o mês em que se dedicam todos nesta luta de combate ao câncer de nossas mulheres e é uma bandeira por que eu tenho tido muito carinho, desde quando Deputado Federal, já ajudando o Hospital Aldenora Bello, a Fundação Antonio Dino lá no Maranhão, e sempre destinando recursos, ajudando nesta campanha de doações, por entender que essa é uma causa nobre. A pessoa, quando adoece do câncer, não é só ela, é a família, são os amigos, são as pessoas todas do entorno e é uma pessoa terrível do século XXI. A Organização Mundial da Saúde diz que, a cada duas mortes no mundo, em 2030, infelizmente, uma poderá ser do câncer, e um dos desafios do Brasil é nós darmos o direito para que as mulheres, os homens tenham pelo menos a prevenção, tenham acesso ao exame.

Então, dito isso, eu queria dizer que hoje esse mês é um dos meses mais felizes, apesar de todas as dificuldades que nós estamos vivendo, vendo o nosso povo sofrendo, muita dificuldade lá na ponta, mas você que faz a vida pública sempre tem um momento de você dizer: ”Eu estou fazendo a minha parte, dando a minha contribuição!”

E este mês, esta semana em especial, depois de amanhã, dia 8 de outubro, data do meu aniversário, eu fiz questão de marcar esta data para dizer que nós estamos fazendo uma grande entrega e eu quero agradecer, aqui em público, todo o empenho que a Fundação Pio XII, de Barretos, do Hospital de Amor,



de São Paulo, estão tendo com o povo do Maranhão. Eles irão inaugurar – o Henrique Prata irá inaugurar – uma unidade do Hospital de Amor, sexta-feira, em Imperatriz, no Maranhão, onde nós vamos ter a oportunidade de fazer esse trabalho...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WEVERTON** (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – ... um hospital dia para atender as nossas mulheres.

Nós teremos lá duas carretas para fazer os exames preventivos de colo do útero e de mama, em vários Municípios do Maranhão, e eu tenho certeza de que essas mulheres são vidas que vão ser salvas. A gente se sente assim, realmente muito feliz por saber que nós estamos fazendo também a nossa parte.

Agradeço à bancada federal do Maranhão, como um todo, Senadores e Deputados, que destinaram recursos da emenda de bancada para construir um outro hospital de combate ao câncer, na cidade de Pinheiro, no Maranhão, na Baixada Maranhense, através do Aldenora Bello.

Então, essa luta, todos unidos no combate ao câncer, todos unidos a favor da vida, é que faz valer a pena o exercício não só aqui da democracia, do Parlamento, da política, mas quero dizer que nós podemos cada um dar a nossa contribuição e fazer o bem, que é isso que importa.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Weverton, acolha, em nome desta Presidência, em nome do Senador Rodrigo Pacheco, que, inclusive, designou-me para representá-lo, representando esta instituição, em reconhecimento ao seu esforço, não apenas particular, mas, sobremaneira, reconhecido por todos nós, pelo povo maranhense. Nós estaremos ao seu lado, ao lado da bancada maranhense, para esta data muito especial. Absolutamente não há como deixar de reconhecermos a sua luta, que não é de hoje, vem à frente como agente político. Neste mês, afinal de contas... Nós devemos celebrar todos os meses, não só o Outubro Rosa, mas todos os meses diante das nossas preocupações e diante daquilo que encerra esta data, ou seja, para a prevenção, para o acolhimento, para que nós, sempre assim, identifiquemos como uma causa de luta que é de cada um de nós.

Então, parabéns! Nós sabemos muito bem como V. Exa. trabalhou, destinando aquilo que é justo, legal, a fim de que essa instituição, nova instituição, possa servir a tantos e tantos milhares de maranhenses. Parabéns! Nós estaremos lá representando o Senado Federal por designação oficial de S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco.

Senador Jorginho Mello, para que nós encerremos e, logo em seguida, abramos e conheçamos o resultado.

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa., Senador Veneziano; cumprimentar o nosso querido Senador Weverton.

Essa é uma causa de todos nós. Eu sei que, lá em Santa Catarina, é muito forte essa organização das mulheres. Há o Outubro Rosa, elas têm a Rede Feminina de Combate ao Câncer, em diversos Municípios de Santa Catarina, e tenho tido o privilégio de poder ajudar dando a elas condições de se sustentarem, muitas vezes. Houve uma senhora que teve um filho que faleceu de câncer, e uma filha, lá no Município de Apiúna, e doou um terreno. A gente conseguiu fazer uma construção, da melhor qualidade, que hoje atende centenas e centenas de pessoas não só de Apiúna, mas da região. Então, é uma luta para a qual todos nós precisamos estar vigilantes, para cuidar dessa doença terrível que nos assombra, infelizmente. Tomara que a ciência evolua rapidamente para poder encontrar um remédio, uma cura. Um companheiro meu de trabalho, lá em Santa Catarina, também, o Heleno, foi lá para o fundo do poço e a gente conseguiu





resgatá-lo e, graças a Deus, agora ele está bem. Então, é uma doença que nos deixa muito preocupados. Por isso, cumprimento o Senador Weverton.

Quero, Sr. Presidente, também, falar sobre o PLP 05. Tem o meu apoio, tem o meu entusiasmo. A velocidade... Foi aprovado terça-feira passada, na Câmara, e nós já o estamos aprovando aqui. Eu queria fazer um pedido a V. Exa. para falar com o Presidente Lira para que a reciprocidade também estivesse com o Senado. Nós temos lá o Relp, o PLP 46, que é de minha autoria e que foi aprovado por todos os senhores, para socorrer os micro e pequenos empresários, financiar em 15 anos. Faz mais de mês que está lá na mesa, sobre a mesa, e não votam. Nós votamos aqui por unanimidade. Já passou o mês de setembro, que era o prazo para fazer a adesão dos micro e pequeno empresários. A Receita Federal está descadastrando uma imensidão de micro e pequenos empresários que estão apavorados, e o projeto não vem.

Então, queria fazer um apelo a V. Exa., um apelo ao Presidente Lira, para que alguém pudesse dizer a ele que o Senado precisa dessa forcinha dele. Os micro e pequenos empresários do Brasil estão desesperados para que haja essa aprovação e para que possam parcelar seus débitos. A gente vê que, de um lado, o Senado foi tão propositivo e positivo com o Pronampe, alcançando o crédito, mas agora, para colocar de pé o micro e o pequeno empresário, ele precisa do Relp, que é o antigo Refis, porque está muito manjado esse nome de Refis. A gente o alterou com a colaboração de todos os senhores para ser Relp, socorro.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, eu queria fazer esse apelo. Tem o meu voto, tem o meu apoio esse PLP nº 05, mas que, por favor, aprovelem não para me agradar e agradar ao Senado Federal, mas para ir ao encontro da necessidade, das dificuldades do micro e do pequeno empresário brasileiro.

É esse o registro que eu queria fazer, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Jorginho Mello, que, categoricamente, tem toda a autoridade para falar sobre o assunto.

Eu apenas registro o pedido para que nós aguardemos alguns instantes, do Senador Eduardo Gomes e do Senador Fernando Bezerra.

Enquanto esses instantes são atendidos, eu passo a palavra...

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Vanderlan, pois não.

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estava atentamente, aqui, ouvindo o nosso Senador Weverton. Ele já tinha falado para mim desse trabalho bonito, maravilhoso. Quero lhe parabenizar! O senhor faz aniversário e quem ganha presente é a população do Maranhão.

Sobre essa questão do câncer no nosso País, o que eu tenho notado ultimamente é um empenho muito grande da população, principalmente da classe empresarial e dos políticos, de nós políticos em estar ajudando a causa do câncer. O Senador Otto mesmo faz um trabalho ali no Hospital do Câncer da Criança ali de Salvador e uma parceria indicada por ele com nossa empresa.

Então, Senador Weverton, o senhor está no rumo certo. Não há nada que mais nos gratifique. A gente que trabalha nessa área, como no Hospital do Câncer de Goiânia, Araújo Jorge, de Jataí e tantos outros, de Rio Verde, esses recursos que, às vezes, chegam através de nossas emendas, quando chegam



para quem precisa, no caso aí o câncer, câncer de mama e tudo mais, é muito importante para nós.

Já que nós estamos falando aqui de coisa boa, Sr. Presidente, eu quero dar – antes de abrir aqui o painel, Senadora Rose, porque eu tenho certeza de que o seu relatório vai ser aprovado por todos nós Senadores e Senadoras – uma notícia excelente para a gente comemorar, Senador Otto, Senador Nelsinho. Gostaria de fazer um registro e parabenizar toda a equipe da TV Senado que acaba de alcançar a marca de 1 milhão de inscritos em seu canal do YouTube. Além das atividades legislativas, o canal também apresenta programação cultural, jornalísticas e é essencial para a divulgação dos nossos trabalhos. Esse pessoal aí, jornalistas, toda a equipe, que nos recebem muito bem, nos atendem muito bem, é nas entrevistas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. VANDERLAN CARDOSO** (PSD - GO) – Então, quero parabenizá-los. Nós temos 1 milhão de inscritos no canal do YouTube, parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Se V. Exa. permitir que nós subscrevamos o requerimento de aplauso, nós gostaríamos de fazê-lo. Obrigado, Senador Vanderlan.

Pela ordem de inscritos, Senador Plínio Valério.

Senador Eduardo Gomes já votou e, logo em seguida, como nós nos comprometemos a ouvi-lo, Senador Plínio Valério, ou pode ser...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Posso esperar.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pode, agradeço.

Senadora Leila Barros, para orientar, pelo Cidadania. *(Pausa.)*

Não estamos a ouvi-la, Senadora. *(Pausa.)*

Senadora Leila. *(Pausa.)*

O sinal... Se fizer um positivo, é "sim". *(Pausa.)*

Pronto!

O Cidadania orienta, por meio de sinais, o voto "sim", favoravelmente à matéria.

O Senador Plínio Valério permitiu que nós anunciássemos.

Nós convidamos o Senador Renan Calheiros, o Senador Zequinha Marinho, o Senador Telmário, o Senador... Enfim, os demais outros companheiros que não registraram a presença.

Podemos abrir o painel? *(Pausa.)*

Pego à Secretaria-Geral da Mesa, ao invés de determinar, que mostre no painel o resultado, por gentileza.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Votaram SIM, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 5 – de autoria de S. Exa., meu conterrâneo, o Deputado Federal Efraim Morais Filho, que teve como Relator, na Câmara Federal, o Deputado Da Vitória, que recebe os nossos cumprimentos, e que, aqui no Senado Federal, contou com a colaboração efetiva, importante da Senadora Relatora, a competente e querida Senadora Rose de Freitas.

SIM, 67 Sras. e Srs. Senadores; NÃO, 03. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

Abstenção, um único Sr. Senador ou Sra. Senadora.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB -



PB) – Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Senador Otto Alencar, com a palavra pedida pela ordem.

**O SR. OTTO ALENCAR** (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para destacar aqui o trabalho da Senadora Rose de Freitas. Parabéns pela sua competência, pelo seu compromisso e por esse relatório que, na verdade, aprovado hoje, faz uma justiça fiscal para o desenvolvimento econômico e social dos Estados que estão lutando para promover desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

Obrigado a V. Exa. E V. Exa. sabe do carinho e do respeito que eu tenho pelo seu trabalho e por sua história de vida dentro do Senado Federal. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Pede pela ordem S. Exa. a Senadora Nilda Gondim.

**A SRA. NILDA GONDIM** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Senadora Rose, parabéns! Esse projeto realmente é louvável, é meritório. Parabenizo também Efraim, o Deputado Federal Efraim, e o Deputado Relator desse projeto relevante, meritório. Estamos de parabéns todos nós! Obrigada, Senador; obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Nilda Gondim.

Senador Plínio Valério, obrigado pela sua compreensão em ter esperado para que nós anunciássemos o resultado, que registramos, de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 5. V. Exa. tem a palavra como inscrito. Logo em seguida, nós anunciaremos o item 2 da pauta, que tem o Senador Fabiano Contarato como Relator.

S. Exa. o Senador Plínio Valério.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discursar.) – Senador e companheiro Veneziano, com a sua condução dos trabalhos, eu esperaria o tempo que fosse necessário.

Quero aproveitar esse clima de concordância, em que o "sim" vence o "não" facilmente, e pedir, Presidente, o empenho do senhor, que conduz a Mesa agora, porque nós já vivemos, inegavelmente, uma crise hídrica, e ela vai se comparar, logo logo, àquela que ocorreu em 2001, que forçou o racionamento de energia elétrica, além do aumento na conta de luz, e, ao que tudo indica, o perigo já está aí, e essa crise da energia elétrica, o apagão veio para ficar.

Por isso, Presidente, eu apresentei um projeto que cria o programa de incentivo ao desenvolvimento de energia eólica e solar fotovoltaica, porque eu entendo que se a gente criar um programa... E o que a gente especifica é que seria financiado pelo BNDES – e o projeto esmiúça os detalhes – e qualquer cidadão, qualquer cidadã brasileira pode ir ao BNDES e, de forma simples, rápida, sem muita burocracia e com juros baixos, conseguir dinheiro para montar a sua energia solar em sua residência.

Com isso, ajuda a diminuir a conta de luz, que vai ficar mais barata, mas ajuda, acima de tudo, o País a fugir dessa crise elétrica que veio, que está aí, que veio para chegar.

O Brasil tem tudo que precisa para esse tipo de energia, e a população quer. Se a gente imaginar que milhões de brasileiros, que milhões de brasileiras com certeza correriam para pegar esse financiamento, a gente, então, fugiria e apagaria de vez o que a gente chama de apagão.

Em 2001, o País foi forçado a adotar política de racionamento de energia...

*(Soa a campanha.)*



**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... que nos puniu a todos nós, indistintamente, ricos ou pobres, e nós temos que pensar em soluções.

Nós que, muitas vezes, somos acusados de só fazer firula e ficar discutindo coisas banais... Eu acho que o Senado tem a oportunidade, Presidente Veneziano, de correr com esse projeto.

A gente esmiúça que o montante de subvenção seria até o montante de 500 milhões, subordinados sempre ao BNDES. Simples assim: "Eu quero montar placa de energia solar em minha residência", e o financiamento sai sem nenhum problema, porque a gente acaba ajudando o País nessa coisa tão terrível, nessa ameaça tão terrível.

Eu peço, tenho pedido ao senhor que a gente discuta logo na Comissão do Meio Ambiente, para que pudesse ter o Relator, que é o Senador Rodrigo Cunha, e trazer em Plenário. Eu acho que o Senado estaria colaborando muito, muito com esse gesto, por isso eu peço o seu empenho e sei que vou contar...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Acabo de falar das flores e eu queria falar, só um pouquinho, de espinhos, Senador Contarato. Um amigo meu, Deputado estadual, esteve há pouco no Alto Rio Negro, na região do Alto Rio Negro, em São Gabriel, no Município e nas comunidades.

São Gabriel tem 650 comunidades indígenas divididas em quatro distritos e 23 etnias. Eu acho que de 30 mil de população, 25 mil são indígenas e na comunidade de Cabari há cerca de 58 crianças que não têm registro de nascimento!

Essa Amazônia, que tanto se propaga, que tanto se fala que precisa ser preservada, que precisa ser conservada, que tem dinheiro internacional, não é a Amazônia que eu conheço, é a Amazônia que eu me envergonho de estar na tribuna para dizer...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... que na comunidade de Cabari, no Alto Rio Negro, no Município de São Gabriel da Cachoeira, há 55 crianças que não têm registro, não são conhecidas, Vanderlan, não vivem.

Quando eu venho a esta tribuna, eu acho que é a única vez em que o meu tom se eleva, porque não há como não lembrar a hipocrisia que cerca, que permeia o tema Amazônia. Os artistas celebrando a preservação, querendo plantar árvores; os dirigentes internacionais querendo dar dinheiro para comunidades, o Fundo Amazônia enganando a população, e eu aqui, com 51 crianças que não têm registro de nascimento. E no Amazonas morreram, em 2017, 1.226 crianças antes de completarem um ano.

Essa é a Amazônia que eu quero escancarar para você, brasileiro, para você, brasileira, que sofre do complexo de colonizado, que acha que tudo que vem de fora é melhor...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... porque o Macron fala que é assim, é assado, e a gente vai seguir. Eu quero falar com você, brasileiro, para você conhecer essa Amazônia, para você amar essa Amazônia, para você defender essa Amazônia. É a Amazônia que tem índio com o pé picado, mordido por morcegos; que tem índias dos seios arriados no umbigo, não aquela índia que se mostra nas propagandas do Greenpeace. É essa Amazônia aqui, essa Amazônia que tem nove milhões de pessoas habitando residências que não têm dinheiro, renda para uma cesta básica.

Então, Presidente Veneziano, eu falava das flores, lá do projeto bom, e falo disso aqui, dessa hipocrisia.



Deus me concedeu a graça de ser Senador da República representando o Amazonas, e ainda nos restam mais de cinco anos para estarmos aqui combatendo essa hipocrisia.

Aqueles que querem que a gente conserve, que querem que a gente proteja, mas não nos dão o direito de viver...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... não nos dão o direito de registrar o nascimento de uma criança! Essa é a Amazônia brasileira, brasileiro, que você não conhece, que eu conheço, das barrancas do Juruá que sou, Senador da República que estou, com a missão que desempenho aqui de desvendar, de escancarar essa Amazônia para desmascarar aqueles que usam a Amazônia para arrecadar dinheiro.

Em nome da Amazônia, querem perpetuar uma situação e nos impor nódoas, pecados ambientais que não temos, que não carregamos! Querem nos culpar pela devastação.

Olha a hipocrisia, olha a hipocrisia: lá na Califórnia, lá na Califórnia é incêndio. Na Califórnia tem incêndio; aqui na Amazônia, queimada. Aqui na Amazônia é queimada.

Então, essa Amazônia, esse mito, essa coisa que permeia a Amazônia eu estou aqui para desmistificar...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... para dizer que nós temos o direito, sim, que temos o direito, sim, de usufruir de um pouco que Deus nos deu: dos bens naturais que temos.

Essa comunidade indígena, Senador Veneziano, que tanto se propaga, o Greenpeace mostra as índias de seios bonitos, de seios fartos, mostra tudo do bom e do belo, enquanto mostra a devastação. Essa Amazônia é fantasiosa. Essa Amazônia só existe para aqueles que se aproveitam para arrecadar dinheiro. Por isso que eu peço aqui não ao senhor, que está numa missão difícil de substituir o nosso Presidente – falei com o Presidente Rodrigo –, que assim que passar, que virar o ano, Presidente, é hora de a gente instalar a CPI que vai investigar as ONGs na Amazônia. É preciso. A CPI está aprovada bem antes da CPI da covid. Falta só que a Presidência mande os ofícios para os Líderes indicarem os seus membros. A gente quer desvendar, a gente quer separar o joio do trigo; não quer demonizar a ONG coisa nenhuma, quer separar o joio do trigo.

Esse último exemplo que houve aí, Presidente...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... do Banco Nordeste, de onde saem R\$600 milhões para uma ONG fazer o trabalho do banco – R\$600 milhões. Mas a gente quer, na questão ambiental, saber para onde vai esse dinheiro todo.

Como Senador da Amazônia, eu encerro, Presidente, encerro falando ainda de espinho: a gente tem que enxergar a Amazônia embaixo desse verde, embaixo desse verde! Lá, sim, lá, a gente tem um povo que não tem renda, tem um povo vilipendiado, tem um povo massacrado, extorquido, tem um povo expulso, porque as ONGs, através de maus brasileiros, estão comprando as terras e expulsando aqueles que habitam, porque a gente não tem a legalização da terra. E a gente precisa. E a gente precisa muito.

Há muito que se falar. Há muito que se dizer.

Graças a Deus, estou Senador da República...



**O Sr. Vanderlan Cardoso** (PSD - GO) – Senador Plínio.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... para desmascarar e escancarar esses hipócritas.

**O Sr. Vanderlan Cardoso** (PSD - GO) – Um aparte, por favor, Senador Plínio.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com o maior prazer, Senador Vanderlan.

**O Sr. Vanderlan Cardoso** (PSD - GO. Para apartear.) – Senador Plínio, eu conheço essa Amazônia de que o senhor está falando, porque eu morei 14 anos lá.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim. Eu sei disso.

**O Sr. Vanderlan Cardoso** (PSD - GO) – Morei em Roraima e conheço muito bem o Amazonas.

Tudo isso de que o senhor falou é verdade.

Essa CPI, Senador Plínio, eu faço questão de assinar e de participar dela, porque nós precisamos esclarecer para o povo brasileiro que essa Amazônia de que eles estão falando, esses índios aí que eles mostram não são a realidade. Não é a realidade.

Então, só para dizer a V. Exa. que eu tenho acompanhado o seu trabalho desde que o senhor chegou aqui. E o senhor tem alertado, desde o primeiro dia em que o senhor subiu nessa tribuna para falar dessa Amazônia verdadeira que o senhor conhece muito bem e que eu conheço em parte, não tão bem quanto V. Exa.

Parabéns, Senador.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Vanderlan. O senhor é uma amazônida e defende sempre.

Eu encerro, Sr. Presidente, não querendo abusar de sua paciência.

A CPI já foi lida aqui, na Mesa. Já foi lida. Portanto, já existe. Está faltando só um ofício para que os Líderes indiquem os membros, para que a gente desvende. E digo mais uma vez: não é para demonizar ninguém...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... é para separar o joio do trigo.

E eu digo com tristeza: há mais joio do que trigo.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, querido amigo Senador. Antes de Senador, altamente comprometido com as causas dessa nossa amada Região, um homem da Amazônia, que sempre distingue-nos com a sua fala veemente, emotiva, mas muito racional.

Eu quero dizer, mais uma vez, a V. Exa., até por força da informação trazida pela Secretaria-Geral da Mesa, que o seu requerimento, pedido no início da sessão, feito no início da sessão, já foi deferido para que nós o discutamos na CMA, na Comissão de Meio Ambiente, antes de trazê-lo a Plenário.

Obrigado, Senador Plínio Valério.

Anuncio às Sras. e aos Srs. Senadores o item 2 da nossa pauta.

Projeto de Lei do Senado Federal 169, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que torna obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde – de grande relevância!

O Parecer nº 26, de 2021, da Comissão de Assuntos Sociais, do Relator, S. Exa. o Senador Fabiano



Contarato, que já se dirige à tribuna da Casa, foi favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, do Relator.

Perante a Mesa foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa de ontem, quando teve a sua apreciação adiada e transferida para hoje.

A matéria depende de parecer, Sras. e Srs. Senadores, sobre as Emendas 2, 3, 4 e 5.

A Mesa designa o Senador Fabiano Contarato para proferir parecer de plenário.

S. Exa., Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente agradecer a compreensão de V. Exa. em pautar, em submeter a votação deste projeto de tamanha relevância.

Eu pediria permissão para proceder diretamente à análise do relatório ou, se V. Exa. preferir, vou direto ao voto, porque foram acolhidas as emendas. E aqui eu quero agradecer a colaboração dos Parlamentares, dos Senadores que deram a sua contribuição.

E, se V. Exa. permitir que eu faça diretamente a leitura do voto, eu acho que até mesmo para otimizar o tempo, eu ficaria mais satisfeito e faria uma fala extremamente de improviso aqui sobre a relevância do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu ouço o plenário em relação a esse pedido de V. Exa., e não diviso qualquer resistência, rejeição, para que V. Exa. faça a leitura do seu voto.

Pois não, Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Voto. Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 169, de 2018, com as Emendas 2, 3, 4, e 5 do Plenário e pela rejeição da Emenda 1 da CAS.

Quero agradecer a deferência do nobre Senador Sérgio Petecão, que me designou como Relator na Comissão de Assuntos Sociais, e quero deixar claro aqui para os colegas que esse projeto vem dar vida a uma garantia constitucional.

O art. 6, da Constituição Federal, ratificado pelo art. 196, estabelece que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado.

Então nós temos que entender que, ao atender essas pessoas que têm Transtorno do Espectro Autista, nós estamos cumprindo esse mandamento constitucional. É um princípio da dignidade da pessoa humana. E aqui eu quero fazer um simples desabafo.

Quando, numa semana, eu sofri um ataque por um comportamento homofóbico, e eu fiz uma fala contundente, quero agradecer a solidariedade de todos, que tenho recebido, mas é necessário que a população brasileira entenda que isso ocorre, diuturnamente, não só com a população LGBTQIA+, mas com as mulheres, com os negros, com os índios, com os quilombolas, com as pessoas que vivem com deficiência, com as pessoas que vivem com HIV, com os idosos...

Então é preciso nós termos a plena convicção, Senador Veneziano, meu querido Senador Veneziano, que aquela premissa que está expressa no art. 3º, inciso IV, de que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação é porque, infelizmente, ainda no Brasil, nós vivemos um Brasil preconceituoso, sexista, homofóbico, racista, misógino e xenofóbico. E é necessário o papel ativo deste Parlamento, deste Senado, para reduzir o abismo existente entre milhões de pobres e a concentração de riquezas na mão de tão poucos, para dar efetividade a essa garantia de que todos somos iguais perante a lei, independente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa com deficiência ou idoso.

Então o apelo que eu faço aos colegas é: vamos ter empatia, vamos nos colocar na dor do outro,



mas vamos ser também proativos. Não basta nos solidarizarmos, se nós não fizermos o enfrentamento e o debate nesta Casa, que sistematicamente fecha a porta para as mulheres, negros, índios, quilombolas, população LGBTQI e para os pobres, porque, infelizmente, falar que o Congresso Nacional representa o povo está longe de ser uma realidade. O que nós temos aqui, se nós traçarmos um perfil sociológico da composição do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nós vamos ver que a representatividade não é da população, é de castas, é de camadas, porque 60 milhões de brasileiros estão em situação de pobreza e extrema pobreza; 25 milhões subutilizados e desempregados.

Nós temos uma precarização da relação trabalhista. Nós temos um comportamento sexista, que discrimina as mulheres, que discrimina, um racismo estrutural, um racismo religioso, um ataque à população LGBTQIA+. Então, o meu apelo é... E esse projeto nada mais é do que cumprir uma garantia constitucional, que está expressa no art. 6º, desde o dia 5 de outubro de 1988. E ontem nós completamos 33 anos dessa Constituição Cidadã, desse pacto supremo, dessa Lei Maior, da lei das leis, essa espinha dorsal do Estado democrático de direito que se chama Constituição da República Federativa do Brasil. Porque até então, até a aprovação desse projeto de lei, Senador Veneziano, aquela garantia constitucional de que todos temos direito à saúde e como um direito de todos e dever do Estado, infelizmente, continua deitada eternamente em berço esplêndido.

É preciso que este Senado dê essa resposta. E aqui eu quero mais uma vez agradecer a colaboração e o comprometimento deste Senado no aprimoramento deste projeto de lei.

Pego a colaboração dos pares para a aprovação desse projeto de extrema importância, que vai reduzir, vai dar uma resposta a essas pessoas que têm tanta necessidade, que lutam com a saúde pública, que lutam efetivamente defendendo o Sistema Único de Saúde, porque eu sempre, sempre usei o Sistema Único de Saúde, porque eu venho de escola pública e é necessário que a população tenha efetividade, tenha essa garantia constitucional, mais uma vez, expressa no art. 6º, ratificada pelo art. 196 – a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 225/2021-PLEN-SF - Vide Item 2.1.3 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado ao nobre e apaixonado pelas causas que defende. E V. Exa. sabe muito bem do apreço, do nosso reconhecimento pessoal, de toda a Casa, o quanto nós vibramos quando V. Exa. assume de forma feérica as suas convicções, de forma autêntica, de forma apaixonada. E essa é mais uma.

Inclusive, discutíamos, há cerca de duas semanas, eu até nem deveria, pela condição de Presidente na qual me encontro, mas V. Exas. haverão de perdoar-me, mas eu queria fazer essa menção, porque penso oportuna, justa, meritória em face a sugestão que foi construída pela Comissão de Direitos Humanos e que teve V. Exa. como Relator. Há cerca de 20 dias, nós tratávamos, na Comissão de Educação, e fazíamos exatamente esse apelo num debate feito com a presença de S. Exa., Ministro da República da Educação, sobre a necessidade de que nós demonstremos e provemos de maneira cabal, concreta que haja, por parte do Governo e do Ministério da Educação, entre outros, esse comprometimento, porque até então nós não vemos.

E a situação evidenciada e crescente no número de cidadãos brasileiros autistas nos impõe essas medidas. Nós sabemos que existem aqueles que podem acompanhar... E falo aqui respeitosamente mencionando a presença entre nós do querido Senador paraibano Diego Tavares, que aqui esteve durante uma temporada e mostrou a sua competência. Nós sabemos que alguns cidadãos, Senadora Nilda, Senador Izalci, podem acompanhar seus filhos. Mas a grande e esmagadora maioria, e eu digo isso porque tenho uma experiência própria de um grandessíssimo amigo e irmão, que tem um filho autista, o Senador Diego também... Agora, imaginemos, Senador, quantos outros milhões de pais não têm essa mesma possibilidade,





essa condição que nós aqui estamos a tentar construir, propor: a criação de centros de assistência integral ao paciente com Transtorno do Espectro Autista. É merecedor, portanto. E peço vênias, desculpas e escusas necessárias por estar me valendo da condição, neste instante, de Presidente, mas é para subscrever, de forma entusiástica, o projeto e a sua relatoria.

Completada a instrução da matéria, Senador Izalci Lucas, vamos passando para a discussão.

Como orador que pede a sua inscrição, a fim de que seja discutido o parecer do Senador Fabiano Contarato, pois não, Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.)

– Presidente, primeiro, quero parabenizar o nosso querido Relator, Senador Fabiano Contarato. A gente precisava se colocar no lugar do outro. Eu tenho acompanhado muito o movimento autista e sei o quanto é difícil, realmente, ter assistência à inclusão dessas pessoas no meio, nas escolas, no atendimento psicológico, principalmente agora neste momento da pandemia, a falta de assistência.

Então, eu quero agradecer ao Relator o acatamento da emenda que propus, retirando a questão de preferencialmente. Nós sabemos a diferença que existe entre preferencialmente e deixar de uma forma incisiva, obrigatoriamente. Há uma diferença muito grande no Brasil. Quando você fala "preferencialmente", a tendência é não acontecer. Então, é muito importante. Quero aqui agradecer porque, de fato, é de suma importância a criação desses centros. Temos que evoluir ainda mais, mas já é um avanço.

E quero parabenizar também o programa e-Cidadania, que tem recebido diversas sugestões dos nossos internautas, que têm contribuído com sugestões maravilhosas. Eu tenho feito, toda sexta-feira, praticamente, a reunião da Comissão do Futuro, e a participação é muito ativa, as pessoas perguntando, sugerindo. Então, é importante o envolvimento da população, da comunidade nas questões essenciais do País. Então, quero parabenizar a iniciativa deste programa e-Cidadania e o nosso Relator, que fez um brilhante relatório, e agradecer o acatamento da emenda.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Fabiano, se V. Exa. permite, eu penso ser relevante fazer o registro e a lembrança que o Senador Izalci e a Mesa, a nossa Secretaria, fazem-me conhecer, não, mas quero registrar, reiterar e dirigir ao povo brasileiro, Senador Diego Tavares, Senadora Nilda Gondim, Senador Paulo Rocha, isso que o Senador bem salientou.

O PLS 169, há pouco relatado pelo Senador Fabiano Contarato, vem de uma ideia legislativa. O PLS é derivado da Ideia Legislativa nº 65.844, apresentada no Portal e-Cidadania do Senado, no dia 9 de fevereiro de 2017, pela Sra. Irene Jucá, mãe de uma jovem com Transtorno do Espectro Autista. A ideia conseguiu angariar mais de 20 mil assinaturas de apoio, número maior que o requisito mínimo para transformá-la em uma sugestão legislativa. Analisada pela CDH, a sugestão foi aprovada pela Comissão, tornando-se o PLS 169, de autoria daquele Colegiado, que teve a relatoria do Senador, nesta tarde/noite, em Plenário, Senador Fabiano Contarato.

Por que faço essas menções? Até para que nós, aqui, exprimamos, ao público da TV Senado, da Rádio Senado, Senador Izalci e demais outros presentes, o quanto o Senado ouve essas sugestões, porque não pensemos e nunca desejemos nós, Sras. e Srs. Senadores, apresentarmos-nos, única e exclusivamente, como autores das ideias; muito antes, pelo contrário, somos submetidos a melhores ideias provenientes do povo, para que este possa se sentir representado efetivamente. Então, eu quero saudar o trabalho das Comissões e o estímulo permanente reiterado que é feito para que os cidadãos brasileiros participem como proponentes.

Completada a instrução da matéria, passamos à sua discussão.

Tivemos como orador o Senador Izalci Lucas.



Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submete a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as suas emendas, em turno único, nos termos do Parecer de S. Exa. o Senador Fabiano Contarato, que é favorável ao projeto e às Emendas nºs 2, 3, 4 e 5; e contrário à Emenda nº 1.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.  
**(Parecer nº 226/2021-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.1.3 do Sumário)**

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Como Relator.)

– Sr. Presidente, serei breve. Apenas para agradecer, mais uma vez, a sensibilidade da Presidência do Senado, na pessoa do Senador Rodrigo Pacheco, hoje, representado por V. Exa., por ter confiado a mim essa relatoria.

E muito bem lembrado quando fala que esse projeto surge de uma sugestão legislativa da população, mais ainda, daquele local de fala de uma mãe de uma pessoa com síndrome de espectro autista. Isso é uma demonstração de que ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas transformar essa sociedade, e você transforma a sociedade quando você luta, quando você cobra dos seus políticos, dos seus governantes, aquela efetivação desses direitos e aquela premissa constitucional, buscando um Estado brasileiro que seja igualitário, justo, fraterno, inclusivo e plural.

Parabéns a essa sugestão, parabéns a essa mãe, na pessoa de quem eu estendo um abraço fraterno a todas as mães, pais, familiares de pessoas que vivem com síndrome de espectro autista.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado ao Relator Senador Fabiano Contarato.

A senhora mãe da jovem que tem o transtorno do espectro autista chama-se Irene Jucá.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Sras. e Srs. Senadores, nós temos como item 3 a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nº 17, que tem como autor o Senador Eduardo Gomes e como Relatora a Senadora Simone Tebet.

Chegou à Mesa o pedido para que nós transfiramos o debate a respeito dessa proposta, e assim atendemos.

O item 4, projeto de lei do Senador Antonio Anastasia, cujo Relator é o Senador Davi Alcolumbre, igualmente, houve um pedido para que nós transfiramos a apreciação do Projeto de Lei nº 486 para



oportunidade a ser definida em reunião do Colégio de Líderes.

O item 5, Projeto de Lei nº 1.869, do Senador Jorginho Mello, que altera o Código Florestal e demais legislações correlatas, o Relator, Senador Eduardo Braga, firmou o compromisso e nos pediu para que transfiramos para o item 1 da pauta dessa quinta-feira.

Deferido o pedido apresentado por S. Exa. o Relator Senador Eduardo Braga.

É importante que nós registremos, na lembrança da Secretaria-Geral da Mesa, do muito competente querido companheiro Gustavo Sabóia, que não está aberto o prazo para a apresentação de emendas em relação a esse Projeto nº 1.869, de relatoria do Senador Eduardo Braga.

O item 6, no início da nossa sessão já havia sido feito o pedido de retirada pelo Senador Weverton Rocha.

Nós temos um pedido extrapauta que foi formulado pela querida Exma. Sra. Senadora Leila Barros: Requerimento nº 2.148, de 2021, que tem a subscrição de outros companheiros, solicitando a realização de sessão de debates temáticos destinada a debater o Sistema Nacional de Fomento e as necessidades de financiamento para a saída da pandemia da covid-19.

A Presidência submete a matéria diretamente a votação simbólica.

Em votação o requerimento de autoria da Senadora Leila Barros e de outros subscritores.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu não vejo a Senadora.

A Senadora Leila deseja fazer alguma menção ao teor do seu requerimento? (*Pausa.*)

Não.

Aprovado o requerimento, a sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa. (*Pausa.*)

Nós esgotamos os itens pautados, e quero, mais uma vez, salientar nossa alegria particular de estar participando deste momento à frente da condução da Presidência porque tivemos, mesmo com os requerimentos de retirada de três itens, uma tarde em que propiciamos à sociedade brasileira resultados, com a aprovação de projetos muito importantes, significativamente importantes, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Paulo Rocha, Senadora Nilda Gondim, querido companheiro Diego Tavares. Então, encerramos a nossa pauta chamando a pauta da quinta-feira, que já é de conhecimento prévio de S. Exas. as Sras. e os Srs. Senadores.

Vejo que entre os inscritos, entre nós, remotamente, encontra-se o nosso querido professor, o Senador Paulo Paim, que pede a palavra como orador inscrito.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Senadores e Senadoras, autores e relatores de projetos tão importantes aprovados hoje, Presidente, eu volto a insistir: é urgente uma sessão do Congresso, de preferência na próxima semana. Há inúmeros vetos da Presidência que precisam ser votados. Os problemas do País não esperam. Quanto mais nós adiarmos, mais teremos dificuldades.

Por exemplo, o Veto nº 48, PL nº 12, que propõe a quebra de patente de vacina e remédios para combater a pandemia da covid-19. Houve veto em relação ao fornecimento de material biológico fundamental para produção da vacina. O Brasil precisa se precaver e se prevenir. Precisamos de vacinas e remédios, não podemos dificultar a situação. Por isso, é necessário derrubar o Veto nº 48, PL nº 12.

Sr. Presidente, a Lei nº 4.200, de 2021, precisa ser aplicada imediatamente, sem o veto. É um caminho que se abre para a produção de imunizantes em grande escala, a custos menores. Além de salvaguardar a saúde dos brasileiros, teremos a possibilidade de ajudar também países pobres onde a vacinação é muito baixa. É uma ação humanitária. Portanto, a responsabilidade é muito grande de todos



nós.

A Diretora-Geral Adjunta da Organização Mundial de Saúde, Dra. Mariângela Simão, assim disse: "A OMS prepara um tratado sobre pandemias" e que um novo fenômeno pandêmico é apenas uma questão de tempo. Segundo ela, uma nova pandemia é inevitável e a questão é quando ela vai acontecer. Nós não podemos desconsiderar esse alerta. Nós estaremos nos omitindo. Isso é gravíssimo.

A Diretora da OMS (Organização Mundial de Saúde) avança, diz ela: "Esta pandemia, depois da gripe espanhola, foi a mais impactante e é também uma constatação: acho que o mundo precisa acordar, porque a gente vê que não foram apenas os países em desenvolvimento que foram afetados. Afetou o mundo todo, ninguém estava preparado". Ela completa ainda: "Acho que tem duas coisas, um lado é em relação a esse coronavírus específico que é o Sars-Cov-2 e as variantes, algumas variantes de preocupação, como o caso da Delta, que está presente em 188 países. Então a preocupação [...] em aumentar a cobertura vacinal é global, mas em todos os países e não apenas em alguns, para evitar que novas variantes preocupantes [como eu adiantei] surjam".

Por isso, Presidente, estou fazendo aqui mais um apelo: é preciso urgentemente que nós tenhamos uma sessão do Congresso para votar esse tema.

O Brasil, o Congresso, ao derrubar o Veto 48, dará exemplo ao mundo, sendo solidário, fraterno, humanista em todas as suas concepções.

Claro que eu não pretendo aqui impor nada, mas deixo, com muito carinho, que a minha consciência individual fale. E ela está inserida, Presidente, também numa consciência coletiva.

Vejam, há outros vetos também a serem derrubados: o nº 51, o auxílio à agricultura familiar, esse setor da economia que produz 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros; o Veto nº 33, ao projeto que dispensa as pessoas que possuem lúpus ou epilepsia da carência de 12 meses de filiação ao INSS para receber o seu benefício. Há no Brasil, Sr. Presidente, 65 mil pessoas com lúpus e 4 milhões com epilepsia. O Veto nº 44, que trata do reajuste dos agentes comunitários de saúde, que estão lá na linha de frente; o Veto nº 23, ampliação do prazo de vigência do Plano Nacional de Cultura; o Veto nº 19, ações emergenciais destinadas ao setor de eventos.

Presidente, termino cumprimentando o Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, o Prof. José Vicente, por promover o movimento Cotas Sim, que pede a renovação da Lei de Cotas nas universidades, institutos federais e também na administração pública. A campanha tem o objetivo de apoiar as proposições que tramitam no Congresso e garantem a reedição da Lei nº 12.711, de 2012, a popular Lei de Cotas. No ano que vem, a legislação passará por essa avaliação.

No Senado, apresentamos, a pedido do Movimento Negro – e branco comprometido com políticas humanitárias –, o PL nº 4.656, que assegura a reedição da lei, depois de dez anos e permanência de vagas para negros, negras, indígenas, pessoas com deficiência, alunos de baixa renda e estudantes de escolas públicas em universidades públicas e institutos federais. Essa proposta traz uma inovação, Presidente: o recorte da política para também as entidades privadas. O recorte da política de cotas também nas entidades da área privada.

Era isso, Presidente. Meus cumprimentos pela classe e a elegância com que V. Exa., Senador Vital, presidiu esta sessão e toda vez que é chamado. Um abraço, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Um abraço, querido Senador Paulo Paim. Acolha à distância, mas como se fisicamente aqui estivéssemos, o nosso abraço caloroso, do Senador Jean Paul, da Senadora Nilda Gondim, que da mesma forma o fazem. Um abraço, querido professor, acreditadíssimo, Senador Paulo Paim.

Pela ordem, Senador Chico Rodrigues. Em seguida, Senador Eduardo Girão, para que concluamos a sessão desta quarta-feira. Senador Chico Rodrigues.



**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Agora já posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pode, Senador Chico Rodrigues. Pois não, Senador.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Meu caro Presidente, eu gostaria de falar para V. Exa. um assunto recorrente da vida nacional. É importantíssimo para o Brasil.

Ninguém neste Plenário e no Brasil nega a importância da Embrapa para a história do nosso País. Através das pesquisas feitas na Embrapa, o Brasil saiu de deficiente na produção de alimentos para o celeiro do mundo. Como consequência dessas pesquisas geradas pela Embrapa, o Brasil alimenta mais de 15% da população mundial. Presentemente, o Brasil, através das pesquisas realizadas, tem realmente impulsionado a produção nacional.

A Embrapa é composta de pesquisadores premiados em todo o mundo, 17 deles entre os mais influentes nas pesquisas agropecuárias do Planeta. No entanto, houve uma série de concursos, na década de 2000, que foram feitos, mas, na verdade, não se preencheu totalmente o quadro de pesquisadores da Embrapa, o que tem feito que haja uma séria redução no número de pesquisadores nos seus quadros. O último concurso para essa instituição foi realizado em 2009, o que mostra o sucateamento desta que tem sido uma referência na produção de alimentos e no desenvolvimento de novas tecnologias que garantem a segurança alimentar do Brasil e de vários países do mundo.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo ao Governo Federal no sentido de que o Ministério da Economia possa autorizar a realização de concurso público para pesquisadores e técnicos da Embrapa que venham para desenvolver, cada vez mais, essas tecnologias importantes para a vida nacional. O Brasil, é lógico, como todos sabem, através da Embrapa, é um largo estuário de cientistas do mais alto nível, que fizeram com que, nos últimos 30 anos, a produção agropecuária brasileira se transformasse em uma das três mais significantes e expressivas do mundo.

A revolução na genética e na transformação digital irão impactar diretamente o agro brasileiro. Portanto, a reposição de profissionais de alto nível da Embrapa se faz urgente, necessária e fundamental.

Esse é um tema recorrente que, talvez, não estejam alcançando, não estejam avaliando de uma forma mais dedicada, se debruçando na capacitação técnica desses pesquisadores da Embrapa. O Governo precisa acordar no sentido de que seja autorizado esse concurso e para que a Embrapa possa prover os seus quadros com profissionais do mais alto padrão técnico e científico. Esse é um grito de alerta. Temos conversado com vários pesquisadores da Embrapa e há um brado, há um grito para que, na verdade, esse problema seja resolvido o mais rapidamente possível, porque estão se perdendo quadros expressivos da pesquisa nacional.

Logicamente, o período de amadurecimento para esses técnicos se enquadrarem à nova linha da Embrapa nesses anos da tecnologia mais avançada pode, realmente, retardar e atrapalhar a produção agropecuária brasileira, que hoje já produz mais de 270 milhões de toneladas – mais de 270 milhões de toneladas.

E um dado, Sr. Presidente, importante, só para se ter uma ideia da importância da Embrapa: a soja produzida no Brasil hoje... Se fôssemos distribuir 2kg de soja para cada habitante do Planeta, o Brasil atenderia aos 7,8 bilhões de seres humanos existentes no Planeta. Isso é fruto da Embrapa, é fruto da ciência, da tecnologia gerada ao longo desses últimos 40 anos.

Portanto, essa é uma reivindicação que eu estou fazendo em nome da agropecuária brasileira e, especialmente, da Embrapa, esse orgulho nacional.

Era esse registro, meu nobre e querido Presidente, que eu gostaria de deixar aqui nesta noite.



Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nós é que agradecemos, Senador Chico Rodrigues, por V. Exa. trazer, pelo Senado, este assunto de tamanha relevância e aí, junto aos seus reconhecimentos, os nossos reconhecimentos a essa instituição, merecedora de todos os nossos aplausos. Digo isso, porque, afinal de contas, na Paraíba, temos a presença da Embrapa Algodão, em Campina Grande, e nós temos que estar sempre alerta para que não nos permitamos ver as iniciativas de enfraquecê-la, a Embrapa, de uma maneira geral, no País.

Um abraço a V. Exa.

Como último orador inscrito, assim como ontem, meu querido Senador Eduardo Girão.

Senador Eduardo.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Paz e bem, meu querido Presidente Veneziano Vital do Rêgo. Mais uma condução primorosa do senhor nesta quarta-feira.

Eu queria dizer que estou aqui no Rio Grande do Norte, na terra do nosso colega Styvenson Valentim, que me recepcionou aqui, na terra de Jean Paul Prates, da nossa querida Zenaide também.

Vim para participar de uma audiência importantíssima na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, na CPI que eles fizeram aqui, com muita coragem, e totalmente diferente da CPI em que eu participo como titular. A gente vê uma condução equilibrada, sem agressividade, sem desrespeito, sem abuso. E, hoje, nós tivemos o Carlos Gabas.

Hoje, o Diretor Executivo Carlos Gabas, do Consórcio Nordeste, foi convidado para prestar esclarecimentos. Entrou mudo e saiu calado, para a surpresa do povo potiguar, o que ficou muito feio, porque a gente não consegue abrir essa caixa do Consórcio Nordeste. Mas nós vamos continuar insistindo, porque o bem e a verdade prevalecerão. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Eu queria fazer um pronunciamento hoje, Sr. Presidente, sobre um relatório que eu vou fazer, independente, dentro da CPI. A gente sabe que vai haver o relatório dos oposicionistas, assim como o relatório dos governistas. E eu vou caminhar, com a independência que tenho no mandato. De tudo que eu ouvi e pude ver na CPI, o que deixaram a gente investigar, eu vou fazer um relatório equilibrado, para ficar registrado na história. Talvez tenha apenas o meu voto, mas eu vou fazer esse relatório. Então, eu quero dizer ao senhor que, depois de mais de cinco meses, a CPI da Pandemia do Senado caminha melancolicamente para o seu final. Durante todo esse tempo, atendeu somente um dos requerimentos que lhe deram origem. O segundo requerimento, que é de minha autoria, que pedia a apuração de irregularidades nas três esferas de Governo – federal, estadual e municipal –, incluindo os R\$120 bilhões transferidos da União para Estados e Municípios, foi ignorado de forma deliberada pela maioria dos membros da CPI. Mesmo com os gravíssimos escândalos evidenciados por mais de 130 operações da Polícia Federal e da CGU, com o uso de verbas federais, a maioria preferiu a blindagem escancarada de poderosos de Estados e Municípios. Seu único objetivo, explicitado desde o início, é desgastar apenas um ente federado, no caso, o Governo Federal, com interesses notoriamente eleitoreiros.

Desde o início, entre as narrativas construídas, foi grande o esforço em criminalizar o tratamento preventivo, precoce ou imediato sob orientação médica, com a autonomia dos médicos do Brasil. Depois de muito autoritarismo, parcialidade, nós vimos que, na véspera, a CPI cancelou, cancelou não, realizou, mas a maioria dos seus membros saíram, na verdade, deram as costas para os médicos e cientistas que defendem o tratamento e foram embora, ou seja, não têm moral para falar em tratamento mais nessa CPI. Preferiram empregar várias sessões para perseguir e destruir reputações de técnicos, empresários, médicos, apenas porque se opunham às narrativas dessa CPI, ou seja, negaram o contraditório, que é um princípio basilar da Justiça.



Nem sequer o vergonhoso Consórcio Nordeste, em que foram supostamente desviados R\$48,7 milhões em respiradores nunca entregues, não foi investigado. Mesmo com documentos provando o uso de verba federal, foi negada a vinda do próprio coordenador, o Diretor-Executivo Carlos Gabas, que, hoje, esteve aqui no Rio Grande do Norte, mas foi negada a ida dele ao Senado, ele que é ex-Ministro do Governo Dilma. Ficamos envergonhados, mais uma vez, no Senado, por essa CPI realmente não ter se aprofundado nesse tema.

É importante ressaltar que, desde o início, questionei, em mandado de segurança, a suspensão do Relator por ser pai de um governador. É um conflito de interesses que não tem como realmente ser solucionado, e é o que a gente viu nesse espetáculo eleitoral que vai se concluir na próxima semana.

Amanhã, nós teremos a última oitiva. E eu quero dizer que o meu relatório vai apontar os caminhos para se obter toda a verdade, o que eu espero conseguir numa CPMI, porque essa, do meu ponto de vista – e respeito quem pensa diferente –, não conseguiu os objetivos esperados pela população brasileira, que, por onde a gente vai, quer saber toda a verdade entre Governo Federal, Estados e Municípios que receberam bilhões no enfrentamento dessa pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deus abençoe a nossa noite, o seu trabalho e do povo brasileiro, que espera cada vez de nós um trabalho com esmero, com dedicação e com muita justiça e verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Amém, Senador Eduardo Girão. Que assim seja! Um abraço cordial e transmita, pessoalmente, os nossos cumprimentos ao querido Senador Styvenson Valentim, já que V. Exa. encontra-se na nossa capital potiguar. Um grande abraço.

A Presidência informa às Sras. e aos Srs. Senadores que está convocada sessão deliberativa semipresencial para amanhã, quinta-feira, a partir das 16h, com pauta já plenamente divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa semipresencial do Senado Federal, a Presidência, mais uma vez, renova o agradecimento a todos os que colaboraram para que nós pudéssemos chegar com a produção legislativa que já registramos: os companheiros servidores, a Secretaria-Geral da Mesa, os profissionais da TV Senado, enfim, a todos que merecem, por todo empenho e qualidade nos serviços prestados, o nosso reconhecimento público.

E a todos e todas, senhores e senhoras, brasileiros, os nossos cumprimentos e o desejo de uma boa noite.

Encerrada a sessão desta quarta-feira.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 49 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

### 130ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas

Presenças no período: 05/10/2021 14:00:00 até 06/10/2021 19:50:00

Votos no período: 05/10/2021 14:00:00 até 06/10/2021 19:50:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
Patriota	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
MDB	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
Cidadania	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
PSL	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X

Emissão 06/10/2021 19:52:48







# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

56ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

**130ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas**

**Presenças no período: 05/10/2021 14:00:00 até 06/10/2021 19:50:00**

**Votos no período: 05/10/2021 14:00:00 até 06/10/2021 19:50:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
MDB	RO	Maria Eliza	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	

***Compareceram 77 senadores.***



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 130<sup>a</sup> SESSÃO**

## **DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**

### **Projeto de Resolução nº 47/2021**



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 223, DE 2021 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 2021.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 2021, que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 6 de outubro de 2021.

**VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE**

**ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR**

**JORGINHO MELLO**

**WEVERTON**



**ANEXO DO PARECER Nº 223, DE 2021 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 2021.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO**  
Nº \_\_\_\_\_, DE 2021

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Projeto de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – PROFISCO II/BA”.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado da Bahia;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);



III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – juros: taxa anual baseada na *Libor* para o dólar dos Estados Unidos da América de 3 (três) meses mais margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do BID;

VI – cronograma estimativo de desembolsos: US\$ 1.521.546,00 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil, quinhentos e quarenta e seis dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 10.489.736,00 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e seis dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US\$ 10.985.850,00 (dez milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, US\$ 10.896.668,00 (dez milhões, oitocentos e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e oito dólares dos Estados Unidos da América) em 2024 e US\$ 6.106.200,00 (seis milhões, cento e seis mil e duzentos dólares dos Estados Unidos da América) em 2025;

VII – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

VIII – recursos para inspeção e supervisão: até 1% (um por cento) sobre o valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos, por semestre;

IX – prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, após carência de até 66 (sessenta e seis) meses;

X – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros durante a vigência do contrato de empréstimo, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

**Art. 3º** É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Estado da Bahia quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e ao pagamento de precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições de efetividade do contrato.



**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



# Projeto de Lei Complementar nº 5/2021



**PARECER Nº 224, DE 2021 -PLEN/SF**

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, da Câmara dos Deputados, que *altera a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria, às prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura e à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador; e dá outras providências.*

SF/21724.87711-25

RELATORA: Senadora **ROSE DE FREITAS**

**I – RELATÓRIO**

Submete-se à apreciação do Plenário o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 5, de 2021, da Câmara dos Deputados, que *altera a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria, às prestações interestaduais*





*com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura e à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador; e dá outras providências.*

A proposição, de autoria do Deputado Efraim Filho, é composta de quatro artigos.

O **art. 1º** enuncia o objeto da Lei, que é permitir a prorrogação, por até quinze anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS das atividades econômicas que arrola, autorizados pelo Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), ao amparo da Lei Complementar (LCP) nº 160, de 7 de agosto de 2017.

O **art. 2º** altera o § 2º do art. 3º da LCP nº 160, de 2017, para beneficiar com a permissão de prorrogação por até quinze anos os seguintes ramos de atividade econômica:

- a) portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador;
- b) comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria;
- c) operações (vendas) e prestações (de transporte) interestadual de produtos agropecuários e extrativos vegetais *in natura*.

O novel § 2-A prevê um mecanismo gradual de redução dos benefícios prorrogados pelo projeto (exceto operações com produtos agropecuários e extrativos vegetais *in natura*) ao longo de quatro anos, à razão de 20% ao ano a partir do 12º ano posterior à produção de efeitos do respectivo convênio, até a extinção a partir do 16º ano.

A nova redação dada aos §§ 3º e 8º do art. 3º da LCP nº 160, de 2017, é mero ajuste para contemplar o novel § 2º-A.

O **art. 3º** fixa prazo de 180 dias para o Confaz adequar o Convênio ICMS nº 190, de 2017, às alterações introduzidas pela lei complementar



SF/21724.87711-25



resultante e pela LCP nº 170, de 19 de dezembro de 2019, sob pena de essas alterações serem automaticamente incorporadas ao Convênio.

O art. 4º é a cláusula de vigência e dispõe que a lei complementar resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

No prazo regimental, foi apresentada a Emenda nº 1-PLN, do Senador Esperidião Amin, que acresce o art. 30-A à Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, para explicitar ainda mais que os benefícios fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimento, vedada a imposição por parte da administração tributária de quaisquer outros requisitos ou condições.

## II – ANÁLISE

No tocante à constitucionalidade formal, o direito tributário é matéria compreendida na competência legislativa concorrente da União, de acordo com o art. 24, inciso I, da Constituição Federal. Ao Congresso Nacional cabe dispor sobre o tema, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Maior. A iniciativa de leis complementares está afeta a qualquer membro do Congresso Nacional, consoante dispõe o art. 61 do Texto Constitucional.

O PLP nº 5, de 2021, observa o art. 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal, que exige lei complementar para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos ou revogados.

A proposição não apresenta vícios de juridicidade ou de regimentalidade. No tocante à técnica legislativa, foram respeitadas as regras de elaboração e alteração de normas previstas na LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em relação à adequação financeira e orçamentária, a proposição não apresenta impacto fiscal para a União. Trata-se exclusivamente de dispositivo normativo, voltado à atualização do citado Convênio ICMS nº 190, de 2017.

No mérito, a LCP nº 160, de 2017, ora alterada, foi editada com o propósito de convalidar os benefícios concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal por meio de normas internas, sem aval do Confaz, no que se apelidou



SF/21724.87711-25



de “guerra fiscal” de ICMS. A rigor, a LCP nº 160 não convalidou benefícios irregulares, mas possibilitou que os Estados e o DF remitissem e anistassem os créditos tributários oriundos da “guerra fiscal”.

A LCP nº 160, de 2017, autorizou as unidades federadas a conceder ou prorrogar benefícios fiscais abrangidos pelo futuro Convênio nº 190, de 2017, desde que observado o prazo limite de fruição previsto conforme o tipo de atividade econômica exercida pelo beneficiário. É esse prazo de fruição que ora é estendido para os ramos de atividade econômica já acima identificados e transcritos no quadro abaixo, que também exhibe os percentuais de redução criados pelo projeto sob exame:

Ramos de atividade dos beneficiários dos incentivos fiscais	LCP nº 160, de 2017 Prazo de fruição após início da produção de efeitos do convênio	Data-limite de fruição conforme o Convênio ICMS nº 190, de 2017	PLP nº 5, de 2017 Prazo de fruição após início da produção de efeitos do convênio	PLP nº 5, de 2017 Percentuais de redução
Atividades agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano, <i>templos de qualquer culto e entidades beneficentes de assistência social (incluídos pela LCP nº 170, de 2019)</i>	15 anos	31.12.2032	15 anos	Não há alteração
Atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador	8 anos	31.12.2025	15 anos	do 12º ao 15º ano: 20%
Atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria	5 anos	31.12.2022	15 anos	do 12º ao 15º ano: 20%
Operações e prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais <i>in natura</i>	3 anos	31.12.2020	15 anos	do 12º ao 15º ano: 20%, exceto operações
Quanto às demais atividades	1 ano	31.12.2018	1 ano	Não houve alteração

Como se lê no quadro, todas as atividades, à exceção das “demais”, terão prazo de fruição de quinze anos, a exemplo das *atividades agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte*



SF/21724.87711-25



*urbano, templos de qualquer culto e entidades beneficentes de assistência social.* Porém, apenas essas últimas e as operações com produtos agropecuários e extrativos vegetais *in natura* não se submeterão ao mecanismo gradual de redução dos benefícios, ao longo de quatro anos, à razão de 20% ao ano, a partir do 12º ano, até a extinção a partir do 16º ano. Aquelas últimas e as operações com produtos agropecuários e extrativos vegetais *in natura* poderão extinguir os benefícios abruptamente ao cabo do 15º ano.

A prorrogação para até quinze anos do prazo de fruição faz sentido porque as atividades comerciais são a continuidade da indústria. Fazem o elo entre consumidores finais, varejistas e os setores produtivos. Não há lógica em dar apenas cinco anos para o estabelecimento comercial, que é continuidade da indústria, enquanto à última se concede quinze anos.

No mesmo diapasão do prazo de até quinze anos, as atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional abastecem a indústria e o comércio com insumos, bens de capital e bens de consumo importados, de forma a prover a demanda nacional e ainda exportar para o exterior.

No mesmo sentido do prazo de até quinze anos, o setor agropecuário brasileiro sofreu prejuízos significativos, uma vez que os benefícios tributários foram extintos em 31 de dezembro de 2020. Algumas culturas, principalmente as voltadas ao mercado doméstico, sofreram forte alta na carga tributária do ICMS, o que vem inviabilizando a produção.

O Valor Bruto da Produção (VBP), que mede o faturamento de 23 produtos agrícolas e 5 produtos pecuários para o ano, apresenta retração no faturamento de 2021, quando comparado ao faturamento do ano anterior em: Mandioca (-21,7%), Tomate (- 20,3%), Leite (-1,5%), Suínos (-3.6%), outros produtos que, mesmo não apresentaram quedas, tampouco apresentam altas significativas, tal como o feijão (1,1%) e trigo (4,7%).

Dentre os estados que mais foram prejudicados com a medida citamos os estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, justamente com fim de benefícios tributários concedidos para comercialização interestadual de feijão, leite cru, trigo e suínos.

A atividade agropecuária, sobretudo aquela executada por pequenos produtores rurais, não pode ser penalizada por meio da redução do prazo de fruição dos demais setores econômicos, justamente em um ano que,



SF/21724.87711-25



claramente, encontrarão dificuldades de faturamento, associada a uma ampliação dos custos de produção, uma vez que os insumos sofrem influência direta do câmbio, que atualmente encontra-se muito valorizado em relação ao Real.

### Da Relevância do Atacadista e Distribuidor na Cadeia de Abastecimento e no Escoamento da Produção Nacional

O comércio atacadista e distribuidor possui relevante função no processo de escoamento e abastecimento do mercado nacional, haja vista que o distribuidor tem a função de escoar a produção do Oiapoque ao Chuí.

Assim, o atacadista e o distribuidor são importante braço operacional na cadeia logística do país, pois é através destes que se abastece os pequenos e médios comércios varejistas, principalmente longe dos grandes centros urbanos, levando produtos de primeira necessidade como alimentos e higiene pessoal as comunidades mais carentes. Hoje, o setor abastece mais de 1 milhão de pontos de vendas em todo o Brasil.

Ressalta-se que o atacadista e o distribuidor absorvem mais de 53% (cinquenta e três por cento) dos produtos fabricados pela indústria, sendo verdadeiro *longa manus* do setor industrial na distribuição dos produtos pelo Brasil.

Neste ponto, é preciso demonstrar que não se justifica a concessão de prazos distintos ao segmento da indústria e do comércio, pois as atividades destes ramos de atividades econômica são indissociáveis. Ou seja, tudo que a indústria produz 53% é revendido via o setor de comércio.

Destaque que, as empresas do setor, ao se instalarem nos Estados com incentivo fiscal, fizeram grandes investimentos em galpões, centros de distribuição, frota, geração de empregos, já que os próprios regimes especiais exigem tais contrapartidas do setor para concessão do incentivo.

Em prazo correlato à extensão dos benefícios concedidos ao segmento industrial, tem o condão de possibilitar remanescer o equilíbrio econômico entre o segmento industrial e comercial.

### Do Impacto no Custo de Venda das Mercadorias ao Comércio Varejista e ao Consumidor Final



SF/21724.87711-25



Os benefícios fiscais atualmente concedidos ao setor comercial não são represados através de margens de lucros, mas sim são alocados diretamente no preço dos produtos fazendo com que impacte diretamente o custo médio de venda ao segmento varejista e, por consequência, ao consumidor final.

Em razão dos incentivos afetarem diretamente o custo do comercial atacadista e distribuidor, através da redução do ICMS apurado, os benefícios fiscais são verdadeiros mecanismos de proteção social e regulação de mercado.

Nesse sentido, a extinção dos benefícios fiscais no prazo atualmente estabelecido pela Lei Complementar nº 160/2017 acarretará, inevitavelmente, na elevação da carga tributária e, consequentemente, no aumento no valor de venda dos produtos comercializados.

Considerando este impacto dos preços, os produtos serão comercializados a valores mais elevados e, por via reflexa, o consumidor final, principalmente pessoa física das classes economicamente mais baixas será duramente atingido. Reforce que os produtos que sofrerão aumento de preço são de primeira necessidade, tais como: higiene, limpeza, alimentos e bebidas.

Além disso, efeitos inflacionários poderão ser identificados na economia nacional, em decorrência da majoração dos preços das mercadorias vendidas e tendo em vista a relevância do setor atacadista e distribuidor que revende aproximadamente 53% (cinquenta e três por cento) do que a Indústria produz de bens de consumo no Brasil.

Logo, a aprovação deste projeto é de extrema relevância, pois os benefícios fiscais permitem o acesso a bens de primeira necessidade por preços reduzidos, haja vista que os benefícios fiscais são repassados ao preço beneficiando o consumidor final em toda a cadeia de abastecimento.

#### Da Ausência de Impacto Financeiro ao Orçamento Público da União e dos Estados

A concessão de incentivos fiscais não constitui em renúncia de receitas (fiscal), haja vista que os Estados nunca tiveram a receita correspondente, pelo contrário, em razão da concessão dos incentivos é que os



SF/21724.87711-25



Entes Federados atraíram empresa e conseqüentemente tiveram forte incremento na arrecadação do ICMS.

Desta forma, a prorrogação das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais não afetarão as receitas da União, tampouco dos Estados.

Pelo contrário, o fim dos incentivos do comércio fará um êxodo das empresas para os grandes centros econômicos onde estão instaladas as indústrias.

Nesse sentido, a prorrogação do prazo do benefício fiscal não acarreta impacto no orçamento público, haja vista que estes benefícios já foram computados nos atuais orçamentos das Unidades Federadas.

Ressalta-se que muitos incentivos fiscais têm sido prorrogados. Só o Confaz prorrogou mais de 228 incentivos em 2020, além da, extensão dos incentivos ao terceiro setor, o que aumenta a necessidade de equidade para outros setores da economia como o comércio.

Por fim, a Emenda nº 1-PLEN, do Senador Esperidião Amin, almeja aprimorar a redação do art. 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, acrescentando-lhe art. 30-A, para afastar qualquer objeção por parte do Fisco federal de que os incentivos e os benefícios fiscais relativos ao ICMS concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados **subvenções para investimento**, e como tal, desonerados do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Cofins).

Embora meritória, a aprovação da Emenda nº 1-PLEN provocaria o retorno do projeto à Câmara dos Deputados, o que é desaconselhável ante a urgência de retomar os benefícios fiscais para o setor agropecuário extintos em 31 de dezembro de 2020. Ademais, como informa o eminente parlamentar catarinense, os entraves erigidos pela fiscalização federal já vêm sendo majoritariamente afastados na fase recursal administrativa. Fica, portanto, rejeitada a Emenda nº 1-PLEN.



SF/21724.87711-25



9

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, rejeitada a Emenda nº 1-PLEN.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora







# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 2147, DE 2021

Adiamento da votação do PLP nº 5/2021 para audiência na CAE.

**AUTORIA:** Senador José Aníbal (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 279, I, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da votação do PLP 5/2021, que “altera a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria, às prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura e à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador; e dá outras providências”, para audiência na Comissão de Assuntos Econômicos.

**JUSTIFICAÇÃO**

O PLP nº 05/2021 tem como objetivo alterar regras estabelecidas em 2017 no âmbito do conflito fiscal interfederativo envolvendo benefícios de ICMS. A proposta é prorrogar por vários anos subsídios tributários do ICMS que foram concedidos ilegalmente no passado e convalidados pela Lei Complementar nº 160 em 2017. O acordo naquele ano fixou prazo de vigência dos subsídios convalidados, variando de 5 a 15 anos a depender do setor da economia.



  
SF/21866.37245-09 (LexEdit)

Os anos se passaram e o esperado está acontecendo: vence o prazo de vigência, aprova-se novamente a prorrogação dos subsídios. E assim a guerra fiscal vai se perpetuando. Em uma crise fiscal estrutural, o Congresso está para aprovar um projeto que pode acentuar as distorções do federalismo brasileiro. Os experts no tema chamam esse processo de *race to the bottom*.

É preciso lembrar que nem toda competição interfederativa é perversa. Existe aquele tipo de disputa fiscalmente responsável que pode ser uma poderosa força para promover eficiência econômica. Não é o caso do PLP nº 5/2021. Na verdade, a nova lei pode estimular novos benefícios fiscais do ICMS e contribuir ainda mais para a guerra fiscal.

Creio que devamos discutir o tema com mais rigor técnico, conhecendo seus impactos fiscais e econômicos. Nesse sentido, solicito que a proposição seja submetida à Comissão de Assuntos Econômicos para que tenhamos oportunidade de debater a medida com os estados e demais envolvidos.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2021.

**Senador José Aníbal**  
**(PSDB - SP)**





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, nos termos do Parecer**

Permite a prorrogação, por até 15 anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais.

Matéria **PLP 5/2021**

Início Votação **06/10/2021 18:26:23**

Término Votação **06/10/2021 18:52:10**

Sessão **130ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

**05/10/2021 16:00:00**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	LIVRE
PROGRES	SIM
PSDB	LIVRE
PT	SIM
PL	LIVRE
PDT	SIM
Cidadania	SIM
PROS	SIM
REDE	SIM
Republica	SIM
Governo	LIVRE
Banc Fem	LIVRE

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	ABSTENÇÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM

Emissão 06/10/2021 18:52:13





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, nos termos do Parecer**

Permite a prorrogação, por até 15 anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais.

Matéria **PLP 5/2021** Início Votação **06/10/2021 18:26:23** Término Votação **06/10/2021 18:52:10**

Sessão **130ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **05/10/2021 16:00:00**

PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
Patriota	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
MDB	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Aníbal	NÃO
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
Cidadania	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
PSL	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
MDB	RO	Maria Eliza	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
Podemos	DF	Reguffe	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	NÃO
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM

Emissão 06/10/2021 18:52:13





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2021, nos termos do Parecer**

Permite a prorrogação, por até 15 anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao ICMS destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais.

Matéria **PLP 5/2021** Início Votação **06/10/2021 18:26:23** Término Votação **06/10/2021 18:52:10**

Sessão **130ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **05/10/2021 16:00:00**

PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM

Presidente: *Veneziano Vital do Rêgo*

**SIM:67 NÃO:3 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:72**

Primeiro-Secretario

Emissão 06/10/2021 18:52:14



# Projeto de Lei do Senado nº 169/2018



## PARECER Nº 225, DE 2021 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2018, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF), que *altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS).*



Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação do Plenário o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 168, de 2018, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que *altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista [TEA], para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS).*

A proposição originou-se da aprovação, pela CDH, da Sugestão Legislativa nº 21, de 2017, recebida pelo Programa *e-Cidadania*, cujo enfoque era *criar Centros de Atendimento Integral para Autistas nos estados brasileiros no SUS.*

O projeto de lei acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012, para prever que as ações e os serviços previstos no inciso III do *caput* do artigo – que dizem respeito à atenção integral às necessidades de saúde





da pessoa com TEA, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes – serão ofertados pelo SUS, preferencialmente mediante a implementação, em todas as unidades da Federação, de centros de assistência integral.

A cláusula de vigência da proposição, por sua vez, estabelece que a lei em que o projeto eventualmente se transformar entrará em vigor após cento e oitenta dias de sua publicação.

De acordo com a CDH, a criação de centros de assistência integral para pessoas com TEA facilitará o acesso desses pacientes e seus familiares ao SUS, bem como aumentará a qualidade dos serviços prestados.

A proposição foi examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que concluiu pela sua aprovação, com a Emenda nº 1 – CAS. A referida emenda apenas adequou a ementa da proposição ao seu objeto.

No Plenário foram apresentadas quatro emendas – Emendas nºs 2, 3, 4 e 5 – PLEN, de autoria dos Senadores Mecias de Jesus, Luiz do Carmo, Izalci Lucas e Carlos Fávaro, respectivamente, que serão descritas e analisadas mais adiante.

## II – ANÁLISE

O PLS nº 168, de 2018, será apreciado pelo Plenário nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal.

Inicialmente, cabe destacar que não existem óbices quanto à constitucionalidade da proposta. Também não se verifica vício de injuridicidade. E quanto à regimentalidade, constata-se que o trâmite do projeto de lei observou o disposto no RISF e nos atos da Comissão Diretora.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância da iniciativa, que irá beneficiar as pessoas com TEA, como já ressaltou o parecer por mim elaborado e aprovado pela CAS, cujos argumentos reiteramos nesta oportunidade.

De fato, a demanda agora atendida pelo PLS em análise decorreu desse segmento populacional, no que tange às suas particularidades, não se sentir devidamente contemplado pela política de



SF/21129.35954-46



saúde mental vigente no País. Nesse sentido, a proposição em comento vem aprimorar o texto da Lei nº 12.764, de 2012, para dispor sobre a atenção às pessoas com TEA no âmbito do SUS, por meio da criação de serviços especializados, que visam a responder às especificidades clínicas desse grupo populacional.

Por fim, em relação às emendas apresentadas no Plenário, consideramos que todas aprimoram o texto da proposição e por isso serão acatadas. São elas:

- Emenda nº 2 – PLEN, do Senador Mecias de Jesus, que acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012, para incluir a oferta de serviço de acompanhamento psicológico e multidisciplinar especializado aos pais e responsáveis das pessoas com transtorno do espectro autista, tanto no âmbito do SUS quanto da saúde suplementar.
- Emenda nº 3 – PLEN, do Senador Luiz do Carmo, que modifica a redação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 12.764, de 2012, para suprimir a remissão ao inciso IV do art. 2º da referida Lei, dispositivo que foi vetado pelo Presidente da República.
- Emenda nº 4 – PLEN, do Senador Izalci Lucas, para suprimir do § 2º, acrescido ao art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012, o termo “preferencialmente” e, assim, conferir maior coercitividade ao texto da lei, obrigando a instalação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista em todas as unidades da Federação.
- Emenda nº 5 – PLEN, do Senador Carlos Fávaro, que acrescenta § 3º ao art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012, para autorizar as unidades do SUS com déficit de profissionais, equipamentos ou locais especializados a firmar contrato ou convênio com a rede privada, para suprir as necessidades das pessoas com transtorno do espectro autista, garantindo a oferta do serviço.



SF/21129.35954-46



Assim, a Emenda nº 2 – PLEN amplia o escopo da proposição para incluir, no SUS e no âmbito da Saúde Suplementar, a assistência psicológica e multidisciplinar à família das pessoas com TEA, o que certamente aprimorará a assistência atualmente oferecida a esses pacientes e seus familiares. A Emenda nº 3 – PLEN, por sua vez, corrige um lapso ocorrido por ocasião da aposição do Veto Presidencial (parcial) à Lei nº 12.764, de 2012, e torna o parágrafo único do art. 3º menos sujeito a contestações indevidas. A Emenda nº 4 – PLEN, apropriadamente, retira do texto do projeto de lei o seu caráter meramente autorizativo, tornando obrigatória a observância do disposto na norma. A Emenda nº 5 – PLEN, por derradeiro, reforça a possibilidade de utilização de serviços privados, na hipótese da ausência ou impossibilidade da criação de serviços públicos.

Além disso, por ter sido acatada a Emenda nº 4 – PLEN, rejeitaremos a Emenda nº 1 – CAS, por incompatibilidade.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2018, com as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5 – PLEN, e pela **rejeição** da Emenda nº 1 – CAS.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/21129.35954-46



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 226, DE 2021 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei do Senado  
nº 169, de 2018.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2018, que *altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS)*, consolidando as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5 – Plen, aprovadas pelo Plenário.

Senado Federal, em 6 de outubro de 2021.

**VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE**

**ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR**

**ELMANO FÉRRER**

**WEVERTON**



**ANEXO DO PARECER Nº 226, DE 2021 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2018.

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 1º .....

§ 2º As ações e os serviços previstos no inciso III do *caput* serão ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mediante a implementação, em todas as unidades da Federação, de centros de assistência integral à pessoa com transtorno do espectro autista.

§ 3º Para os fins referidos no § 2º, será ofertado o serviço de acompanhamento psicológico e multidisciplinar especializado aos pais e aos responsáveis pelas pessoas com transtorno do espectro autista.

§ 4º Cabe às pessoas jurídicas definidas nos incisos I e II do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, por meio de sua rede de unidades conveniadas, prestar serviço de acompanhamento psicológico e multidisciplinar especializado aos pais e aos responsáveis pelas pessoas com transtorno do espectro autista.

§ 5º As unidades do SUS que tiverem déficit de profissionais, equipamentos ou locais especializados estão autorizadas a firmar contrato ou convênio com a rede privada para suprir a necessidade da pessoa com transtorno do espectro autista, garantindo assim a oferta do serviço.” (NR)

“Art. 3º .....

.....



Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular terá direito a acompanhante especializado.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.



# Projeto de Lei nº 1869/2021





## SENADO FEDERAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 1869, de 2021**, que *"Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, e altera a lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, para regulamentar as faixas marginais de quaisquer cursos d'água natural em áreas urbanas consolidadas. ."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Jean Paul Prates (PT/RN)	019; 020; 021; 022

**TOTAL DE EMENDAS: 4**



[Página da matéria](#)





**PL 1869/2021**  
**00019**

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**  
(ao PL 1869/2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei nº 1869, de 2021:

“**Art. 4º** O art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 4º.....

III-A - ao longo da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado;

III-B - ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprove o instrumento de planejamento territorial e que defina e regulamente a largura das faixas marginais de cursos d’água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, sendo obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 30 (trinta) metros de cada lado;’(NR)

.....

‘§ 6º As edificações localizadas nas faixas marginais de cursos d’água naturais, definidas por lei municipal ou distrital que aprove o instrumento de planejamento territorial, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, desde que construídas até essa data, ficam dispensadas da observância da exigência prevista no inciso III-B do caput deste artigo, desde que essas edificações não se localizem em uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado e cumpram exigência de compensação ambiental determinada pelo órgão municipal competente, salvo por ato devidamente



fundamentado do poder público municipal ou distrital.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Não se desconhece que a relação entre os municípios brasileiros e seus cursos d'água natural envolvem aspectos diversos e muitas vezes controversos, que inclusive levaram muitos municípios a poluírem a própria água que consomem no curso do seu desenvolvimento.

Historicamente, muitas cidades se desenvolveram em torno de rios, e ainda hoje, são áreas, que apesar dos riscos envolvidos, acabam sendo ocupadas, especialmente pela população marginalizada.

Em muitos casos, as ocupações desses espaços são antigas e sua remoção em nome da preservação do meio ambiente, poderia acarretar graves problemas sociais.

Contudo, é importante fixar parâmetros mínimos de preservação, como a faixa não edificável de 30 metros em cada margem, e o marco temporal como sendo o da entrada em vigor do código florestal.

Senado Federal, de        de 2021.

**Senador Jean Paul Prates**  
**(PT - RN)**

**Líder do Bloco da Minoria**



**PL 1869/2021**  
**00020****EMENDA Nº \_\_\_\_\_**  
(ao PL 1869/2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1869, de 2021:

“**Art. 2º** O art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º .....

XXVI – área urbana consolidada: aquela que atende os seguintes critérios:

a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;

b) dispor de sistema viário implantado e vias de circulação pavimentadas;

c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;

d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços;

e) dispor de, no mínimo, 3 (três) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

1. drenagem de águas pluviais;
2. esgotamento sanitário;
3. abastecimento de água potável;
4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e



5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;  
.....”(NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A conceituação de área urbana consolidada não pode ser feita simplesmente com o objetivo de regulamentar a ocupação de cursos d'água natural em áreas urbanas municipais.

Esse conceito tem reflexos até mesmo na política tributária, pois com base nele se decide em qual área deve ser recolhido o IPTU (imposto normalmente mais oneroso) e em qual será devido o ITR (normalmente com alíquotas mais leves, em áreas produtivas).

Mas para mais do que isso, os instrumentos disponibilizados pelo poder público aos cidadãos estão diretamente ligados à qualidade de vida das pessoas que habitam esses territórios.

Por isso, entende-se que deve ser adaptada a proposição para elencar as opções mais vantajosas para essa população. Além disso, não se pode negar que mais do que vida digna, esses elementos ajudam também na própria preservação ambiental, como é o caso do saneamento básico e coleta de resíduos.

Senado Federal, de de 2021.

**Senador Jean Paul Prates**  
**(PT - RN)**

**Líder do Bloco da Minoria**



**PL 1869/2021**  
**00021****EMENDA Nº \_\_\_\_\_**  
(ao PL 1869/2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei nº 1869, de 2021:

“**Art. 3º** O art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 10 e 11:

‘Art. 4º .....  
.....

§ 10. Em áreas urbanas consolidadas, o disposto no inciso I do caput poderá ser flexibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente, respeitada a faixa mínima de 30 (trinta) metros, mediante requerimento fundamentado do poder executivo municipal ou distrital, previamente aprovado pela Câmara Municipal ou Distrital, pelo Conselho Municipal ou Distrital do Meio Ambiente e referendado pelo respectivo Conselho Estadual do Meio Ambiente, devendo esse requerimento estar acompanhado de documentação que comprove:

- I – a não ocupação das faixas de passagem de inundação;
- II – a não ocupação de áreas com risco de desastres;
- III – a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, plano de bacia, plano de drenagem ou plano de saneamento básico se houver;
- IV – a sua plena compatibilidade com o Plano Diretor Municipal e Leis de Uso do Solo;
- V – que a ocupação dessa área ocorreu previamente ao dia 25 de maio de 2012; e
- VI – que a iniciativa foi precedida de estudos de análise de risco de enchentes, inundações, deslizamentos e/ou desastres naturais, e que a área em



questão está abrangida pelos protocolos da defesa civil municipal envolvendo a prevenção e o combate a desastres naturais, e a remoção emergencial da população atingida.

§ 11. As faixas marginais de cursos d'água que não tiverem sido convertidas em área urbana consolidada até a data de início da vigência desta Lei respeitarão os limites previstos no inciso I do *caput*, sendo sua ocupação permitida apenas em caso de utilidade pública, interesse social e baixo impacto.” (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

Não se desconhece que a relação entre os municípios brasileiros e seus cursos d'água natural envolvem aspectos diversos e muitas vezes controversos, que inclusive levaram muitos municípios a poluírem a própria água que consomem no curso do seu desenvolvimento.

Historicamente, muitas cidades se desenvolveram em torno de rios, e ainda hoje, são áreas, que apesar dos riscos envolvidos, acabam sendo ocupadas, especialmente pela população marginalizada.

Em muitos casos, as ocupações desses espaços são antigas e sua remoção em nome da preservação do meio ambiente, poderia acarretar graves problemas sociais.

Contudo, no início do mês, o relatório do Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC, na sigla em inglês) da ONU, veio acompanhado de previsões muito graves para o futuro do nosso planeta. Especialmente no que diz respeito ao uso da água. Para o Brasil, a previsão é de que grandes áreas do norte do país sofreriam com secas e desertificação, enquanto áreas mais ao sul sofreriam com enchentes e inundações.

Nesse mesmo diapasão, em abril desse ano, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, firmou o entendimento de que o Código Florestal deve ser aplicado para a delimitação da extensão da faixa



não edificável a partir das margens de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.

Segundo o relator, ministro Benedito Gonçalves, a definição pela incidência do código leva em consideração a melhor e mais eficaz proteção ao meio ambiente, como dispõe o artigo 225 da Constituição Federal, observando o princípio do desenvolvimento sustentável (artigo 170, VI) e as funções social e ecológica da propriedade.

"Deve-se, portanto, manter o entendimento desta Corte Superior de que não se pode tratar a disciplina das faixas marginais dos cursos d'água em áreas urbanas somente pela visão do direito urbanístico, enxergando cada urbis de forma isolada, pois as repercussões das intervenções antrópicas sobre essas áreas desbordam, quase sempre, do eixo local", observou.

Para sanar essa contradição, apresentamos a emenda acima, de forma que se possibilite aos municípios resolverem graves problemas de ocupação de áreas às margens de cursos d'água, com responsabilidade. Gostaria de frisar que o procedimento sugerido não visa burocratizar o processo, mas sim garantir que qualquer alteração dessa dimensão, que pode ter consequências irreversíveis, seja feita de maneira criteriosa e permita a participação de todos os interessados.

Outro ponto a ser destacado é que se preconiza a manutenção da União como responsável por essa regulamentação em última instância, dado que a preservação da água passou a ser interesse de todos os brasileiros, não podendo ficar unicamente a cargo dos municípios uma decisão tão relevante.

Senado Federal,      de                      de 2021.

**Senador Jean Paul Prates**  
**(PT - RN)**

**Líder do Bloco da Minoria**



**PL 1869/2021**  
**00022**

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**  
(ao PL 1869/2021)

Inclua-se o seguinte artigo onde couber, renumerando-se os seguintes:

“**Art. X** O art. 22 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

‘Art. 22. ....’

§ 5º Os limites das áreas de preservação permanente marginais de qualquer curso d’água natural em área urbana consolidada serão determinados nos planos diretores e nas leis municipais de uso do solo, ouvidos os conselhos estaduais e municipais de meio ambiente, preservada uma faixa mínima de 30 (trinta) metros em cada margem.”(NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**

Ao modificar o trecho da lei que trata da ocupação de áreas urbanas na Amazônia Legal, a Câmara dos Deputados por meio do PL nº 2510/2019 estendeu demais essa alteração e acabou abarcando áreas urbanas, de expansão urbana e de urbanização específica.

Além disso, nessa região seria temerário se liberar aos entes municipais competência legislativa plena sem estabelecer um limite mínimo de preservação de cursos d’água na região do país onde os regimes hídricos tem





fundamental importância até para a sobrevivência das populações ribeirinhas.

Por isso, entende-se que deve ser adaptada a proposição para circunscrever sua alteração apenas a áreas urbanas consolidadas, mantendo a preservação de uma faixa mínima de 30m.

Senado Federal,      de      de 2021.

**Senador Jean Paul Prates**  
**(PT - RN)**

**Líder do Bloco da Minoria**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 2145, DE 2021

Destaque para votação em separado da Emenda nº 14-PLEN, apresentada ao PL nº 1869/2021

**AUTORIA:** Líder do PSDB Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PSDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 14 ao PL 1869/2021, que “altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, e altera a lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, para regulamentar as faixas marginais de quaisquer cursos d’água natural em áreas urbanas consolidadas.”.

Sala das Sessões, de de .

**Senador Izalci Lucas**  
**Líder do PSDB**



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**

## **EXPEDIENTE**

### **Abertura de Prazos**



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2018**

*Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos.*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2018**

*Altera dispositivo da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que “regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição e dá outras providências”, para dispor sobre o tempo de serviço prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.*

Recebidos os Ofícios nºs 40 e 41, de 2021, da CAS, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que os Projetos sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 8/10/2021 a 15/10/2021.





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
SECRETARIA DA COMISSÃO  
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 11/A  
70165-900 — BRASÍLIA-DF  
Fone: 3303-3515 — e-mail: scomcas@senado.gov.br

Of. nº 40/2021/CAS

Brasília, 5 de outubro de 2021

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021,, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2018, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos”, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Cordialmente,

**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
SECRETARIA DA COMISSÃO  
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 11/A  
70165-900 — BRASÍLIA-DF  
Fone: 3303-3515 — e-mail: scomcas@senado.gov.br

Of. nº 41/2021/CAS

Brasília, 5 de setembro de 2021

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2018, de autoria dos Senadores Paulo Rocha e Humberto Costa, que “Altera dispositivo da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que “regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição e dá outras providências”, para dispor sobre o tempo de serviço prestado pelos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias”, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

Cordialmente,

**SENADOR SÉRGIO PETECÃO**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



- Projeto de Lei nº 3.386, de 2021, do Senador Plínio Valério, que *institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e da Solar Fotovoltaica (PIDES)*.

A matéria vai à CMA, em decisão terminativa, cabendo a apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazos: De 8/10/2021 a 15/10/2021.

O Requerimento nº 2.118, de 2021, de audiência da CMA, fica prejudicado.





- Projeto de Lei nº 2.858, de 2021, do Senador Fernando Collor, que *autoriza a liquidação ou a repactuação de operações de crédito rural alongadas no âmbito da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional.*

A matéria vai à CRA, em decisão terminativa, cabendo a apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: De 8/10/2021 a 15/10/2021.



- Projeto de Lei nº 2.980, de 2021, do Senador Fernando Collor, que *institui a Bolsa de Formação Musical*.

A matéria vai à CE, em decisão terminativa, cabendo a apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: De 8/10/2021 a 15/10/2021.



# Comunicações





**Liderança do Movimento Democrático Brasileiro no Senado Federal**

OF. N° 078/2021 GLMDB

Brasília, 6 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal  
70.165-900 - Brasília - DF



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora **MARIA ELIZA DE AGUIAR E SILVA** (MDB/RO) para ocupar vaga de **Titular** na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em substituição ao Senador **CONFÚCIO MOURA** (MDB/RO).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

Senador **EDUARDO BRAGA**  
Líder do MDB





**Liderança do Movimento Democrático Brasileiro no Senado Federal**

OF. N° 080/2021 GLMDB

Brasília, 6 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal  
70.165-900 - Brasília - DF



Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora **MARIA ELIZA DE AGUIAR E SILVA** (MDB/RO) para ocupar vaga de **Titular** na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em substituição ao Senador **CONFÚCIO MOURA** (MDB/RO).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

Senador **EDUARDO BRAGA**  
Líder do MDB



## Conclusão de instrução de matérias



**OFÍCIO “S” Nº 35, DE 2018**

*Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A..*

**MENSAGEM Nº 40, DE 2019**

*Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 59 da Lei nº 13.707, de 2018, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 3º bimestre de 2019.*

Concluída a instrução das matérias, tendo sido conhecidas pela CTFC, o Ofício e a Mensagem vão ao Arquivo.



# Indicação







## SENADO FEDERAL

### INDICAÇÃO Nº 61, DE 2021

Sugere ao Conselho Nacional de Justiça que edite Resolução uniformizando as exigências dos tribunais para a prática de atos cartorários notariais e de registro por pessoas com deficiência visual.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **INDICAÇÃO Nº , DE 2021**

Sugere ao Conselho Nacional de Justiça que edite Resolução uniformizando as exigências dos tribunais para a prática de atos cartorários notariais e de registro por pessoas com deficiência visual.

Sugerimos ao Conselho Nacional de Justiça, por intermédio do seu Presidente, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a edição de resolução, uniformizando as exigências dos tribunais para a prática de atos cartorários notariais e de registro por pessoas com deficiência visual, de modo a não serem exigidas duas testemunhas para a prática daqueles atos por essas pessoas.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Como é bem sabido, o Brasil avançou muito, nos últimos anos, no campo da promoção da igualdade de direitos para as pessoas com deficiência. Em especial, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência) promoveu diversas mudanças para assegurar o exercício de direitos. Entre elas se encontra o art. 83, que estabelece que “os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante”.



  
SF/21984.27764-48

Em que pese os avanços elogiosos deste Conselho ao editar as Resoluções nº 230 de 2016 e nº 401 de 2021, temos tido conhecimento de Provimentos de Tribunais de Justiça de alguns Estados da Federação, como por exemplo em Minas Gerais (Provimento Conjunto nº 93/CGJ/2020), na Bahia (Provimento Conjunto nº 009/2013), no Piauí (Provimento nº 17/2013), entre outros, nas quais a exigência de duas testemunhas para a prática de atos cartoriais tem funcionado como obstáculo sério para a prática desses atos por pessoas com deficiência visual.

Ressalte-se que os referidos procedimentos estão elencados nos provimentos como “Atendimentos Especiais”, em conjunto com as recomendações destinadas às pessoas que não puderem ou não souberem escrever. Ora, se essas pessoas com deficiência visual sabem e podem escrever, tal diferenciação direcionada somente a elas, poderia ser considerada discriminação em razão da deficiência, conforme o parágrafo 1º do Art. 4º da Lei Brasileira de Inclusão:

Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistiva.

Destarte, encaminhamos essa Indicação à consideração do Conselho Nacional de Justiça, certos de que haverá entendimento e acolhida deste pleito.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



# Matéria recebida da Câmara dos Deputados





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 406, DE 2019

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1767146&filename=PDL-406-2019](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1767146&filename=PDL-406-2019)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 5 de outubro de 2021.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 1.245 /2021/SGM-P

Brasília, 5 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PDL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2019 (Mensagem nº 600, de 2018, do Poder Executivo), que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013”.

Atenciosamente,

  
**ARTHUR LIRA**

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 91110 - 2



## Ofício da Câmara dos Deputados





- nº 135, de 2021, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2011.

A matéria vai ao Arquivo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 135/2021/PS-GSE

Brasília, 22 de setembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador IRAJÁ  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Projeto de Lei nº 4.261, de 2012, do Senado Federal (PLS nº 503/2011), que “Denomina Rodovia Presidente João Goulart o trecho da rodovia BR-153 compreendido entre o Município de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Município de Marabá, no Estado do Pará”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o referido projeto foi enviado à sanção em 22.09.2021.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214430303500>



## Parecer aprovado em Comissão





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 12, DE 2021

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2017, do Senador Telmário Mota, que Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner

**RELATOR:** Senador Lasier Martins

06 de Outubro de 2021



2



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

## PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2017, do Senador Telmário Mota, que *altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.*

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

### I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação da Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 159, de 2017, de autoria do Senador Telmário Mota, que *altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que “dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências”, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.*

O art. 1º da proposição altera os artigos 2º, 3º, 4º e 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. As modificações no texto da referida lei são as seguintes:

- a) Agrega “proteção à natureza” aos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) no *caput* do art. 2º;



SF/21661.36948-52



---

2<sup>3</sup>

- b) Abandona a acepção de “meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido pelo seu valor coletivo” em favor da “necessidade de proteger o meio ambiente em razão do seu valor intrínseco, independentemente de importância econômica ou de potencial de uso humano”, no princípio da PNMA estabelecido pelo inciso I do art. 2º;
- c) Acrescenta o inciso XI ao art. 2º, determinando que a natureza é sujeito do direito à existência e à manutenção e regeneração dos seus ciclos vitais, estrutura, funções, processos evolutivos e à sua restauração em caso de dano causado direta ou indiretamente por ação antrópica;
- d) Substitui o termo “biota” por “ecossistemas” na alínea c do inciso III do *caput* do art. 3º, que define poluição;
- e) Adiciona o inciso VI ao *caput* do art. 3º para incluir a definição de serviços ambientais como sendo os benefícios proporcionados pelos ecossistemas;
- f) Substitui o inciso VI do *caput* do art. 4º para deliberar que a PNMA visará à preservação e restauração da natureza, reforçando a ideia de que a natureza é sujeito de direitos;
- g) Agrega o inciso VIII ao *caput* do art. 4º para instituir a aplicação de medidas de precaução, prevenção e restrição para as atividades que possam conduzir à extinção de espécies ou à destruição de ecossistemas; e
- h) Altera o § 1º do art. 14 para impor aos transgressores da Lei nº 6.938, de 1981, a restauração dos ecossistemas danificados pela atividade poluidora.

O art. 2º estabelece que a lei resultante do PLS nº 159, de 2017, entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi encaminhada para esta Comissão em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

SF/21661.36948-52



## II – ANÁLISE

À CMA são atribuídas, nos termos do art. 102-F, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), as competências atinentes a opinar sobre assuntos relativos à proteção do meio ambiente, ao controle da poluição e à conservação da natureza. Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa e em caráter exclusivo, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

De pronto, notamos que a iniciativa atende aos requisitos de juridicidade e boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, o autor da proposição tem por objetivo conferir à natureza a condição de sujeito de direitos por meio de alterações na Lei nº 6.938, de 1981. Desse modo, o projeto almeja obter o reconhecimento da dignidade da natureza e do seu direito à existência, à manutenção e à regeneração dos seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos, independentemente de importância econômica ou de potencial de uso humano.

O reconhecimento expresso da natureza como sujeito de direitos é observado em alguns países, como é o caso da Constituição da República do Equador, de 2008. Na Constituição equatoriana, não foram atribuídos direitos ou a condição de personalidade jurídica a indivíduos não humanos, ou seja, os seres vivos que compõem os ecossistemas, mas, ao contrário, é o próprio ecossistema em seu conjunto (a natureza) ou, no mínimo, a espécie enquanto totalidade, que passou a gozar dessa condição. Além disso, apesar de não haver lei regulamentando a aplicação dos dispositivos que conferem direitos à natureza, a Constituição daquele país prevê a aplicação direta e imediata dos direitos por ela outorgados, o que pode ser pleiteado, em caso de descumprimento, pela chamada “Acción de Protección”.

A crítica a esse modelo constitucional não-antropocêntrico é fundamentada principalmente em argumentos que sustentam que a luta para a proteção da natureza deveria se dar no campo político e não no jurídico, dado que a mera personificação da natureza ou o reconhecimento de sua condição de sujeito de direitos seria insuficiente para frear a degradação ambiental. O novo modelo não seria mais eficaz do que os atuais mecanismos de proteção antropocêntricos.



SF/21661.36948-52



5  
4

Entretanto, observamos que, diferentemente da Constituição equatoriana, a Constituição Federal (CF) do nosso país institui um modelo no qual o meio ambiente é protegido por meio da imposição de deveres às pessoas em relação ao meio ambiente, e não pela concessão de direitos à própria natureza, sendo, portanto, claramente uma constituição antropocêntrica.

O art. 225 da CF evidencia a caracterização do ser humano como sujeito dos direitos ambientais, para quem a natureza deve ser preservada a fim de garantir o suprimento de suas necessidades. *In verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, **bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.**

Desse modo, nossa Constituição vê o meio ambiente como sendo um bem de interesse difuso, ou seja, que pertence a todos os seres humanos, independentemente do grupo, órgão ou associação a que pertença. Para essa classe de direitos/interesses metaindividuais, o legislador infraconstitucional já havia criado, anteriormente à Constituição de 1988, instrumento de defesa dotado de singular poder para a sua proteção e que atribui legitimidade para o seu exercício a todas as entidades que, de uma forma ou de outra, representem a vontade da coletividade. Trata-se da Ação Civil Pública, recepcionada pela Constituição da República, em especial, no inciso III do art. 129, *in verbis*:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

.....  
III – promover o inquérito civil e a **ação civil pública, para a proteção** do patrimônio público e social, **do meio ambiente** e de outros **interesses difusos e coletivos**;  
.....

Portanto, conferir direitos ao meio ambiente por meio de projeto de lei entra em choque com a Constituição Federal. Inovação dessa natureza deveria ser apresentada por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

SF/21661.36948-52





Apesar disso, o PLS nº 159, de 2017, apresenta inovações que aperfeiçoam a Lei nº 6.938, de 1981, como o conceito de serviços ambientais, o princípio da precaução, prevenção e restrição na proteção das espécies e ecossistemas e a substituição de “biota” pelo termo mais amplo e adequado “ecossistema”.

Sendo assim, acreditamos ser necessário preservar a proposição, removendo as inconstitucionalidades e aprimorando a sua redação por meio de emendas que possam:

- 1) Modificar a ementa do PLS nº 159, de 2017, para adequá-la às modificações que sugerimos;
- 2) Substituir “proteção à natureza” por “conservação dos ecossistemas” no *caput* do art. 2º da Lei nº 6.938, de 1981;
- 3) Retirar a alteração do inciso I do art. 2º da PNMA;
- 4) Alterar o novo inciso XI do art. 2º da PNMA para “manutenção dos serviços ecossistêmicos”;
- 5) Definir “serviços ecossistêmicos” em vez de “serviços ambientais” e acrescentar o significado de ecossistemas no art. 3º da PNMA;
- 6) Modificar o inciso VI do *caput* do art. 4º da PNMA para “à conservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e dos serviços ecossistêmicos”; e
- 7) Excluir a alteração do § 1º do art. 14 da PNMA.

### III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2017, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 -CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2017, a seguinte redação:



7  
6

“Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que *dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências*, para acrescentar a conservação dos ecossistemas entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.”

## EMENDA Nº 2 -CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 1º** Os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 2º** A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional, à proteção da dignidade da vida humana e à conservação dos ecossistemas, atendidos os seguintes princípios:

.....  
XI – manutenção dos serviços ecossistêmicos.’ (NR)

‘**Art. 3º** .....  
.....

III – .....  
.....

c) afetem desfavoravelmente os ecossistemas;  
.....

VI – ecossistema: complexo dinâmico formado pela comunidade biótica e o seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional;

VII – serviços ecossistêmicos: benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais’ (NR)

‘**Art. 4º** .....  
.....



8

7

.....

VI – à conservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e dos serviços ecossistêmicos;

.....

VIII – à aplicação de medidas de precaução, prevenção e restrição para as atividades que possam conduzir à extinção de espécies ou à destruição de ecossistemas.’ (NR)”



Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 159/2017, nos termos do relatório

Comissão de Meio Ambiente - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CONFÚCIO MOURA				1. ROSE DE FREITAS			
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	X			2. MARCIO BITTAR			
VAGO				3. VAGO			
LUIs CARLOS HEINZE				4. ELIANE NOGUEIRA			
KÁTIA ABREU				5. ESPERIDIÃO AMIN			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PLINIO VALÉRIO	X			1. IZALCI LUCAS			
RODRIGO CUNHA				2. ROBERTO ROCHA			
LASIER MARTINS	X			3. STYVENSON VALENTIM			
ALVARO DIAS				4. GIORDANO			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS FÁVARO				1. VANDERLAN CARDOSO	X		
OTTO ALENCAR	X			2. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. MARIA DO CARMO ALVES			
WELLINGTON FAGUNDES				2. ZEQUINHA MARINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAQUES WAGNER				1. JEAN PAUL PRATES			
TELMÁRIO MOTA				2. PAULO ROCHA			
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES				1. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO	X			2. LEILA BARROS	X		

Quórum: TOTAL 9

Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 06/10/2021  
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Jaques Wagner  
Presidente





## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

~~Reunião: 25ª Reunião, Extraordinária, da CMA~~**Data:** 06 de Outubro de 2021 (Quarta-feira), às 08h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Confúcio Moura		1. Rose de Freitas (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	2. Marcio Bittar (PSL)	
VAGO		3. VAGO	
Luis Carlos Heinze (PP)		4. Eliane Nogueira (PP)	
Kátia Abreu (PP)		5. Esperidião Amin (PP)	Presente
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Plínio Valério (PSDB)	Presente	1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Rodrigo Cunha (PSDB)	Presente	2. Roberto Rocha (PSDB)	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	3. Styvenson Valentim (PODEMOS)	
Alvaro Dias (PODEMOS)		4. Giordano (MDB)	Presente
PSD			
Carlos Fávaro (PSD)		1. Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente
Otto Alencar (PSD)	Presente	2. Carlos Viana (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Jayme Campos (DEM)	Presente	1. Maria do Carmo Alves (DEM)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	2. Zequinha Marinho (PSC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Jean Paul Prates (PT)	
Telmário Mota (PROS)		2. Paulo Rocha (PT)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Randolfe Rodrigues (REDE)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente
Fabiano Contarato (REDE)	Presente	2. Leila Barros (CIDADANIA)	Presente





## SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

## LISTA DE PRESENÇA

11

**Reunião:** 25ª Reunião, Extraordinária, da CMA**Data:** 06 de Outubro de 2021 (Quarta-feira), às 08h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

## NÃO MEMBROS DA COMISSÃO



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLS 159/2017)**

**APROVADO O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159 DE 2017 COM  
AS EMENDAS 1 E 2-CMA.**

06 de Outubro de 2021

Senador JAQUES WAGNER

Presidente da Comissão de Meio Ambiente



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2017**

*Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.*

Recebido o Ofício nº 155, de 2021, da CMA, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que o Projeto seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 8/10/2021 a 15/10/2021.







SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

OFÍCIO. nº 155/2021/CMA

Brasília, 6 de outubro de 2021

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Lei em decisão terminativa na CMA

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 159 de 2017, de autoria do Senador Telmário Mota, que *“Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para acrescentar a conservação dos ecossistemas entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.”*, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, nos termos do relatório do Senador Lasier Martins.

Atenciosamente,

**SENADOR JAQUES WAGNER**  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente



# Projetos de Lei





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3463, DE 2021

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em acolhimento institucional, e a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para prever acesso prioritário dos estudantes que vivam em acolhimento institucional ao financiamento estudantil.

**AUTORIA:** Senador Carlos Viana (PSD/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador CARLOS VIANA

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para prever a reserva de vagas para estudantes que vivam em acolhimento institucional, e a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, para prever acesso prioritário dos estudantes que vivam em acolhimento institucional ao financiamento estudantil.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 3º e 5º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, e por jovens que vivam há pelo menos dois anos em acolhimento institucional, com ou sem o poder familiar destituído, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e jovens que vivam em acolhimento institucional na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

.....” (NR)

“**Art. 5º** Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, e por jovens que



vivam há pelo menos dois anos em acolhimento institucional, com ou sem o poder familiar destituído, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e jovens que vivam em acolhimento institucional na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

.....” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com acréscimo do seguinte artigo:

“**Art. 4º-C.** Os estudantes que vivam há pelo menos dois anos em acolhimento institucional, com ou sem o poder familiar destituído, terão acesso prioritário ao financiamento com recursos do Fies.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O acolhimento institucional ou familiar é uma medida de proteção provisória e excepcional prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente para atender os que tenham seus direitos violados ou gravemente ameaçados. Não substitui propriamente o convívio familiar, mas é uma solução paliativa enquanto não ocorre a reintegração familiar ou a colocação em família substituta.

O acolhimento institucional é preferível à vida na rua ou com famílias violentas, mas nitidamente os estudantes que vivem em acolhimento institucional estão em desvantagens diante daqueles que têm pleno apoio material, afetivo e social de suas famílias.

Essa situação é injusta, pois os acolhidos enfrentam dificuldades pelas quais não são responsáveis. Fica claro, portanto, que as instituições federais de ensino superior e técnico podem desempenhar um papel na mitigação dessa desvantagem, ao reservar vagas para os estudantes que vivam há, pelo menos, dois anos em acolhimento institucional, evitando que caiam num ciclo vicioso de marginalização no qual a falta de condições favoráveis de desenvolvimento diminui a probabilidade de inclusão positiva na sociedade. Ao oferecer a esses jovens condições favoráveis de acesso à educação pública, bem como prioridade no acesso ao financiamento



3

estudantil, daremos mais um passo na construção de uma sociedade mais justa e solidária, com igualdade de oportunidades.

São essas as razões pelas quais solicito o apoio dos ilustres Pares à proposição ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS VIANA





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3475, DE 2021

Autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e dá outras providências.

**AUTORIA:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Senador Mecias de Jesus

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e dá outras providências.

SF/21943.15050-35

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de produtores rurais, vencidas ou vincendas até 31 de dezembro de 2022, decorrentes de multas administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

**Art. 2º** Poderão ser pagos ou parcelados, em até 60 (sessenta) meses, nas condições desta Lei, os débitos administrados pelo Ibama de produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, que detenham posse ou propriedades de até 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos constituídos ou não, inscritos ou não como dívida ativa do Ibama, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, bem como aqueles objetos de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial.

§ 2º Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, poderão ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas ou vincendas até 31 de dezembro de 2022, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, bem como aqueles objetos de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, assim considerados:

I - os que não estejam inscritos em dívida ativa perante o Ibama;





SF/21943.15050-35

II - os demais débitos de qualquer natureza, tributários ou não, com o Ibama.

§ 3º Observado o disposto nesta Lei, os requisitos e as condições estabelecidos em ato da Advocacia-Geral da União, a ser editado no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de publicação desta Lei, os débitos a que se refere este artigo poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I - pagos à vista, com redução de 10% (dez por cento) do valor do débito e com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 100% (cem por cento) das isoladas, de 100% (cem por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal; ou

II- parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 100% (cem por cento) das isoladas, de 100% (cem por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal;

**Art. 3º** O requerimento do parcelamento abrange os débitos de que trata este artigo.

§ 1º Observado o disposto nesta Lei, a dívida objeto do parcelamento será consolidada na data de seu requerimento e dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 2º, não podendo cada prestação mensal ser inferior a:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de pessoa física; e

II - R\$ 100,00 (cem reais), no caso de pessoa jurídica.

§ 2º A pessoa jurídica optante pelo parcelamento previsto neste artigo deverá indicar pormenorizadamente, no respectivo requerimento de parcelamento, quais débitos deverão ser nele incluídos.

**Art. 4º** Na hipótese de rescisão do parcelamento com o cancelamento dos benefícios concedidos:

I - será efetuada a apuração do valor original do débito, até a data da rescisão;



II - serão deduzidas do valor referido no inciso I deste artigo as parcelas pagas, até a data da rescisão.

§ 1º A pessoa física responsabilizada pelo não pagamento ou recolhimento de tributos devidos pela pessoa jurídica poderá efetuar, nos mesmos termos e condições previstos nesta Lei, em relação à totalidade ou à parte determinada dos débitos:

I - pagamento;

II - parcelamento, desde que com anuência da pessoa jurídica, nos termos a serem definidos em regulamento.

§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo:

I - a pessoa física que solicitar o parcelamento passará a ser solidariamente responsável, juntamente com a pessoa jurídica, em relação à dívida parcelada;

II - é suspenso o julgamento na esfera administrativa.

§ 3º Na hipótese de rescisão do parcelamento previsto no inciso II do § 1º deste artigo, a pessoa jurídica será intimada a pagar o saldo remanescente, calculado na forma do *caput* deste artigo.

§ 4º A opção pelos parcelamentos de que trata esta Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de responsável, e por ele indicados para compor os referidos parcelamentos, configura confissão extrajudicial nos termos dos arts. 389, 394 e 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

§ 5º São dispensados os honorários advocatícios em razão da extinção da ação na forma deste artigo.

§ 6º A opção pelo pagamento à vista ou pelos parcelamentos de débitos de que trata esta Lei deverá ser efetivada até o último dia útil do sexto mês subsequente ao da publicação desta Lei.



SF/21943.15050-35





§ 7º As pessoas que se mantiverem ativas no parcelamento de que trata este artigo poderão amortizar seu saldo devedor com as reduções de que trata o § 3º do art. 2º desta Lei, mediante a antecipação no pagamento de parcelas.

§ 8º O montante de cada amortização de que trata o § 7º deste artigo deverá ser equivalente, no mínimo, ao valor de 06 (seis) parcelas.

§ 9º A amortização de que trata o § 8º deste artigo implicará redução proporcional da quantidade de parcelas vincendas.

§ 10. A inclusão de débitos nos parcelamentos de que trata esta Lei não implica novação de dívida.

§ 11. As reduções previstas neste artigo não são cumulativas com outras previstas em lei e serão aplicadas somente em relação aos saldos devedores dos débitos.

§ 12. O saldo dos depósitos existentes, em espécie ou em instrumentos da dívida pública federal, exceto precatórios, vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados nos termos deste artigo será automaticamente convertido em renda do Ibama, após aplicação das reduções sobre o valor atualizado do depósito para o pagamento à vista ou parcelamento.

**Art. 5º** Os parcelamentos requeridos na forma e nas condições de que trata esta Lei:

I - não dependem de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, exceto quando já houver penhora em execução fiscal ajuizada; e

II - no caso de débito inscrito em dívida ativa, abrangerão inclusive os encargos legais que forem devidos, sem prejuízo da dispensa prevista neste artigo.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

A crise mundial provocada pela pandemia tem ocasionado aceleração dos níveis de preços e desemprego em patamar muito elevado. Ato contínuo, a crise sanitária generalizada do novo coronavírus tem dificultado a retomada do crescimento no mundo e, em especial, do Brasil.

Nesse contexto, é particularmente preocupante verificar a situação dos agricultores familiares que dirigem sua pequena propriedade familiar de até quatro módulos fiscais e utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento. Além das dificuldades impostas pelo isolamento social, esse segmento vem enfrentando aumento de custos da produção com insumos e sementes decorrentes da alta do dólar e de demanda localizada.

Para tornar esse quadro mais complicado ainda, as dívidas oriundas de débitos administrados por autarquias e fundações públicas federais têm se mostrado um empecilho intransponível para a recuperação e viabilidade dos pequenos produtores rurais, em especial aquelas administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Dessarte, estamos propondo o presente projeto de lei para permitir que produtores rurais, com áreas de propriedades limitadas a quatro módulos fiscais, pessoas físicas ou jurídicas, liquidem ou renegociem seus débitos junto ao Ibama, vencidos ou vencidos até 31 de dezembro de 2022, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, com tratamento diferenciado.

A ideia do PL é que os pequenos produtores rurais sejam estimulados a liquidar seus débitos, sem que haja incidência de valores exorbitantes de multas, difíceis ou mesmo impossíveis de serem adimplidos e que, em decorrência, possam realizar os pagamentos e cumprir os prazos de reembolso aprazados.

Portanto, com a aprovação da Proposição, os produtores rurais poderão liquidar seus débitos, gerando, em consequência, o aumento de arrecadação federal e contribuição relevante para a retomada do crescimento econômico do Brasil.



SF/21943.15050-35



Ante o mérito da medida, rogo aos nobres Pares apoio para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador MECIAS DE JESUS



## Projetos de Resolução





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, DE 2021

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Confederação Suíça.

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Confederação Suíça.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Confederação Suíça, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

**Art. 2º** O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Senado Federal que a ele livremente aderirem.

**Art. 3º** A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

*Parágrafo único.* O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.



SF/21468.82935-05







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

**Art. 4º** O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

*Parágrafo único.* Em caso de lacuna desta resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal, do Regimento Comum do Congresso Nacional e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

**Art. 5º** As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Senado Federal.

**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Com a aprovação deste projeto de resolução do Senado objetivamos consolidar nossas relações com o Confederação Suíça por meio da aproximação entre os povos e da apresentação de iniciativas capazes de incrementar o intercâmbio comercial e econômico, bem como a cooperação nos mais diversos setores, como ciência, tecnologia, defesa e inovação.

O Brasil mantém relações bilaterais com os helvéticos desde a monarquia, a lembrar que eles reconheceram a independência brasileira já em 1826.

Em termos atuais, há diversificada cooperação nas áreas científica, educacional, sanitária, energética, ambiental, comunicação, tecnológica e jurídica. A presença empresarial suíça no Brasil, com Nestlé, Roche, Novartis, On Running, dentre outras, é significativa, sendo recíproco nosso interesse, pois empresas do porte da Vale, Suzano, Safra, estão presentes na Suíça.

A base da cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) é, em princípio, o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado em 1968, mas posteriormente, em 2008, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração de instrumentos de cooperação e Planos de Ação.

SF/21468.82935-05





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Além disso, mediante o Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre os dois países e vários outros tratados multilaterais, e sobretudo pelo compromisso da Procuradoria-Geral da Confederação Suíça em atender 210 pedidos oficiais de cooperação, houve no contexto da operação Lava-jato o bloqueio de mais de mil contas locais, onde constava mais de US\$ 1,1 bilhão. Ao final, US\$ 700 milhões foram devolvidos ao Brasil.

Contudo, em que pese esse nível de relacionamento bilateral, capitaneado pelo Executivo e o Judiciário, não há um diálogo formal entre o Senado brasileiro e a Assembleia Federal da Suíça, o que implica em lacuna de reflexão política mais ampla e democrática sobre como se dá a cooperação bilateral e quais os seus rumos. Igualmente, o relacionamento permitirá, por evidente, o aperfeiçoamento das funções legislativas de cunho normativo e de controle.

Dito isso, pedimos o apoio dos colegas Senadores na aprovação deste projeto.

Senador NELSINHO TRAD  
**Autor**



SF/21468.82935-05





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 50, DE 2021

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Bahrein.

**AUTORIA:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Bahrein.

SF/21611.48306-88

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Bahrein, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

**Art. 2º** O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

**Art. 3º** A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

*Parágrafo único.* O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

**Art. 4º** O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

*Parágrafo único.* Em caso de lacuna desta resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

**Art. 5º** As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

**Art. 6º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Com a aprovação deste projeto de resolução do Senado objetivamos consolidar nossas relações com o Bahrein por meio da aproximação entre os povos e da apresentação de iniciativas capazes de incrementar o intercâmbio comercial e econômico, bem como a cooperação nos mais diversos setores, como ciência, tecnologia, defesa e inovação.

No Bahrein, foram prospetadas as primeiras reservas de petróleo da região do Golfo nos anos 1930. Na hora atual, esse país arquipelágico, que detém as menores reservas dos países membros do Conselho de Cooperação do Golfo, ocupa-se da transição para economia



SF/21611.48306-88





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

pós-petrolífera. Para tanto, tem investido em diferentes setores de produção industrial, com destaque para alumínio, mas também turismo e finanças.

Brasil e Bahrein estabeleceram relações diplomáticas em 1974. No momento presente, a representação brasileira junto a Bahrein é exercida pela Embaixada do Brasil no Kuwait. O relacionamento comercial entre os dois países tem sido superavitário para o Brasil. As economias são complementares e apresentam significativo potencial de incremento nas trocas bilaterais. De um lado, as importações bahreinitas de produtos do agronegócio brasileiro têm imensas possibilidades de expansão; de outro, o Bahrein, na condição de importante centro financeiro regional, tem condições de promover ambiente de negócios adequado para empresas brasileiras. Importa registrar, ainda, que o Bahrein tem a economia mais livre do Oriente Médio e a décima segunda mais livre do mundo.

Desse modo, cremos que a atuação do grupo parlamentar somará esforços e conduzirá à democratização das discussões sobre temas de interesse de ambos os países.

Dito isso, pedimos o apoio dos colegas Senadores na aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador **MARCOS DO VAL**



SF/21611.48306-88





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, DE 2021

Assegura que nas audiências públicas realizadas no âmbito do Senado Federal terá a participação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) e o máximo de 75% (setenta e cinco por cento) para pessoas de cada sexo e de cada raça.

**AUTORIA:** Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2021**

Assegura que nas audiências públicas realizadas no âmbito do Senado Federal terá a participação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) e o máximo de 75% (setenta e cinco por cento) para pessoas de cada sexo e de cada raça.

SF/21714.84549-75

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 94 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 93, de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94. ....

§ 4º. Sempre que possível, serão convidados a compor a mesa dos trabalhos nas audiências públicas de que trata o art. 93, representantes de entidades da sociedade civil ou especialistas no tema em discussão negros e mulheres, assegurada a participação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) e o máximo de 75% (setenta e cinco por cento) de pessoas de cada sexo e de cada raça.

§ 5º. Aplica-se o disposto no § 4º às sessões especiais e sessões de debates temáticos.

§ 6º. Caberá à Secretaria da Comissão, à Secretária Geral da Mesa ou às Relações Públicas do Senado Federal, conforme o caso, assegurar a observância do disposto neste artigo.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

As mulheres e pessoas negras são maioria da população, todavia, a presença desses setores em funções de Estado ou em atividades político-partidárias não se dá na mesma proporção.

Nesse sentido, diversas iniciativas, inclusive no âmbito legislativo, vêm sendo adotada para superar esse processo histórico de discriminação contra as mulheres e pessoas negras. Como exemplo, podemos citar a obrigatoriedade prevista na Lei nº 9.504, 1997, de







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

cada partido ou coligação preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Mais recentemente, a Emenda Constitucional nº 111, de 2020, passou a prever a contagem em dobro dos votos dados a candidatas mulheres ou negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

No livro *Racismo Estrutural*, ao refletir sobre a representatividade das minorias, o autor Sílvia Almeida indaga se a presença de pessoas negras ou indígenas em posições de poder e destaque é suficiente para combater o racismo. O autor rebate o argumento de que a presença dessas pessoas seria a comprovação da meritocracia e do resultado de que o racismo pode ser combatido pelo esforço individual e pelo mérito. Em seguida, destaca que a representatividade tem dois efeitos importantes, a saber:

- “1. propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser repercutidas, especialmente quando a liderança conquistada for resultado de um projeto político coletivo;
2. dismantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade. Isso pode servir para que, por exemplo, mulheres negras questionem o lugar social que o imaginário racista lhes reserva.”

Assim, entendemos fundamental todas as iniciativas que propiciam o aumento da representatividade de todos os segmentos da sociedade consideradas minorias.

Assim, pensamos também ser essencial garantir a participação de mulheres e pessoas negras na composição da mesa de audiências públicas, sessões de debates ou sessões especiais, realizadas no âmbito do Senado Federal.

O Regimento Interno desta Casa, de forma correta, já prevê o pluralismo da representação nas audiências, ao prever, no § 1º do art. 94, que, na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas. Mas deixa de assegurar a representação de mulheres e negros, quanto da participação de representações da sociedade civil.

Para superar essa lacuna, propomos a adoção de regra semelhante à previsão contida na Lei nº 9.504, de 1997, para assegurar, sempre que possível, a presença mínima, quando se tratar de representantes da sociedade civil, de 25% (vinte e cinco por cento) e máxima de 75% (setenta e cinco por cento) com pessoas de cada sexo e de cada raça, devendo o controle dessa proporção ser realizado pelos órgãos competentes da Casa, assegurando a diversidade de representações. Apenas no caso de comprovada impossibilidade dessa proporção, seria possível a não observância, como no caso, por exemplo, de sessão temática ou audiência que tenha como tema questão que não comporte a sua aplicação.

SF/21714.84549-75





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Entendendo que essa é uma importante medida que sinaliza o comprometimento do Senado Federal com o respeito às minorias e a representatividade desses segmentos, esperamos contar com os nobres pares.

Sala da sessão,

**Senador PAULO PAIM**

SF/21714.84549-75



# Requerimentos





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 377, DE 2021

Requer autorização para desempenho de missão parlamentar no exterior, em Emirados Árabes Unidos.

**AUTORIA:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Emirados Árabes Unidos, de 11/10/2021 a 18/10/2021,. Informo que a referida missão já estava autorizada, conforme Requerimento 307/2021 e convite nova data missão em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 11/10/2021 a 18/10/2021, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2021.

**Senador Marcos do Val**  
**(PODEMOS - ES)**  
**Senador**



EMBAIXADA DOS  
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS  
BRASÍLIA DF



سـمـارة  
الإمارات العربية المتحدة  
برازيليا

Nº: 2/23-338

Brasília, 04 de outubro de 2021.

Ao  
Excelentíssimo Senhor Senador  
Marcos do Val  
Senado Federal, Anexo I, 18º Pavimento  
Brasília - DF

**Assunto:** Convite para visitar os Emirados Árabes Unidos e o Conselho Nacional Federal

Senhor Senador,

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência meus sinceros cumprimentos e votos de saúde e bem estar. Com referência ao último convite feito pelo Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos para viagem oficial aquele país gostaria de confirmar as novas datas para a sua realização: de 11 de outubro a 18 de outubro de 2021.

Reforço a importância de fortalecermos os laços de amizade e cooperação entre os dois países e essa viagem oficial terá como objetivo consolidar os pilares de amizade e cooperação que constituem a base de nossa relação bilateral com o Brasil, e de discutirmos as melhores formas de fortalecer e desenvolver essas relações de modo a apoiar a ação parlamentar conjunta.

Quanto à agenda oficial, esta Embaixada está trabalhando com a seguinte agenda tentativa:

- Reunião com Sua Excelência Saqr Ghobash, Presidente do Conselho Federal Nacional;
- Reunião com Sua Alteza Sheikh Abdullah bin Zayed Al Nahyan, Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional;
- Reunião das bancadas parlamentares Brasil-Emirados Árabes Unidos na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Conselho Federal Nacional;
- Reunião com Sua Excelência Mariam bint Mohammed Al Mheiri, Ministra de Estado da Segurança Alimentar e da Água;

SHIS QI 05 Chácara 54 Lago Sul, CEP: 71600-580, Brasília/DF, Brasil | Tel.: +55 61 3248 0717 | E-mail: brasiliaemb@mofaic.gov.ae



SF/21930.28430-55 (LexEdit)





EMBAIXADA DOS  
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS  
BRASÍLIA DF



سفارة  
الإمارات العربية المتحدة  
برازيليا

- Reunião com Sua Excelência Nahyan bin Mubarak Al Nahyan, Ministro da Tolerância;
- Participação na Expo Dubai;

Agradeço mais uma vez o apoio de Vossa Excelência às relações entre o Brasil e os Emirados Árabes Unidos e aproveito a oportunidade para renovar-lhe a expressão da minha mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Saleh Ahmad Alsuwaidi  
Embaixador dos Emirados Árabes Unidos

SF/21930.28430-55 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Emirados Arabes Unidos, de 26/09/2021 a 04/10/2021, a fim de participar, representando o Senado Federal, conforme Convite em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 26/09/2021 a 04/10/2021, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2021.

**Senador Marcos do Val**  
**(PODEMOS - ES)**  
**Senador**



SF/21530.88236-38 (LexEdit)

Página: 1/5 14/09/2021 12:29:35

1f8209b5aa644d857e8bab2f27659595e60a9c99





United Arab Emirates  
Federal National Council  
General Secretariat



الإمارات العربية المتحدة  
المجلس الوطني الاتحادي  
الأمانة العامة

Ref :

Date :

الرقم : أ/ص/1 / 2 / 791 / 2021

التاريخ : 22/08/2021

الموَقَر

سعادة السيناتور/ ماركوس دوفال

رئيس مجموعة الصداقة البرلمانية\_البرازيلية\_الاماراتية

مجلس الشيوخ البرازيلي

تحية طيبة وبعد

الموضوع: دعوة لزيارة دولة الامارات العربية المتحدة والمجلس الوطني الاتحادي

بداية يطيب لي أن أبعث لشخصكم الكريم تحياتنا الصداقة، مقرونة بتمنياتنا لكم بموفور الصحة والعافية. وانطلاقاً من أهمية دعم أواصر الصداقة والتعاون بيننا، فإنه يتشرف المجلس الوطني الاتحادي بدعوتكم لزيارة رسمية الى بلدكم الثاني دولة الامارات العربية المتحدة والمجلس الوطني الاتحادي، بهدف تثبيت ركائز الصداقة والتعاون اللتان تشكلان محوراً في تطوير علاقتنا الثنائية في الجانب البرلماني، والتباحث عن قرب حول أفضل السبل لتعزيزها وتطويرها، بما يدعم العمل البرلماني المشترك، على أن يتم التنسيق لموعد الزيارة من خلال القنوات الدبلوماسية.

آملين لكم التوفيق لما فيه خير لبلدكم وشعبكم، متمنين لكم مسيرة وطنية يكللها النجاح في أداء مسؤولياتكم ومهامكم الوطنية النبيلة.

وتفضلوا سعادتكم بقبول فائق الاحترام والتقدير،،،



د. د. عمر عبدالرحمن النعيمي

الأمين العام

أبوظبي: ص.ب: 836 - الإمارات العربية المتحدة | هاتف: +9712 619 9500 | فاكس: +9712 681 2846 | U.A.E. | P.O. Box: 836 - Abu Dhabi  
دبي: ص.ب: 47 - الإمارات العربية المتحدة | هاتف: +9714 303 3900 | فاكس: +9714 324 2332 | U.A.E. | P.O. Box: 47 - Dubai



Tradução não oficial

Data: 22 de Agosto de 2021

À Sua Excelência Senador  
Marcos Do Val  
Senado Federal  
Brasília - DF

**Assunto:** Convite para visitar os Emirados Árabes Unidos e o Conselho Nacional Federal

Excelentíssimo Senhor Senador,

Tenho a honra de transmitir à Vossa Excelência meus sinceros cumprimentos e votos de saúde e bem estar.

Considerando a importância de fortalecermos os laços de amizade e cooperação entre os dois países, o Conselho Nacional Federal tem a honra de convidar Vossa Excelência a realizar visita oficial ao seu segundo país, os Emirados Árabes Unidos e o Conselho Nacional Federal, com o objetivo de consolidarmos os pilares de amizade e cooperação que constituem a base de nossa relação bilateral com o Brasil, e de discutirmos as melhores formas de fortalecer e desenvolver essas relações de modo a apoiar a ação parlamentar conjunta.

Gostaria também, que a coordenação da data da visita seja feita por via diplomática.

Desejo a Vossa Excelência muito sucesso no cumprimento de suas nobres tarefas e, nesse ínterim, desejo também ao povo brasileiro contínuo progresso e prosperidade. Nesse sentido, encaminho ao Excelentíssimo Senador a expressão da minha mais alta estima e distinta consideração.

Dr .. Omar Abdel Rahman Al Nuaimi  
Secretário-Geral do Conselho Nacional Federal

SF/21530.88236-55 (LexEdit)

Página: 3/5 14/09/2021 12:29:35

1f8209b5aa644d857e8bab2f27659595e60a9c99



EMBAIXADA DOS  
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS  
BRASÍLIA DF



سفارة  
الإمارات العربية المتحدة  
برازيليا

### Agenda tentativa para a visita da Delegação do Brasil aos Emirados Árabes Unidos

- Reunião com Sua Excelência Saqr Ghobash, Presidente do Conselho Federal Nacional;
- Reunião com Sua Alteza Sheikh Abdullah bin Zayed Al Nahyan, Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional;
- Reunião das bancadas parlamentares Brasil-Emirados Árabes Unidos na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Conselho Federal Nacional;
- Reunião com Sua Excelência Mariam bint Mohammed Al Mheiri, Ministra de Estado da Segurança Alimentar e da Água;
- Reunião com Sua Excelência Nahyan bin Mubarak Al Nahyan, Ministro da Tolerância;
- Participação na inauguração da Expo Dubai;
- Projetos potenciais e assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) sobre Cooperação Parlamentar.

### OBSERVAÇÕES:

1. As datas sugeridas para a viagem são de 26 de setembro a 4 de outubro de 2021;
2. O lado dos Emirados Árabes Unidos sugere uma visita aos Emirados Árabes Unidos no final de setembro para assistir à abertura da Expo Dubai e à inauguração do Pavilhão Brasileiro, no dia 1º de outubro;
3. A Embaixada dos Emirados Árabes Unidos está aberta para adicionar qualquer proposta na agenda provisória;
4. O convite foi enviado a 9 parlamentares brasileiros;
5. Entre os convidados, encontram-se os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, o Senador e Deputado responsáveis pela constituição do Grupo Parlamentar Emirados Árabes Unidos-Brasil: Senador Marcos do Val e o Deputado Eduardo Bolsonaro;

SF/21530.88236-38 (LexEdit)

Página: 4/5 14/09/2021 12:29:35

1f8209b5aa644d857e8bab2f27659595e60a9c99



EMBAIXADA DOS  
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS  
BRASÍLIA DF



سـمارة  
الإمارات العربية المتحدة  
برازيليا

**Tentative Agenda for the visit of the Brazilian Delegation to the United Arab Emirates**

Brasília, 26th August 2021

- Meeting with His Excellency Saqr Ghobash, Speaker of the National Federal Council;
- Meeting with His Highness Sheikh Abdullah bin Zayed Al Nahyan, Minister of Foreign Affairs and International Cooperation;
- Meeting between the parliamentary groups Brazil-UAE in the Chamber of Deputies, Federal Senate and the National Federal Council;
- Meeting with His Excellency Mariam bint Mohammed Al Mheiri, Minister of State for Food and Water Security;
- Meeting with His Excellency Nahyan bin Mubarak Al Nahyan, Minister of Tolerance;
- Attending to the opening of Expo Dubai;
- Potential projects and signature of a MoU on Parliamentary Cooperation.

**Notes**

1. The UAE side suggest the visit to the UAE in the end of September to attend the opening of the Expo Dubai, on October 1<sup>st</sup>. The suggest dates are 26<sup>th</sup> September to October 4<sup>th</sup>.
2. The UAE Embassy is open to add any proposal in the tentative agenda.
3. The invitation was sent to 8 members of the Brazilian parliament.
4. Among the invited people, there are the Presidents of the Federal Senate and the Chamber of Deputies; The Senator responsible for the establishment of the UAE-Brazil Parliamentary Group in the Federal Senate and the Deputy Eduardo Bolsonaro.

SHIS QI 05 Chácara 54 Lago Sul, CEP: 71600-580, Brasília/DF, Brasil | Tel.: +55 61 3248 0717 | E-mail: brasiliaemb@mofaic.gov.ae



A Presidência defere, em caráter excepcional, nos termos do art. 41 do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerimento 377/2021, de aditamento ao Requerimento 307/2021, do Senador Marcos do Val, para participar de missão oficial, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, de 11 a 18 de outubro de 2021, em Emirados Árabes Unidos e comunica, nos termos do art. 39, I, que estará ausente do país no mesmo período.







## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 2148, DE 2021

Realização de Sessão de Debates Temáticos, no mês de outubro, a fim de tratar o financiamento para saída da Pandemia da Covid-19.

**AUTORIA:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF), Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Mailza Gomes (PP/), Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senadora Leila Barros

## REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, em outubro, a fim de tratar do Sistema Nacional de Fomento (SNF) e as necessidades de financiamento para saída da Pandemia da Covid-19.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. Sergio Suchodolski (Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e da Associação brasileira de Desenvolvimento (ABDE);
2. Valdecir José de Souza Tose (Presidente do Banco da Amazônia);
3. Leany Lemos (Diretora-Presidente do BRDE);
4. Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa (Presidente do BRB);
5. Márcia Maia (diretora-presidente da AGN-RN)
6. Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda (Presidente da Desenbahia)

SF/21108.41211-33 (LexEdit)



## JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional de Fomento (SNF), representando pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), congrega bancos de desenvolvimento subnacionais, agências de fomento, bancos comerciais estaduais, bancos públicos federais, bancos cooperativos, além da Finep e do Sebrae. Essas instituições financeiras representam 45% do mercado creditício brasileiro, atuando especialmente em setores e segmentos prioritários para o desenvolvimento sustentável do país, como o financiamento à infraestrutura e o apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Composto por instituições controladas pelo Governo Federal e por governos subnacionais, o SNF constitui importante rede federativa, articulando programas nacionais de financiamento nas diversas regiões do país. Por sua expertise, agências de fomento e bancos de desenvolvimento subnacionais são atores-chave para a alocação eficiente de recursos federais a nível local, como atestam as operações de repasse do Sistema BNDES, entre diversos outros exemplos.

No contexto da crise da Covid-19, o SNF agiu prontamente para mitigar os efeitos econômicos da pandemia, disponibilizando recursos para o fortalecimento do setor de saúde e atuando de forma contracíclica no financiamento às MPMEs, com impacto relevante para a preservação do tecido produtivo nacional. A existência de uma rede de instituições de financiamento estruturada e experiente, capaz de coordenar iniciativas com rapidez, tem sido instrumental para responder aos efeitos imediatos da crise, e será ainda mais relevante para a recuperação da economia brasileira.

A carteira de crédito das instituições do Sistema Nacional de Fomento voltada a Micro, Pequenas e Médias empresas (MPMEs) teve um crescimento exponencial registrado ao longo de um ano: 42,9%, na comparação de março de

SF/21108.41211-33 (LexEdit)





00100.111077/2021-19  
SF/21108.41211-33 (LexEdit)

2021 e o mesmo mês de 2020. Em números absolutos, a carteira atingiu R\$ 216,3 bilhões em março deste ano, contra R\$ 151,3 bilhões em março de 2020, segundo levantamento da ABDE.

O total de clientes das instituições do SNF também é recorde desde o começo da série histórica, em dezembro de 2014: atingiu, em março de 2021, 43,2 milhões – 899,1 mil a mais em relação a dezembro de 2020. Na comparação com o mesmo mês de 2020, o crescimento foi de 1,8 milhão de clientes. Já a quantidade de operações chegou a 104,2 milhões – 3,4 milhões a mais em relação a março de 2020.

Ressalta-se que as instituições do SNF vêm alinhando suas missões aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), participando das agendas do clima a temas sociais estratégicos para o Brasil e suas regiões. Pretendem consolidar instrumentos inovadores para mobilização de recursos financeiros, atraindo capital privado e internacional para projetos sustentáveis. A ABDE realiza a coordenação entre atores diversos para assegurar entregas locais, fortalecendo articulação entre organismos internacionais, bancos federais e instituições de desenvolvimento regionais para financiar projetos de desenvolvimento sustentável até “a última milha”.

Por exemplo, o Banco de Brasília (BRB) criou o programa Supera-DF, com o intuito de centralizar as diversas medidas desenvolvidas para ajudar pessoas e empresas a superarem as dificuldades e os desafios que o momento exige. As ações do programa são centralizadas em: cuidado à saúde (ODS 3), estímulo à atividade econômica e proteção social (ODS 8). Também criou o Instituto BRB como seu braço institucional em desenvolvimento humano, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade e atua prioritariamente no Centro-Oeste, promovendo ações de natureza ambiental, assistencial, cultural, educacional, esportiva e social (ODS 4).

Já o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) foi um dos fundadores do Movimento Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento



Sustentável (ODS) e da Agenda 2030 da ONU em Santa Catarina, e concentra mais de 80% de sua carteira de crédito em projetos com aderência a causas como água limpa e saneamento (ODS 6), energia acessível e limpa (ODS 7), emprego digno e crescimento econômico (ODS 8), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11). Áreas que afetam diretamente a qualidade de vida de quem vive no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No Banco do Brasil (BB), há 15 anos, suas ações são orientadas por seu Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB, instrumento fomentador de negócios e práticas sustentáveis. Em 2021 estabeleceu 10 Compromissos de Longo Prazo em Sustentabilidade, com metas a serem implementadas até 2030. Dessa forma, demonstraram seu alinhamento com as tendências da gestão integrada e a importância de seu papel transformador no oferecimento de produtos e serviços, na promoção da transição para uma economia de baixo carbono (ODS 13) e na ampliação de sua atuação com criação de valor.

Entre as agências de fomento estaduais, destacamos a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia). A AGN direciona quase 60% do total de operações realizadas para alavancar o empreendedorismo feminino no seu estado (ODS 5). Apenas no ano de 2019, mais de 3,4 mil financiamentos foram concedidos a mulheres empreendedoras. O período também foi marcado pelo maior número de mulheres (638) formalizadas atendidas pelo Microcrédito na história do programa, bem como o fato do número de mulheres formalizadas que contrataram financiamentos superar em 14% o total de homens que fizeram contratação.

Já a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) investiu num fundo de capital de risco (venture capital) e já começa a colher os frutos, na forma de aporte de recursos a empresas do estado: a Ecoluz S/A, consultoria baiana que é líder no mercado brasileiro de eficiência energética, vai receber um investimento de R\$ 3,5 milhões do Rio Bravo Nordeste - Fundo Mútuo de

SF/21108.41211-33 (LexEdit)



  
SF/21108.41211-33 (LexEdit)

Investimentos em Empresas Emergentes (FMIEE/NE), do qual a agência é um dos 12 cotistas, como o Sebrae/BA, o BNDESpar, agências de desenvolvimento de outros estados nordestinos e investidores privados (ODS 7).

Por fim, o Banco da Amazônia atua alinhado às políticas, planos e programas para o fortalecimento da região norte e a Amazônia. Executa as ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Na promoção da agenda da sustentabilidade, o Basa possui programas ligados aos 17 ODS, como o financiamento aos estudantes pelo FNO FIES (ODS 4), indução ao empreendedorismo feminino pelo Pronaf mulher (ODS 5), financiamento ao saneamento básico (ODS 6), e financiamento à eficiência energética (ODS 7).

Nesse contexto, as instituições do SNF colaboram para o alcance de alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Demonstrando o compromisso em potencializar essa agenda, a ABDE, entidade representativa do SNF, tem trabalhado em metodologias robustas para integração de critérios ASG aos financiamentos, utilizando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU como meta. Isso incluiu financiamentos para energias renováveis, saneamento, segurança hídrica, entre tantos outros temas relacionado à agenda de sustentabilidade global, em conformidade com metas ambientais e sociais internacionalmente reconhecidas e trazendo impacto direto para a sociedade brasileira.

Frente a urgente necessidade de construir alternativas de financiamento para a promoção do desenvolvimento do país de forma plena e sustentável, solicito a colaboração dos meus pares para realização do presente debate.



Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, em outubro, a fim de tratar do Sistema Nacional de Fomento (SNF) e as necessidades de financiamento para saída da Pandemia da Covid-19. Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. Sergio Suchodolski (Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais...

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2021.

**Senadora Leila Barros**  
**(CIDADANIA - DF)**

SF/21108.41211-33 (LexEdit)



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**PSD** - Otto Alencar\*  
**PSD** - Angelo Coronel\*\*  
**Bloco-PT** - Jaques Wagner\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PL** - Romário\*  
**Bloco-PL** - Carlos Portinho\*\* (S)  
**PATRIOTA** - Flávio Bolsonaro\*\*

### Maranhão

**Bloco-PSDB** - Roberto Rocha\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Eliziane Gama\*\*  
**Bloco-PDT** - Weverton\*\*

### Pará

**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*  
**Bloco-MDB** - Jader Barbalho\*\*  
**Bloco-PSC** - Zequinha Marinho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-MDB** - Fernando Bezerra Coelho\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*  
**Bloco-MDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PSDB** - José Aníbal\* (S)  
**Bloco-MDB** - Giordano\*\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Mara Gabrilli\*\*

### Minas Gerais

**PSD** - Antonio Anastasia\*  
**PSD** - Carlos Viana\*\*  
**Bloco-DEM** - Rodrigo Pacheco\*\*

### Goiás

**Bloco-MDB** - Luiz do Carmo\* (S)  
**Bloco-PODEMOS** - Jorge Kajuru\*\*  
**PSD** - Vanderlan Cardoso\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PL** - Wellington Fagundes\*  
**PSD** - Carlos Fávaro\*\*  
**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PODEMOS** - Lasier Martins\*  
**Bloco-PP** - Luis Carlos Heinze\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PDT** - Cid Gomes\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Eduardo Girão\*\*

### Paraíba

**Bloco-MDB** - Nilda Gondim\* (S)  
**Bloco-PP** - Daniella Ribeiro\*\*  
**Bloco-MDB** - Veneziano Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-MDB** - Rose de Freitas\*  
**Bloco-REDE** - Fabiano Contarato\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Marcos do Val\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Elmano Férrer\*  
**Bloco-PP** - Eliane Nogueira\*\* (S)  
**Bloco-MDB** - Marcelo Castro\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PT** - Jean Paul Prates\* (S)  
**Bloco-PODEMOS** - Styvenson Valentim\*\*  
**Bloco-PROS** - Zenaide Maia\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-MDB** - Dário Berger\*  
**Bloco-PP** - Esperidião Amin\*\*  
**Bloco-PL** - Jorginho Mello\*\*

### Alagoas

**Bloco-PROS** - Fernando Collor\*  
**Bloco-MDB** - Renan Calheiros\*\*  
**Bloco-PSDB** - Rodrigo Cunha\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Alessandro Vieira\*\*  
**Bloco-PT** - Rogério Carvalho\*\*

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027

### Amazonas

**PSD** - Omar Aziz\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PSDB** - Plínio Valério\*\*

### Paraná

**Bloco-PODEMOS** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PODEMOS** - Flávio Arns\*\*  
**Bloco-PODEMOS** - Oriovisto Guimarães\*\*

### Acre

**Bloco-PP** - Mailza Gomes\* (S)  
**Bloco-PSL** - Marcio Bittar\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-MDB** - Simone Tebet\*  
**PSD** - Nelsinho Trad\*\*  
**Bloco-PSL** - Soraya Thronicke\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PODEMOS** - Reguffe\*  
**Bloco-PSDB** - Izalci Lucas\*\*  
**Bloco-CIDADANIA** - Leila Barros\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-DEM** - Marcos Rogério\*\*  
**Bloco-MDB** - Maria Eliza\*\* (S)

### Tocantins

**Bloco-PP** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-MDB** - Eduardo Gomes\*\*  
**PSD** - Irajá\*\*

### Amapá

**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*  
**PSD** - Lucas Barreto\*\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PROS** - Telmário Mota\*  
**Bloco-DEM** - Chico Rodrigues\*\*  
**Bloco-REPUBLICANOS** - Mecias de Jesus\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 23

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Maria Eliza.	MDB / RO
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

### Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 18

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Aníbal.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcio Bittar.	PSL / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

### PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

### Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

### PDT/CIDADANIA/REDE - 8

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	CIDADANIA / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

### PATRIOTA - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
-------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	23
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PDT/CIDADANIA/REDE.	8
PATRIOTA.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Irajá** (PSD-TO)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Aníbal* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (CIDADANIA-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PL-RJ)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eliane Nogueira** (PP-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (PSL-AC)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Maria Eliza** (MDB-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (PATRIOTA-RJ)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Giordano** (MDB-SP)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Humberto Costa** (PT-PE)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

### Mandatos

\*: Período 2015/2023    \*\*: Período 2019/2027



## COMPOSIÇÃO

### COMISSÃO DIRETORA

#### PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

#### 1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

#### 2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

#### 1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

#### 2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

#### 3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

#### 4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

**1º** Jorginho Mello - (PL-SC)

**2º** Luiz do Carmo - (MDB-GO)

**3º** Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

**4º** Zequinha Marinho - (PSC-PA)





## COMPOSIÇÃO

### LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 23</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mailza Gomes - PP</b> (55)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do MDB - 15</b> <b>Eduardo Braga</b> (20,45)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Daniella Ribeiro</b> (46)</p> <p>Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (26,75) Luis Carlos Heinze (43)</p> <p><b>Líder do REPUBLICANOS - 1</b> <b>Mecias de Jesus</b> (5)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 18</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Lasier Martins - PODEMOS</b> (15,62)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Soraya Thronicke (31,70) Flávio Arns (71)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PODEMOS - 9</b> <b>Alvaro Dias</b> (2,59)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66) Eduardo Girão (14,67) Styvenson Valentim (68)</p> <p><b>Líder do PSDB - 7</b> <b>Izalci Lucas</b> (22,24,37,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (58) Rodrigo Cunha (19,27,32,69)</p> <p><b>Líder do PSL - 2</b> Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)</p>	<p><b>PSD - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Nelsinho Trad - PSD</b> (48)</p> <p>Vice-Líderes Omar Aziz (54) Carlos Fávaro (53)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PL</b> (9)</p> <p>Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,40,76) Zequinha Marinho (10,18)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do DEM - 6</b> <b>Marcos Rogério</b> (42)</p> <p><b>Líder do PL - 4</b> <b>Carlos Portinho</b> (39)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,40,76)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Zequinha Marinho</b> (10,18)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Zenaide Maia - PROS</b> (44)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 6</b> <b>Paulo Rocha</b> (23,50)</p> <p><b>Líder do PROS - 3</b> <b>Telmário Mota</b> (8)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (44)</p>	<p><b>CIDADANIA - 3</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Alessandro Vieira - CIDADANIA</b> (41)</p>
		<p><b>PDT - 3</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Cid Gomes - PDT</b> (61)</p>
		<p><b>REDE - 2</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (63,64)</p>
<p><b>PATRIOTA - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Flávio Bolsonaro - PATRIOTA</b> (74)</p>	<p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - MDB</b> (52)</p> <p>Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jean Paul Prates - PT</b> (47)</p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Fernando Bezerra Coelho - MDB</b> (21)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26,75) Carlos Viana (38) Jorginho Mello (3,11,40,76)</p>	<p><b>Oposição</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - REDE</b> (63,64)</p>	<p><b>Bancada Feminina</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Simone Tebet - MDB</b> (72)</p>

**Notas:**

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020-GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
42. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
43. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
45. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
46. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
48. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
52. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
58. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
61. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisito Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).
75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)



## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

**Finalidade:** Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.  
RQS 105, 2021

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

**Instalação:** 03/03/2021

**Prazo final:** 30/06/2021

**Prazo final prorrogado:** 10/11/2021

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,19)</sup>	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(4,19)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2,19)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(2,19)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(11,16,19)</sup>	3. (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(11,18)</sup>	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(11,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(9)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(11,13)</sup>	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(11,13)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(11,15)</sup>	3. (11)
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar <sup>(3)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(3)</sup>
(11)	2. (11)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(8)</sup>	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(17)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(11,14)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(11,12)</sup>

**Notas:**

- Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
- Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
- Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
- Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
- Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
- Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
- Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
- Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
- Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).



10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).
11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

**Secretário(a):** Lenita Cunha e Silva

**Telefone(s):** 61 3303 3508



## 2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

**Número de membros:** 9

**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(3)</sup>

**Início da suspensão de prazo:** 20/03/2020

**Instalação:** 05/11/2019

**Prazo final:** 10/06/2020

### MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(1)</sup>

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>

Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>

Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(1)</sup>

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(1)</sup>

Senador Diego Tavares (PP-PB) <sup>(2,4,5)</sup>

#### Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).
4. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
5. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** (61) 3303-3492



### 3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

**Finalidade:** Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(10,11,12)</sup>	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(10,11,12)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(10,11,12)</sup>	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(12)</sup>
	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(9)</sup>	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(9)</sup>
Senador José Aníbal (PSDB-SP) <sup>(8)</sup>	2.
<b>PSD</b>	
Senador Lucas Barreto <sup>(2,4)</sup>	1. Senador Carlos Fávaro <sup>(2)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(5)</sup>	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(6)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(3)</sup>	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(3)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(7)</sup>	1.

**Notas:**

- Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
- Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
- Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
- Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB)
- Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP)
- Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB)
- Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB)
- Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB)
- Em 30.09.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLDPP)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
http://www.senado.leg.br/ordiasf



#### 4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

**Número de membros:** 9

**PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

**RELATORA:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

**Relatórios Parciais - prazo final:** 06/11/2019

**Instalação:** 25/09/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final:** 23/10/2019

**Apresentação de Emendas - prazo final duplicado:** 26/11/2019

**Relatórios Parciais - prazo final duplicado:** 10/12/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 13/11/2019

**Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado:** 17/12/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final:** 21/11/2019

**Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado:** 21/12/2019

#### MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

**Secretário(a):** Donaldo Portela

**Telefone(s):** 3303-3511





5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS  
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

**Finalidade:** Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



## 6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

**Finalidade:** Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) <sup>(2,7,8,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1.
<b>PSD</b>	
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(3)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) <sup>(1)</sup></b>	
	1.
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) <sup>(1)</sup></b>	
	1.

### Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP).
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8)</sup>

**RELATOR:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8)</sup>

**Leitura:** 05/11/2019

**Instalação:** 11/12/2019

**Prazo final:** 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4)</sup>	1.
(7,10)	2. (7,10)
<b>PSD</b>	
Senador Sérgio Petecão (AC) <sup>(1,9)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad (MS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
VAGO <sup>(3,11)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(6)</sup>	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(6)</sup>	

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).
9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).

**Secretário(a):** Leandro Bueno

**Telefone(s):** 3303-4854



## 2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>PODEMOS</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
	1.
<b>PSD</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



### 3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
	1.
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
	1.
<b>PODEMOS</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
	1.
<b>PSD</b>	
	1.

**Notas:**

\*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



#### 4)CPI DA PANDEMIA

**Finalidade:** Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(11)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(11)</sup>

**RELATOR:** Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(11)</sup>

**Leitura:** 13/04/2021

**Instalação:** 27/04/2021

**Prazo final:** 07/08/2021

**Prazo final prorrogado:** 05/11/2021

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(1)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(2,13,14,15,16,19)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(2,13,14,15,16,19)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)</b>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(3)</sup>	1. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(4,17,18,20,21,22,23,24,25)</sup>	
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz (AM) <sup>(5)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (BA) <sup>(5)</sup>
Senador Otto Alencar (BA) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(6)</sup>	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(7,12)</sup>
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(8)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(9)</sup>	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(9)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(10)</sup>	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(10)</sup>

**Notas:**

\*. Em 14.07.2021, o prazo da CPI fica prorrogado por mais 90 dias (Requerimento nº 1.793, de 2021)

1. Em 15.04.2021, os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e o Senador Jader Barbalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLMDB).

2. Em 15.04.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLDPP).

3. Em 15.04.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular; e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPODEMOS).

4. Em 15.04.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 45/2021 -GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 15.04.2021, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 49/2021-GLPSD).
6. Em 15.04.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 04/2021-BLVANG).
7. Em 15.04.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 198/2021-GSZMARIN).
8. Em 15.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLPL).
9. Em 15.04.2021, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e o Senador Rogério Carvalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLPRD).
10. Em 15.04.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 18/2021-GSEGAMA).
11. Em 27.04.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues Presidente e Vice-Presidente, e designou o Senador Renan Calheiros Relator (Of. nº 001/2021-CPIPANDEMIA).
12. Em 05.05.2021, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, em vaga cedida ao MDB, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLDEM).
13. Em 04.06.2021, o Senador Luis Carlos Hein foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLDPP).
14. Em 14.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLDPP).
15. Em 28.06.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLDPP).
16. Em 05.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLDPP).
17. Em 08.07.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLPSDB).
18. Em 13.07.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 50/2021-GLPSDB).
19. Em 27.07.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição aos Senadores Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze, respectivamente (Of. nº 34/2021-GLDPP).
20. Em 26.08.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, para compor a comissão (Of. 56/2021 -GLPSDB).
21. Em 26.08.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Izalci Lucas, para compor a comissão (Of. 57/2021 -GLPSDB).
22. Em 02.09.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, para compor a comissão (Of. 59/2021 -GLPSDB).
23. Em 03.09.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Izalci Lucas, para compor a comissão (Of. 60/2021 -GLPSDB).
24. Em 05.10.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, para compor a comissão (Of. 62/2021 -GLPSDB).
25. Em 05.10.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Izalci Lucas, para compor a comissão (Of. 63/2021 -GLPSDB).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno

**Telefone(s):** 3303-3490





## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1,55)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) <sup>(1,55)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(8,54,57,72)</sup>	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) <sup>(8,18,54,57,72)</sup>
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,54,57,72)</sup>	2. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,18,54,57,72)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(8,54,57,72)</sup>	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(8,42,44,54,65,72)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(8,54,57,72)</sup>	4. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8,72)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,54,57,72)</sup>	5. VAGO <sup>(9,41,45)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(4,57,59,72)</sup>	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(11,17,59,72)</sup>
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) <sup>(5,38,39,46,48,67,68)</sup>	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(10,59)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador José Aníbal (PSDB-SP) <sup>(12,51,69,70)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,31,36,51)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(12,51,53,73,74)</sup>	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(7,40)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12,51)</sup>	3. VAGO <sup>(7,50,53,71,74)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,30)</sup>	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13,34)</sup>
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(7,26,29,50)</sup>	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(16,51)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(14,32,34,63,64)</sup>	6. VAGO <sup>(16)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Otto Alencar <sup>(2,49)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2,24,49)</sup>
Senador Omar Aziz <sup>(2,23,49)</sup>	2. Senador Antonio Anastasia <sup>(2,33,35,49)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,49)</sup>	3. Senador Carlos Viana <sup>(2,25,49)</sup>
Senador Irajá <sup>(61)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad <sup>(61)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
VAGO <sup>(3,47)</sup>	1. VAGO <sup>(15,43,60)</sup>
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3,27,28)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6,52)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6,52)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,20,22,52)</sup>	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,52)</sup>
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(6,52)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(6,52)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(66)</sup></b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(56)</sup>	1. VAGO <sup>(56,62)</sup>
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(37,56)</sup>	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(56,58)</sup>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(56,58)</sup>	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(19,21,56)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB).
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS).
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB).
73. Em 27.09.2021, o Senador Reguffe deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 54/2021-GLPODEMOS).
74. Em 27.09.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, deixando a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 55/2021-GLPODEMOS).

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano  
**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13  
**Telefone(s):** 6133034344  
**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

**(Requerimento 20, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 23/04/2019

**Prazo final:** 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) <sup>(1)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(1)</sup>	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(1)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(1)</sup>	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(1)</sup>	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

**Secretário(a):** João Pedro de Souza Lobo Caetano

**Reuniões:** Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

**Telefone(s):** 6133034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(13,42)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(13,42)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(8,41)</sup>	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(8,41,45,47)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(8,41)</sup>	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,41)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8,41)</sup>	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7,17,20,25,30,31,41)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(8,41)</sup>	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9,41)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(11)</sup>	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(10,33)</sup>
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) <sup>(51,53,54)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(4,39)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(6,18,23,39)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(5,36)</sup>	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(5,37)</sup>
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(5,35)</sup>	3. VAGO <sup>(5,28,38,48)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(14,18,32,39)</sup>	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(19,39)</sup>
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(49)</sup>	5.
<b>PSD</b>	
Senador Sérgio Petecão <sup>(1,34)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,34)</sup>
Senador Lucas Barreto <sup>(1,34)</sup>	2. Senador Irajá <sup>(1,12,22,24,34)</sup>
Senador Angelo Coronel <sup>(12,34)</sup>	3. Senador Otto Alencar <sup>(16,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(2)</sup>	2. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(15,29,46,50)</sup>
	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3,40)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3,40)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3,40)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,40)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(52)</sup></b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(43)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(43,44)</sup>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(43)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(21,26,27,43)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 79](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 139](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 142](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 176](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 123](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 122](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).



47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP).
52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br





## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

**Finalidade:** Acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	1. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(2)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 38/2021-CAS).
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Mara Gabrilli, Flávio Arns, Nilda Gondim, Maria do Carmo e Zenaide Maia, como membros titulares, e os Senadores Romário e Paulo Paim, como membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. 38/2021-CAS).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

**(Requerimento 27, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PL-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 16/05/2019

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(2)</sup>
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(2)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(2)</sup>
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(2)</sup>	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

**Prazo final:** 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>	2.
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(2)</sup>	3.
Senador Romário (PL-RJ) <sup>(2)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(2)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Mara Gabrilli, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 39/2021-CAS).

2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia como membros titulares, para compor a subcomissão (Of 39/2021-CAS).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura  
**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -  
**Telefone(s):** 61 3303-3515/4608  
**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(1,91)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) <sup>(1,91)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89,115,116)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,81,89,112)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,19,71,73,89,112)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (94,108,109)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6,84)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6,29,35,39,51,52,84,87,110,111)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,28,30,36,105)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (6,84,101)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,96)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96,106)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	6. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (14,43,78,99,102,105,106)
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia (2,54,83)	1. Senador Nelsinho Trad (2,83,113)
Senador Lucas Barreto (2,83)	2. Senador Carlos Viana (2,63,83)
Senador Omar Aziz (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (2,54,77,83,97,100,114,117)
Senador Vanderlan Cardoso (97,114,117)	4. Senador Sérgio Petecão (103)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,93)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(107)</sup></b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,95,98,104)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (88,95,98)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (22,23,48,49,88)	3. VAGO (21,24,88,104)

**Notas:**

2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))

11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))

10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))

9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSEIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
105. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS).
106. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS).
107. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
108. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
109. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
110. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.



111. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB).
112. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB).
113. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD).
114. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD).
115. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB).
116. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB).
117. Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br





#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(45)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(45)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7,44)</sup>	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(7,44)</sup>
Senadora Maria Eliza (MDB-RO) <sup>(7,44,59)</sup>	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(8,44)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(7,44)</sup>	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(13,30,31,35,38,48)</sup>
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(8,44)</sup>	4. VAGO <sup>(14)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(8,44,46)</sup>	5. VAGO <sup>(21,53)</sup>
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(9)</sup>	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(48)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(10,23,27,39)</sup>	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(48)</sup>
	8.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(5,42)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(5,42)</sup>
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(6,41)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5,42)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(6,41)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(6,41)</sup>
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(6,41,51)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(6,32,41)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(11,42)</sup>	5. VAGO <sup>(12,37,41)</sup>
VAGO <sup>(55,57)</sup>	6. VAGO <sup>(19,26)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia <sup>(1,2,40)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,40)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(1,20,40)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(1,22,34,36,40)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(1,34,36,40)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão <sup>(1,20,40)</sup>
	4.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(16,52)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	3. Senador Romário (PL-RJ) <sup>(18,33,49,50,54)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4,43)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,43)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4,15,17,43)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,43)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(4,43)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,43)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(58)</sup></b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(47)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(25,47,56)</sup>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(24,28,29,47)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(47)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(41,47)</sup>	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(47)</sup>

**Notas:**

9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))

7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))

6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))

5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))

4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).)
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSEININD). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSEININD). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).



43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.09.2021, a Senadora Maria Eliza de Aguiar e Silva foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 77/2021-GLMDB).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

**Finalidade:** Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

**(Requerimento 1, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(1)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(1)</sup>	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,3,4)</sup>	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

**Finalidade:** Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 13/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

**Notas:**

1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).

\*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

**Secretário(a):** Thiago Nascimento Castro Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

**Telefone(s):** 3498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1,47)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(1,47)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(10,17,28,34,42,43,46)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(6,16,42,43,46)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(10,42,43,46)</sup>	2. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) <sup>(16,17,37,43,46)</sup>
VAGO <sup>(10,23,27,29,35,42)</sup>	3. VAGO <sup>(17,42)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(13)</sup>	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) <sup>(17,51,52)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(53)</sup>	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(55)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,40)</sup>	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(11,36,40)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(9,36,40)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(14,40)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(15)</sup>	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(15,30,33,39,48)</sup>
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(19,39)</sup>	4. Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(19,22,31,49)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Fávaro <sup>(2,21,24,25,38)</sup>	1. Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,21,38,54)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2,38)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,18,26,38)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(12,32,44)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(7,41)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7,41)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7,41)</sup>	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7,41)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(50)</sup></b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3,45)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,45)</sup>
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(3,20,45)</sup>	2. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(3,45)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).

52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP).

54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD).

55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br





### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

**(Requerimento 24, de 2021)**

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(1)</sup>	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) <sup>(1)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) <sup>(1)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
2. Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(50)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(50)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (9,32,49)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (9,13,49)
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (13,49)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20,36,37,42,44)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,22)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (27,49)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (24,32)	5. VAGO (29,35)
	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,46)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,26,33,47)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,46)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,46,55)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,25,47)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (8,38,47)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (11,26,47)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,25,47,54)
<b>PSD</b>	
Senador Irajá (1,40,41,43,45)	1. Senador Carlos Fávaro (1,2,45,60)
VAGO (1)	2. VAGO (1,31,34)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (23)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (21,39,53,59)	2. Senador Romário (PL-RJ) (57)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,48)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5,17,48)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,48)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,48)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(58)</sup></b>	
VAGO (3,51,56)	1. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (3,28,30,51,52)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,51,52)	2. VAGO (19)

### Notas:

\*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
42. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).



49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG).
60. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Segundas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



### 6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

**(Requerimento 7, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Segundas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

**Finalidade:** Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

**(Requerimento 48, de 2019)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Prazo final:** 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(1)</sup>	2.
VAGO <sup>(1,2)</sup>	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(1)</sup>	5.

**Notas:**

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Segundas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(1,47)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,22)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (59,60)
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13,44)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
<b>PSD</b>	
Senador Antonio Anastasia (2,42)	1. Senador Lucas Barreto (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (2,28,42)
Senador Carlos Viana (46)	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(58)</sup></b>	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)

**Notas:**

\* A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 87](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 14](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 148](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 124](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 125](#))



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).





49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).

50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.

51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).

52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).

53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).

54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).

55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).

56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).

57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).

60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

**(Requerimento 8, de 2019)**

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcio Bittar (PSL-AC) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(2)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(2)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(2)</sup>	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>
Senador Carlos Viana (PSD-MG) <sup>(2)</sup>	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(2,3)</sup>	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

**(Requerimento 52, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 10/09/2019

**Prazo prorrogado:** 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) <sup>(1)</sup>
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(1)</sup>	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

\*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira

**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

**Telefone(s):** 3303-5919

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(1,42)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1,42)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(7,39)</sup>	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(7,39)</sup>
Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(7,39)</sup>	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) <sup>(7,39)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(7,39)</sup>	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7,39)</sup>
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(7,39)</sup>	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(6,12,13,30,33)</sup>
Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(8)</sup>	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(14,39)</sup>
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(11,47)</sup>	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(16)</sup>
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(46)</sup>	7. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(46)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Giordano (MDB-SP) <sup>(5,36,49)</sup>	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(5,36)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(9,19,23,29,36)</sup>	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(5,31)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(15,36)</sup>	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(10,24,36,45)</sup>
<sup>(18,20)</sup>	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(35)</sup>
VAGO <sup>(18,28,38)</sup>	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) <sup>(18,35)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,21,25,34)</sup>	1. Senador Carlos Fávaro <sup>(2,34,44,48)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2,34)</sup>	2. Senador Otto Alencar <sup>(2,34)</sup>
Senador Lucas Barreto <sup>(2,34)</sup>	3. Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,34)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(3)</sup>	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,40,43)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(40)</sup>	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(51)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,37)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,37)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(4,37)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4,37)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(50)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(22,26,27,41)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(41)</sup>
Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(41)</sup>	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(26,41)</sup>

**Notas:**

5. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
6. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
8. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))

9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orioivisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLIID).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orioivisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).



46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(1,40)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(12,40)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(10,36,41)</sup>	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(10,36,41)</sup>
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) <sup>(10,36,41)</sup>	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9,11,41)</sup>
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) <sup>(5,13,23,41)</sup>	3. VAGO <sup>(14,27,28,30)</sup>
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) <sup>(43,44)</sup>	4. VAGO <sup>(19)</sup>
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(39)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(7,35)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(7,35)</sup>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(7,35)</sup>	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(7,35)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(7,8)</sup>	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(18,24,33)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(17,22,33)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(17,33)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,21,25,32)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(2,32)</sup>
Senador Carlos Fávaro <sup>(2,32)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,32)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4,29)</sup>	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) <sup>(4)</sup>
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) <sup>(6,34)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(6,34)</sup>
Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(6,34)</sup>	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(6,34)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(42)</sup></b>	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(3,26,37)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(3,15,20,37)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(3,37)</sup>	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3,38)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).

13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br





**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(12,40)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) <sup>(9,37,38,44,46)</sup>	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) <sup>(9,19,37,38,44,46)</sup>
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) <sup>(8,37,38,44,46)</sup>	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(11,44,46)</sup>
VAGO <sup>(8,32,44)</sup>	3. VAGO <sup>(13,44)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10)</sup>	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) <sup>(17,37,38,44)</sup>
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) <sup>(45)</sup>	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(44)</sup>
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(6)</sup>	1. VAGO <sup>(5,35,41)</sup>
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(7,34)</sup>	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) <sup>(7,30)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(14,25,35)</sup>	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(16,22,24)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(15,35)</sup>	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(35)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Carlos Fávaro <sup>(1,23,26,33)</sup>	1. Senador Irajá <sup>(1,20,21,28,33)</sup>
Senador Sérgio Petecão <sup>(1,27,33)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(1,18,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(3,31,42)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(3)</sup>	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(3,43)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(4,36)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4,36)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4,36)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(4,36)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(47)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2,39)</sup>	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) <sup>(2,29,39)</sup>
VAGO <sup>(2)</sup>	2. Senador Weverton (PDT-MA) <sup>(39)</sup>

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))



13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

**Secretário(a):** Pedro Glukhas Cassar Nunes

**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**E-mail:** cra@senado.gov.br



# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(1,24,28,44)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) <sup>(9,40,42)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9,40,42)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(9,40,42)</sup>	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) <sup>(9,43)</sup>
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6,27)</sup>	3. VAGO <sup>(9)</sup>
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) <sup>(10,23)</sup>	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) <sup>(5,15)</sup>
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) <sup>(42)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(8,38)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(8,38)</sup>
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) <sup>(8,38)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(8,38)</sup>
<sup>(18,26)</sup>	3. VAGO <sup>(19,33,38)</sup>
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(17,37)</sup>	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) <sup>(17,37)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Angelo Coronel <sup>(2,30,31,32,36)</sup>	1. Senador Nelsinho Trad <sup>(2,3,36)</sup>
Senador Vanderlan Cardoso <sup>(2,3,36)</sup>	2. Senador Carlos Viana <sup>(2,25,32,36)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) <sup>(4,29)</sup>	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(22)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) <sup>(35)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7,39)</sup>	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) <sup>(7,14,20,39)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(7,39)</sup>	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7,39)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(47)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(11,41,46,48)</sup>	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(12,37,41)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(21,41)</sup>	2. VAGO <sup>(41,45)</sup>

## Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). ([DSF de 14/02/2019, p. 188](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 126](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 150](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 102](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 92](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 81](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). ([DSF de 20/02/2019, p. 103](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT).

**Secretário(a):** Leomar Diniz

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33031120

**E-mail:** cct@senado.leg.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(6,20)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(6,20)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) <sup>(7)</sup>
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) <sup>(7,8,9)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(18)</sup>	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(18)</sup>
VAGO <sup>(11,12,19)</sup>	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) <sup>(11)</sup>
	3.
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz <sup>(1,16)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(1,13,14,16)</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) <sup>(2,5)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3,17)</sup>	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(3,17)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(22)</sup></b>	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(21)</sup>	1.

**Notas:**

\*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).

19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)

20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).

21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA).

22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

**Secretário(a):** Andréia Mano

**Telefone(s):** 61 3303-4488

**E-mail:** csf@senado.leg.br





### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(39)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(9,39)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (8,42,43)	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
<b>PSD</b>	
Senador Irajá (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (1,22,27,33)
VAGO (1)	2. VAGO (1)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (14,15,16,44)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(41)</sup></b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO

**Notas:**

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 89](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 99](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 152](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 133](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 80](#))
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). ([DSF de 21/02/2019, p. 94](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). ([DSF de 28/02/2019, p. 111](#))
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). ([DSF de 13/03/2019, p. 102](#))
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). ([DSF de 21/03/2019, p. 96](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe de Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br





### 13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

**(Requerimento 4, de 2019)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 03/09/2019

**Prazo final:** 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO <sup>(1,5)</sup>	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) <sup>(1,3,4)</sup>
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(1)</sup>
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(1)</sup>	3.

**Notas:**

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

**Secretário(a):** Oscar Perné do Carmo Júnior

**Reuniões:** Terças-feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



**14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(10)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(10)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) <sup>(9)</sup>	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) <sup>(9)</sup>
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) <sup>(9)</sup>	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) <sup>(9)</sup>	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) <sup>(9)</sup>	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) <sup>(6)</sup>	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) <sup>(1)</sup>	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) <sup>(11)</sup>
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) <sup>(8)</sup>	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) <sup>(12)</sup>
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(3)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSD</b>	
Senador Omar Aziz <sup>(2)</sup>	1. Senador Angelo Coronel <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar <sup>(2)</sup>	2. Senador Nelsinho Trad <sup>(13)</sup>
Senador Carlos Viana <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) <sup>(4)</sup>	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) <sup>(4)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(7)</sup>	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) <sup>(7)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR) <sup>(7)</sup>	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(7)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE ) <sup>(15)</sup></b>	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) <sup>(5,14)</sup>	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) <sup>(14)</sup>
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) <sup>(5)</sup>	2.

**Notas:**

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).

12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

**Secretário(a): VAGO**

**Reuniões:** Quintas-feiras às 9:00hs -



<b>CONSELHOS e ÓRGÃOS</b>
---------------------------

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 27/06/2017

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5258

**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP, REPUBLICANOS )</b>	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO <sup>(1)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL ( PODEMOS, PSDB, PSL )</b>	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) <sup>(2)</sup>	1.
VAGO	2.
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( DEM, PL, PSC )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO <sup>(5)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) <sup>(4)</sup>
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( PDT, CIDADANIA, REDE )</b>	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
<b>PODEMOS</b>	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

**Atualização:** 07/06/2017

### Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS	
	<b>DEM</b>
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
	<b>PSD</b>
Senador Irajá (TO)	
	<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	



**4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER**  
*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF)	PROCURADORA

**Atualização:** 03/02/2017

**Notas:**

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61) 3303-5255

**Fax:** (61) 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**E-mail:** saop@senado.leg.br





**6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL***(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS	
REDE	
Senador	Randolfe Rodrigues (AP)



**7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA**  
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---



8) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO  
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

---



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

